

# Revista Mutirão

Folhetim de Geografias Agrárias do Sul

RECIFE, VOL. 5, Nº 2, 2024

ISSN: 26753472



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



## A reprodução camponesa na sericicultura em Diamante do Sul/Paraná: entre a subordinação e a resistência no campo

Vanessa Bueno Arruda<sup>I</sup> , Djoni Roos<sup>II</sup> 

<sup>I</sup> Laboratório e Grupo de Pesquisa de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Marechal Cândido Rondon, PR, Brasil.  
Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-6132-8389>

<sup>II</sup> Programa de Pós-Graduação em Geografia/Laboratório e Grupo de Pesquisa de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Marechal Cândido Rondon, PR, Brasil.  
Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9113-5637>

### RESUMO

Este artigo objetiva ampliar as análises sobre os camponeses sericultores em Diamante do Sul/PR analisando o processo de monopolização do território e a subordinação da renda camponesa. Neste processo, se evidencia os estágios do ciclo do bicho-da-seda e como a indústria monopolista interfere nas atividades do campesinato, ditando regras e principalmente subordinando o fruto do trabalho camponês. No entanto, embora haja subordinação através do sistema integrado da sericicultura, destacam-se um conjunto de atividades características do modo de vida camponês que se constituem enquanto resistência, permitindo a reprodução familiar e a manutenção na terra. As práticas voltadas ao autoconsumo são exemplos significativos das formas de recriação camponesa, as quais se interligam neste processo contraditório para a permanência no campo.

**Palavras-chave:** contradição; sistema de integração; monopolização do território.

### Peasant reproduction in sericulture in Diamante do Sul/Paraná: between subordination and resistance in the countryside

### ABSTRACT

This article aims to expand the analyzes on peasant sericulture farmers in Diamante do Sul/PR by analyzing the process of monopolization of the territory and the subordination of peasant income. In this process, the stages of the silkworm cycle are highlighted and how the monopoly industry interferes in the activities of the peasantry, dictating rules and mainly subordinating the fruit of peasant labor. However, although there is subordination through the integrated sericulture system, a set of activities characteristic of the peasant way of life stand out that constitute resistance, allowing family reproduction and

maintenance on the land. Practices aimed at self-consumption are significant examples of forms of peasant recreation, which are interconnected in this contradictory process for remaining in the countryside.

**Keywords:** contradiction; Integration system; territory monopolization.

## **La reproducción campesina en la sericultura en Diamante do Sul/Paraná: entre la subordinación y la resistencia en el campo**

### **RESUMEN**

Este artículo tiene como objetivo ampliar los análisis sobre los campesinos sericultores en Diamante do Sul/PR, analizando el proceso de monopolización del territorio y la subordinación de la renta campesina. En este proceso se destacan las etapas del ciclo del gusano de seda y cómo la industria monopolista interfiere en las actividades del campesinado, dictando reglas y principalmente subordinando el fruto del trabajo campesino. Sin embargo, aunque haya subordinación a través del sistema integrado de sericultura, se destacan un conjunto de actividades características del modo de vida campesino que se constituyen como resistencia, permitiendo la reproducción familiar y la manutención en la tierra. Las prácticas orientadas al autoconsumo son ejemplos significativos de formas de recreación campesina, que se interconectan en este proceso contradictorio para la permanencia en el campo.

**Palabras clave:** contradicción, sistema de integración, monopolización del territorio.

### **INTRODUÇÃO**

Este artigo resulta de pesquisa realizada para a elaboração de dissertação de mestrado em geografia<sup>1</sup>, a qual se propôs analisar as relações envoltas à produção sericícola realizada por camponeses no município de Diamante do Sul, mesorregião Oeste do estado do Paraná. Os camponeses estão vinculados à empresa Bratac por meio do sistema de integração, o que possibilita relativa intervenção da indústria nas propriedades camponesas. Por meio desse processo de controle da circulação da produção camponesa, o capital industrial garante a subordinação da renda da terra.

A Fiação de Seda Bratac Ltda. foi criada em 1940 no município de Bastos/São Paulo (SP), originada a partir da associação Brazil Takushoku Kumiai, que apoiava a vinda de imigrantes japoneses a fim destes seguirem na atividade sericícola. Em 1974 a empresa se instala no município de Londrina, no estado do Paraná (PR). Atualmente a Bratac é a única empresa no Brasil que se mantém ativa na sericultura, sendo que, grande parte de suas plantas industriais localizam-se no Paraná, com a matriz sediada no município de Londrina/PR, e a filial em Bastos/SP.

---

<sup>1</sup> Dissertação de mestrado defendida em 2023 junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), *campus* de Marechal Cândido Rondon/PR. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6770>.

Em Diamante do Sul a sericicultura é realizada nas propriedades camponesas, as quais possuem entre dois (02) e seis (06) hectares de área e produzem aproximadamente nova (09) lotes<sup>2</sup> anuais. A produção familiar do bicho-da-seda é realizada majoritariamente de forma manual, não necessitando de maquinários. O processo de trabalho que envolve diretamente a criação do bicho-da-seda, incluindo o período anterior e posterior a chegada das larvas, segue às regras pré-determinadas pela indústria.

No presente artigo aborda-se a complexa relação entre subordinação e resistência que os camponeses sericultores estão inseridos. Constatou-se que, embora se tenha o conhecimento da subordinação, os camponeses vislumbram na sericicultura uma alternativa de produção nas suas propriedades, diante da inexistência de políticas de Estado voltadas para a agricultura camponesa que possibilite melhor acesso à terra e condições que evitem a sujeição ao capital industrial. Verificou-se também um conjunto de resistências que os camponeses constroem no seu cotidiano, como os cultivos destinados ao autoconsumo familiar. Nesse sentido, compreende-se que a reprodução camponesa está inserida numa complexa e contraditória trama organizacional que tem como objetivo a garantia da reprodução do grupo familiar.

A metodologia da pesquisa privilegiou a coleta de dados e informações junto a órgãos públicos e privados, o estudo de obras referenciais e, sobretudo, a pesquisa de campo, ocorrida entre dezembro de 2021 e junho de 2022<sup>3</sup>, a qual possibilitou a realização de entrevistas com nove (09) famílias, totalizando doze (12) camponeses que atuam na sericicultura. As entrevistas foram fundamentais para captarmos a realidade que os camponeses estão inseridos e confrontá-la com os dados obtidos e com o referencial teórico. As entrevistas foram gravadas, transcritas e sua divulgação, para fins acadêmicos, foi autorizada pelos camponeses. Nas citações das falas dos camponeses/camponesas, optou-se metodologicamente por não identificar os/as entrevistados/as, apresentando os trechos das entrevistas da seguinte forma: “Camponês A, B, C, D ...”. Além disso, inseriu-se também a localização com o nome da sua

---

<sup>2</sup> Lote corresponde a cada período de criação (chegada e entrega) das lagartas de bicho-da-seda. Estas são distribuídas pela empresa em caixas aos sericultores, sendo que cada caixa possui uma média de 35 a 40 mil lagartas, pesando cerca de 10 a 20 gramas. A quantidade de caixas entregue por lote aos sericultores dependerá do tamanho do barracão.

<sup>3</sup> Destaca-se que o trabalho dos autores junto as respectivas comunidades camponesas, ocorre desde 2018 quando estes integraram a equipe do projeto de extensão “Educação, Terra e Juventude em ambientes no Cantuquiriguaçu: Vidas Camponesas em Gerações e experiências de populações em assentamentos rurais em Campo Bonito e Ibema e em ocupação suburbana em Diamante do Sul”, coordenado pelo professor doutor Paulo José Koling (Tc n. 144/2018- SETI/UGF/USF/UNIOESTE).

comunidade, mês e ano da entrevista. Desse modo, assentado no método dialético, procura-se relacionar os apontamentos teóricos à realidade dos camponeses estudados, tendo a análise das contradições como elemento fundante para interpretação e compreensão dos processos relacionados.

### **1. O sistema de integração na sericicultura e a subordinação da renda da terra camponesa**

A sericicultura em Diamante do Sul está atrelada a vínculos contratuais entre a indústria Bratac e as famílias camponesas. No respectivo município encontram-se nesta situação, 142 famílias (com 143 barracões), totalizando uma área de influência de 223 hectares (BRATAC, 2019). Na produção sericícola do município em análise, parte significativa da área das propriedades é destinada para o cultivo das amoreiras e instalação dos barracões.

Essa relação de integração com os camponeses é extremamente vantajosa para a indústria, permitindo maior acúmulo de riqueza do que se a atividade fosse realizada por meio do trabalho assalariado, o que significaria aumento dos gastos com horas extras, adicional noturno, férias, entre outros direitos trabalhistas, acarretando na elevação do preço da matéria-prima (PAULINO, 2012). Portanto, através desse sistema, a Bratac consegue se apropriar dos resultados do trabalho dos camponeses, conseqüentemente, da renda da terra, por meio do controle da circulação da produção, visto que, o contrato de integração prevê a comercialização integral da produção com a respectiva indústria. Ou seja, há momentos que o capital não expropria os camponeses, mas subordina a produção destes à indústria (ROOS, 2015), como no caso em análise, em que a terra continua sendo dos camponeses, mas há um processo de subordinação da renda produzida.

No caso investigado, as famílias camponesas são as responsáveis por todas as etapas de produção e cuidados constantes em torno do ciclo das lagartas, acrescenta-se que, a maior parte do trabalho é realizada de forma manual. As lagartas do bicho-da-seda são destinadas às propriedades camponesas a partir da terceira idade (Figura 1) precede a isso um conjunto de trabalhos prévios que envolvem a limpeza do barracão, o cultivo das amoreiras, os quais se ampliam com a chegada dos lotes e a manutenção das lagartas em todos os ciclos de vida posteriores (Figura 2).

**Figura 1: Cultivo do Bicho-da-seda na terceira idade e amoreiras em propriedade camponesa - Diamante do Sul/PR.**



**Figura à esquerda:** Bicho-da-seda na terceira idade, após limpeza do barracão. **Figura à direita:** Cultivo de amoreiras em propriedade camponesa - Diamante do Sul/PR. **Fonte:** Trabalho de campo. **Fotos:** Autora, 2022.

**Figura 2: Fases finais do Bicho-da-seda - Diamante do Sul/ PR.**



**\*Figura à esquerda:** Quarta idade do bicho-da-seda. **Figura à direita:** Quinta idade do bicho-da-seda e início do processo de subida aos bosques. **Fonte:** Trabalho de campo. **Fotos:** Autora, 2022.

As folhas das amoreiras são o alimento das lagartas do bicho-da-seda e o cultivo das plantas deve prever a quantidade necessária para os nove (09) lotes anuais possíveis. As lagartas possuem um ciclo de 28 dias, totalizando no período de um ano, aproximadamente nove (09) meses de trabalho diretamente envolvido na criação do bicho-da-seda. Desse modo, no ano, durante três meses não se produz necessariamente o bicho-da-seda, período correspondente a estação do inverno, pois as baixas temperaturas, impactam negativamente o desenvolvimento das amoreiras e, conseqüentemente, no alimento das lagartas. É neste período que os camponeses fazem a manutenção das amoreiras, tais como poda, limpeza e adubação.

Olhar para essa dinâmica contribui para o entendimento de que a organização da propriedade camponesa possui estreita relação com fatores da natureza, ou seja, a

suspensão do trabalho direto na criação do bicho-da-seda, decorre da dificuldade em se obter alimentos diante das temperaturas mais amenas, resultantes do período de inverno, o que impacta negativamente o desenvolvimento das amoreiras. No entanto, essa situação não significa interrupção no processo de subordinação da renda camponesa. Pelo contrário, é o período que tal situação fica mais evidente, pois não há entrada de rendimentos monetários ao tempo em que é necessário todo um trabalho com as amoreiras, para que estejam prontas para o recebimento de novo lote de bicho-da-seda, assim que o frio mais intenso findar.

Embora não recebam renda no período de inverno, por não possuir trabalho direto com a criação do bicho-da-seda, este momento não significa ociosidade para os camponeses. Pelo contrário, há o trabalho de cuidado diretamente para com as amoreiras o que envolve dispêndio de energia e recursos monetários para manutenção da atividade. Em todas as entrevistas realizadas foi possível perceber a dificuldade que a família enfrenta durante este período. Um dos nossos interlocutores enfatiza que:

A dificuldade nossa... é que... chega no inverno, assim, que nem agora esse ano vamo tirar nove lote né? Daí no causo nós fica três... três mês ali é... sem... sem ganho, né? E... trabalhar, tem que trabalhar, né? Tem que adubar as amoreira, que nós aduba sempre no inverno, daí tem que compra os adubo, né? Comprá o adubo orgânico e... podá, e limpá, tem que manter as amora, né? E fazer os reparo que tem no inverno. Então serviço sempre tem, mas não temo ganho daí no causo. A nossa dificuldade é essa, né? Inverno... para o ganho... Então que nem abelha, né? trabalha no verão pra comer no inverno, né? Se tivesse um qualquer outro ganho no inverno, já muda a coisa. (Camponês A, Comunidade Alto Cascudo, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022).

Na passagem anterior observa-se a existência concreta da subordinação da renda da terra, mas também está explícita a insatisfação, pois como apontado, o trabalho ocorre o ano todo e o rendimento monetário é interrompido durante o inverno. Diante disso, os camponeses que já não possuem nenhum incentivo do Estado, nos períodos de inverno, se deparam também com a inexistência de contrapartidas financeiras da empresa, levando-os a se sujeitarem a outras atividades acessórias, tais como, trabalhos de pedreiro, carpinteiro, trabalhos como meeiros, de empreitas, prestação de serviços rurais braçais entre outros, a fim de obtenção de rendimentos para manutenção das necessidades básicas familiares.

Assim, o uso do termo “parceria” pelo sistema integrado não passa de mera narrativa que busca esconder as condições desiguais existentes entre a empresa

capitalista e a família camponesa. Tal processo esconde que quem irá se apropriar do fruto do trabalho da família camponesa é a indústria integradora, por meio da monopolização do território.

Embora a empresa capitalista dita regras na propriedade camponesa, não há um controle total, visto que, a terra continua sob domínio dos camponeses. Nesse sentido, ocorre o processo de monopolização do território (OLIVEIRA, 1996), principalmente via circulação da mercadoria, pela qual, se garante a apropriação da renda da terra, fruto do trabalho coletivo da família camponesa. “Esta tem sido a prática do capital comercial e industrial, sujeitar a agricultura aos seus ditames. Estabelecendo o monopólio na circulação, o capital subjuga, de um lado, grandes e pequenos agricultores e, de outro, os consumidores, com seus preços monopolistas” (OLIVEIRA, 2012, p. 23).

Vale ressaltar que o fio da seda é um produto voltado à exportação para mercado internacional. Nesse sentido, Oliveira (2012) destaca sobre os monopólios mundiais em que, as empresas mundiais surgem tanto de empresas estrangeiras como nacionais e se articulam através da territorialização dos monopólios e da monopolização dos territórios (OLIVEIRA, 2012).

O sistema de integração utilizado pelas indústrias capitalistas se insere no contexto da monopolização do território e a consequente drenagem da renda da terra camponesa. Ou seja, parte considerável da mundialização da agricultura brasileira se sustenta através da produção camponesa, sendo a sericicultura exemplo deste processo.

No momento da entrega da produção de seda pelos camponeses, a indústria realiza uma classificação de qualidade. Tal processo é realizado exclusivamente pela empresa, ou seja, os camponeses não participam dessa fase. Como já advertido por Paulino (2003), os camponeses não possuem controle algum no valor que será pago pela produção, em vista de todos os critérios que são feitos pela própria empresa integradora.

Por ocasião da classificação dos lotes entregues na indústria, a qual definirá os preços a serem pagos, os maus resultados, como produção baixa ou fora do padrão, são atribuídos a dois fatores: Qualidade das instalações e métodos inadequados de manejo. Embora construída pelos integrados por conta e risco, a estrutura de produção mais parece uma extensão da indústria. Além das instalações se prestarem exclusivamente para esse fim, os criadores estão permanentemente sob pressão para readequá-las conforme os patamares de produtividade, continuamente redimensionados. Assim, ao estabelecerem os critérios de preços da matéria-prima, as integradoras têm como trunfo o argumento de que a baixa rentabilidade resulta da inobservância das orientações quanto às instalações e ao manejo. (PAULINO, 2003, p. 118).

Em todo ciclo do bicho-da-seda há um cuidado minucioso da família camponesa e, mesmo com todos os esmeros, os casulos estão sujeitos a classificação de qualidade imposta pela integradora. De tal modo, o casulo limpo, com a crisálida viva, significa que é de primeira qualidade. Se o casulo for irregular, malformado, com manchas ou a casca for mais grossa, significa perda da qualidade, implicando no teor da seda e conseqüentemente no valor pago aos camponeses. Ou seja, a classificação ocorre a partir de critérios da empresa, garantindo estratégias de subordinação da renda da terra camponesa. Embora haja o trabalho penoso dos criadores durante o ciclo e na manutenção minuciosa das amoreiras, a integradora argumenta que os maus resultados se devem ao cuidado indevido dos camponeses. O resultado é o controle total da indústria Bratac, sob o valor pago pelos casulos, evidenciando a subordinação da renda camponesa.

Outro apontamento que se faz necessário neste processo são os insumos vendidos pela indústria no momento do início de cada lote. Os custos destes são descontados no momento da entrega dos casulos. Este momento da “entrega” dos casulos é a materialização da subordinação da renda da terra camponesa, como descrito anteriormente. É no momento da “entrega” da produção que os sericicultores pagam suas dívidas contraídas junto a empresa, sejam estas relativas a financiamentos do barracão ou aquisição de insumos.

Das nove (09) famílias entrevistadas na presente pesquisa, seis (06) realizaram financiamentos em instituições financeiras ou diretamente com Bratac para viabilizar a construção dos barracões por meio do parcelamento dos débitos. As outras três (03) famílias não recorreram ao respectivo expediente para aquisição dos barracões, realizando a compra direta e se utilizando de materiais existentes na própria propriedade.

Os sericicultores estudados, sempre procuram formas, mesmo que oriundas da individualidade da família, de escapar dos financiamentos privados. No entanto, diante da inexistência de políticas públicas concretas voltadas a classe camponesa, invariavelmente se encontram “amarrados” às empresas capitalistas, no caso específico, com a Bratac. Especialmente perante a realidade concreta de parca disponibilidade de terra. O relato de uma camponesa é contundente quanto a este processo: “Que na verdade é... a gente, né? Que tem menos, menos terra, né? Aí compensava mais na

época plantá amora e cria o bicho-da-seda, que produzia mais é, em menos terra.” (Camponesa I, Comunidade Alto Cascudo, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022).

Tal situação é muito semelhante ao estudo realizado por Vicini (2019). A autora, ao pesquisar o sistema integrado da fumicultura, aponta que, embora a respectiva atividade contraditoriamente possibilite a existência subordinada dos camponeses no campo, pois proporciona melhores rendimentos monetários em relação a área de terra disponível, acarreta numa “prisão” dos camponeses às dívidas contraídas junto ao capital industrial, pois a cada nova safra precisarão de novos insumos.

Pode-se compreender assim, que quando ocorre à monopolização da propriedade camponesa, o capital entra com o dinheiro, isto é, em forma de empréstimos para que o camponês tenha as condições de produzir a mercadoria e entregar o fruto do seu trabalho para o capitalista como forma de pagamento da dívida. E o capitalista se apropria do produto do camponês, isto é a renda da terra e a transforma em dinheiro novamente, ou seja, em renda capitalizada, pois faz a circulação do produto. (VICINI, 2019, p. 88).

Do mesmo modo, ocorre com os sericicultores. Em cada novo lote precisam de algum insumo fornecido pela Bratac. Embora alguns camponeses adquiram de forma particular, ou substituam por outro material, “Nós compra na Agrinco...o cal... esses tempo a Bratac fornecia pra nós o formol, mas nós paremo de usar o formol, né?... é que a gente usa cal e quando dá assim alguma doença assim, né? Nós usa quiboa, né? pra eliminá os vírus ali” (Camponês A, Comunidade alto Cascudo, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022), estão imersos em formas de subtração da renda da terra.

Os camponeses, de forma individual, compreendem o processo de subordinação da renda em que estão inseridos, e, por vezes, manifestam insatisfação com o montante pago pela empresa capitalista e com as exíguas políticas públicas voltadas ao campesinato. O relato a seguir é elucidativo:

É, na, na verdade assim, eu acho que a, a dificuldade que o produtor enfrenta tem vários tipos, né! De dificuldade, né! As vez tem, eles tem problema sanitário, problema de doença nós já tivemos no barracão, né? Aí morre muito, a produção cai, né? É... tem de natureza do clima, né? Agora houve estiagem nos últimos dois anos, né? Diminui. A amoreira não cresce, né? Diminui a produção também, né? Tem a questão de, de preço, o produto que as vezes, esse produto é vendido pra exportação, é vendido em dólar, mas nem sempre a empresa repassa os ganhos, né? Pro produtor, né? Que quando o dólar tá, o dólar tá alto, a empresa fatura mais, né? Mas nem sempre ela repassa, né? E... e a gente tem dificuldade porque não é... por questão de, de falta de investimento, de ter uma, uma tecnologia melhor pra trabalha, né? Ca, na agricultura mesmo né? Que uma coisa que a gente vê assim que não tem é, no, no Brasil pelo menos a gente vê que não há uma, uma política assim

voltada pro pequeno, pra desenvolve equipamento, assim de pequeno porte, né? ao alcance, né? Do, do pequeno agricultor, né? Então esse trabalho aqui a gente faz é mais manual mesmo, né? É de forma bem, bem rústica, né? Existe máquinas, mas já pra grandes produtores, né? Produzi é... já com trator de grande porte, ou médio porte, né? Então é.. já é uma coisa que tá fora do alcance né da gente, ter um investimento muito grande pra pequeno, né? (Camponês D, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022).

É evidente a necessidade de políticas públicas com incentivos e proteção para a agricultura camponesa, pois está mais vulnerável, seja diante às intercorrências decorrentes dos fatores diretamente relacionados à produção, ou ao processo de ampliação da extração da renda e acumulação de riqueza por parte do capital, evidenciado, por exemplo, na redução dos preços pagos aos produtos.

É, e os preço né? Os preço não ajuda, não... tinha que tá bem mais, né? Que nem eles que precisam da seda, eles que, eles que fazem contrato pra entregá tantos quilos de seda, eles tinham que incentivar mais o produtor, né? Incentivasse mais, né? Não tem incentivo, eles querem seda mas não tem tanta incentivação, né? De uns ano pra cá, depois dessa pandemia aí, aí num... a seda no preço que ela tá num tá, num tá ajudando, as coisa subiu demais e ela não subiu né? [Quanto que tá a seda hoje?] Ah! hoje se pega em média de vinte e dois, até vinte e seis, vinte e sete se pega. Mas é mais ou menos por aí, assim. Hoje de acordo com o que subiu as outras coisas, hoje a gente tinha que tá vendendo a seda a quarenta real o quilo, né? Pra tá mais ou menos. (Camponês B, Comunidade Alto Cascudo, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022).

As falas expressam o conhecimento dos camponeses sob os preços dos produtos e os processos envolvidos. Ou seja, não estão alheios à situação. Todavia, no enfrentamento a condição imposta, prevalecem ações restritas a organização familiar. Não se identificou, por exemplo, articulações mais amplas e articuladas entre os sericultores de modo a buscar saídas coletivas ao processo de subordinação que estão inseridos, seja por meio de reivindicações de políticas públicas específicas para a produção ou no embate direto com a Bratac. Para além da luta cotidiana da família camponesa, averiguou-se apenas uma tímida iniciativa coletiva, a qual apresenta limites pois está diretamente relacionada aos interesses da Bratac, contudo, permitiu que os camponeses pudessem expressar seus descontentamentos. O relato de um camponês ajuda na compreensão da respectiva situação,

Não, a dificuldade tava assim pra... a questão de é... se tá difícil por causa do preço, que tava muito baxo o preço do casulo. E daí você começa a, até o [filho dele] tava desanimado até janero, porque daí você, ó, se tem que... tacá adubo orgânico, tá caro, né? O ano passado tava 150, hoje já tavam falando que ninguém ia mais entregá uma tonelada de adubo orgânico de galinheiro

por menos de 300 reais e o casulo no mesmo preço, daí não tem como você trabalha, né? Com a quantia de, muito alta de adubação e, e o teu retorno não, não tá acompanhando, né? Então aí tava difícil, agora deu uma melhorada, porque daí a empresa já não tá cobrando a larva, né? A gente tá torcendo que a partir de setembro, que agora, que nem nós aqui, é a última remessa antes do inverno, daí chega o inverno para tudo, vai começa em setembro de novo, então se tem que pegá e... ir de boa. [E por que que a empresa resolveu então amenizar?] Pressão dos agricultor. Teve pressão, porque daí nós tamo num grupo agora né? De, dos sericultores e todo mundo opina ali né? Sai coisa boa e sai coisa pesada ali (risos). [Então vocês se reuniram em reunião ou como é que foi?] Não, esse é no grupo no WhatsApp. É, com a empresa, a empresa que criou esse grupo, né? E daí pra eles ouvir um pouco, né? E daí no eles ouvir que todo mundo, um se queixa de um jeito, outro se queixa do outro e aonde que eles decidiram de... porque o pessoal comenta assim: Diz não, se a empresa quantos anos tá vivendo disso, porque que ela não pode ajuda também um pouco o agricultor, né? (Camponês C, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022).

O descontentamento dos criadores diante das ações da empresa, demonstra que, ainda que não estejam organizados de forma coletiva mais sólida, num movimento social ou associação, não quer dizer que são sujeitos apolíticos. A insatisfação em torno da pauta comum está explícita e, mesmo que de forma contraditória, há demonstração da resistência diante dos preços e condições impostas pela Bratac. Após a cobrança coletiva dos sericultores, obteve-se relativa melhora tanto no preço do quilo dos casulos, quanto em algumas situações específicas relativas à produção como a cedência sem custo das larvas e a postergação do pagamento dos débitos contraídos junto a indústria.

Agora eles [Bratac] deram uma reagida até boa, sabe? Mas assim, eles perceberam que o pessoal tava abandonando, né? E... a gente vendia aí a sessenta dias atrás, a gente vendia o, o casulo aí... um casulo de boa qualidade pegava aí... E quando era muito bom pegava tipo 25 reais o quilo né? Aí eles começaram a perceber, eles, eu tava falando, tipo um pouco e repassaram poquinho, mas um poquinho, né? Do que eles ganharam a mais com a alta do dólar aí, aí eles [Bratac] pegaram e falaram: Não vamos cobrar, porque a gente paga as larva, né? Não, vamos cobrar as larva e, e deram um aumento de, de quatro reais e pouco por quilo, né? Agora chega a trinta, né? A gente tem que chega a trinta o quilo e... Não vão cobrar as larva e a dívida, quem tem dívida, porque sempre pega alguma coisa, né? Pra, comprar alguma coisa, né? E deve um pouco, aí vamos, vamos congelá a dívida, até começa a próxima safra. Então é alguma coisa, né? Não resolve o problema, mas (risos) é alguma coisa, deu uma melhorada, né? Mas... (Camponês D, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022).

Mesmo ante a tênue mobilização é possível reafirmar a importância da luta coletiva do campesinato, ainda que “não resolva o problema”, evidencia a capacidade de reivindicação dos camponeses, com o intuito de melhorar suas condições imediatas,

externando o conhecimento dos processos que envolvem a comercialização dos casulos no mercado nacional e internacional.

Outrossim, tem sido comum o abandono da atividade sericícola como resposta as insatisfações. “[...] e então o pessoal começo a... a abandoná. Abandonaram e teve gente, tem um compradre meu, aqui vizinho, ele, eles pegaram e abandonaram e foram pra cidade, daí, tão lá os dois empregado, porque daí eles vão ganhá um, um pouco mais, né? (Camponês D, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022). Se de um lado o abandono da atividade é um ato restrito a decisão familiar e revelador das condições exploratórias que os camponeses estão inseridos, também indicando a falta de estruturas de enfrentamento coletivo mais sólidas, por outro, é a expressão de que a empresa não possui o domínio sob os camponeses. Estes, por deterem o domínio da terra, conservam a possibilidade de escolha em deixar ou não a integração, embora no sistema capitalista isso não signifique autonomia plena. Para a empresa é desvantagem perder um “parceiro”, sendo que, é na subordinação da renda produzida por este, que se alicerça seu processo de acumulação de capital.

Portanto, o capital se apropria da riqueza produzida no território camponês (OLIVEIRA, 1996; FABRINI, 2004; PAULINO; ALMEIDA, 2010; ROOS, 2015; VICINI, 2019), sendo que, o resultado do fruto do trabalho dos sericicultores beneficiará as grandes grifes internacionais da seda. Porém, este território não é controlado na sua totalidade, porque o camponês tem relativa autonomia sob um conjunto de atividades para além da sericultura, as quais são desenvolvidas pela família, levando-o a permanecer e resistir na terra. Embora o campesinato esteja inserido no modo de produção capitalista, sua forma de organização se difere da indústria, ou ainda, se difere das grandes propriedades do agronegócio, porque seu objetivo é a manutenção do grupo familiar<sup>4</sup>. Ou seja, é na terra de trabalho que o camponês assenta sua dinâmica específica de organização das atividades rotineiras.

Em outras palavras, os camponeses têm o conhecimento que somente da sericultura, a família não sobreviveria no campo. Conforme Fabrini (2007), apesar de subordinados, os camponeses são conhecedores de seu processo de produção, além de

---

<sup>4</sup> A intenção aqui não é de excluir as experiências de protagonismo dos camponeses no gerenciamento de agroindústrias, cooperativas entre outras iniciativas que visam garantir o escoamento e comercialização da produção camponesa (a exemplo de inúmeras iniciativas vinculadas, especialmente, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST). Entende-se que todas estas ações criadas e recriadas pelo campesinato no que diz respeito à produção, possuem como centralidade a garantia da existência do grupo familiar.

possuírem certa autonomia e controle desse processo produtivo, e por este motivo a alienação não os atinge da mesma forma que um operário de uma fábrica. Desse modo, sua capacidade de organização não está voltada apenas para o sistema integrado, mas se relaciona com outras atividades, exemplo do autoconsumo, o qual será abordado no próximo item.

## **2. Autoconsumo e a resistência dos camponeses**

Durante o ciclo do bicho-da-seda, há um cuidado rigoroso por parte da família camponesa para que a produção seja “bem-sucedida”. Aliás, o trabalho familiar vai além dos cuidados com as lagartas, ou seja, envolve também a limpeza do barracão e principalmente no período do inverno, a manutenção das amoreiras, momento em que não recebem renda proveniente da atividade da sericicultura.

Considerando a pouca área de terra disponível para os camponeses em tela, observou-se que mesmo diante das contradições existentes e perante as atividades comerciais que se apresentam aos agricultores, a sericicultura se insere como alternativa que possibilita melhor ingresso de rendimentos monetários, conforme relato a seguir:

É sofrido, mas não tem outra alternativa de, de... tem que peliá né? alguma coisa. Que nem agora tem o bicho-da-seda, o bicho-da-seda tem cento e poucos barracão em Diamante... e pra chácra assim... num tem! Tem que ser o bicho-da-seda, que é o único que dá um salarinho, né? Tem bastante barracão, bastante gente que lida, com bastante caxa, né? Assim... até oito caxa, sete caxa, seis caxa de bicho, então tira ali seu salário, né? (Camponês F., Comunidade Erval Bonito, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022).

É preciso explicitar que as amoreiras são plantas perenes e nas áreas que elas são cultivadas não é possível a rotação de culturas. Ou seja, nos períodos de inverno, quando se interrompe a produção, os sericultores não conseguem realizar outros cultivos nestas áreas em que estão alocadas as amoreiras. Nesse sentido, durante as entrevistas ficou explícito que, especialmente nos períodos de inverno, como forma de complementar a renda para manutenção familiar, os camponeses precisam executar trabalhos fora das suas propriedades, tais como: atividades na construção civil, como meiros, arrendatários, funcionário público entre outros.

Apesar das formas de subordinação impostas pela indústria, há resistências (algumas contraditórias, outras do universo camponês), que se relacionam nesse processo.

Nos sericicultores de Diamante do Sul, encontra-se de forma muito efetiva a troca de dias de serviço e práticas de ajuda mútua entre vizinhos. A organização do trabalho de forma familiar é outra atividade constante nos sítios camponeses. Por fim, destaca-se a presença marcante do autoconsumo enquanto práxis rotineira em torno da qual se organiza a dinâmica laboral.

Paulino e Almeida (2010), sustentam que o “modo de vida” camponês não é organizado pelas necessidades do mercado, evidenciando o mito da homogeneização do território pelo capital ao tempo que demonstram que o território do campesinato possui um conjunto de especificidades que o distinguem do capitalista. Essa leitura contribui para a compreensão de que a existência do campesinato envolto na sericultura não é determinada pelo sistema integrado, embora isso faça parte, há um conjunto amplo de relações que sustentam o objetivo central da construção das condições para a manutenção do grupo familiar na terra.

Os camponeses combinam à integração na sericultura outras atividades rotineiras, vinculadas ao autoconsumo, tendo em vista que, os camponeses não possuem dedicação exclusiva com o bicho-da-seda. Há diversidade nas atividades do autoconsumo da família camponesa, as quais envolvem a criação de porcos, galinhas, cultivos de arroz, feijão, batata, milho, mandioca, hortaliças em geral e diversos pomares de frutas espalhados pelas propriedades (Figura 3).

**Figura 3: O autoconsumo nas propriedades camponesas em Diamante do Sul/PR**



**\*Figura à esquerda:** Hortaliças direcionadas ao autoconsumo em propriedade camponesa. **Figura ao centro:** Cultivo de mandioca para autoconsumo em propriedade camponesa. **Figura à direita:** Criação de galinhas para autoconsumo em propriedade camponesa. **Fonte:** Trabalho de campo. **Fotos:** Autora, 2022.

Entretanto, essas situações também indicam que a empresa capitalista se apropria da renda derivada desta diversificação, ampliando a retenção da riqueza produzida na atividade da sericicultura, pois a manutenção das condições de vida dos camponeses, não está dependente unicamente da produção do bicho-da-seda. Paulino (2003), aprofunda tal análise:

Prova disso é que as empresas classificam como sericultores ideais aqueles que são proprietários e desenvolvem atividades paralelas, inclusive de autoconsumo. Portanto, para se manter, os camponeses devem ter renda acessória, em geral obtida com a diversificação interna e produção parcial de alimentos, pois o retorno monetário da sericicultura não é suficiente para a compra de todos os víveres e satisfação das demais necessidades básicas da família. (PAULINO, 2003, p. 161).

Paulino (2003) também ressalta que, somente a sericicultura não é suficiente para as necessidades da família camponesa, questão que os próprios criadores percebem: “Se você não tivé uma estrutura fora, só daqui, só você, pra você comê e tudo num... num dá!” (Camponês C, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022). Esta fala sinaliza a “peleja” que os camponeses enfrentam no sistema integrado da sericicultura, sendo conscientes da sua realidade, por este motivo não seguem passivos diante da exploração do capital, encontrando num conjunto amplo de atividades, formas de garantia de sua existência. Nesse sentido, se reitera que as atividades do autoconsumo estão fundamentadas nas necessidades básicas para manutenção da família camponesa, se constituindo enquanto resistência para permanecer na terra.

É preciso assinalar que em todas as doze (12) entrevistas realizadas identificou-se o autoconsumo como atividade conjunta com a sericicultura. Ou seja, o autoconsumo faz parte da realidade dos sericultores, sendo um conjunto diverso de cultivos que são destinados para a manutenção da família. Alguns trechos das entrevistas realizadas com os camponeses contribuem na compreensão:

No causo nós... nós tem **tudo pro gasto, né?** Tem tudo Criolo, né? Daí...daí **diminui no mercado**, né? [...] Nós engorda um porco, tem a galinha, tem o ovo, o porco tem a banha, né? E... daí o resto dos mantimento nós planta de tudo, né? Pra ter pro gasto... [O que vocês plantam?] Camponês: É... o milho, feijão... arroz nós plantemo ali mas é... com esses problema de seca não dá mais, daí paremo. Camponesa: Verdura, mandioca... Camponês: É, nós temo a horta, sempre tem... É, meio de tudo pro gasto, né? Tem, daí... desde arvoredo nós temo, né? Nossas verdura, produz meio de tudo... café... nós temo café crioulo. (Camponês A e Camponês B, Comunidade Alto Cascudo, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022, grifo nosso).

Aí a gente não vende, né? A gente, é... cria um porco ali pra comer a carne, umas galinhas também, né? E... e a gente planta feijão, né? **Mas só pro consumo também, né?** É... mandioca, batata, essas coisa aí, né? Uma horta também, mas é só pro consumo. **Se tivé alguma sobra lá uma vez ou outra**, se sobrá, né? Entende né? [...] Já aconteceu de nós colhê mais feijão do que, do que o previsto e aí a, **a sobra a gente, a gente vende, né?** (Camponês D, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022, grifo nosso).

[Além do bicho-da-seda né? Tem algum outro tipo de produção menor? E criação de galinha ou outros animais?] Camponês: Não, nós temo só o bicho-da-seda, galinha **só pro gasto**, num vendemo, né? Só pro gasto, mas é...mas é só pro gasto mesmo. Camponesa: Mas tem galinha, tem porco, tem vaca, cavalo, mas pra venda não. Camponês: Horta também. Camponesa: É, hortinha nós planta as coisa **só pro gasto né? Não pra vende**. Camponês: Vendemo memo só o casulo. (Camponês F e Camponês G, Comunidade Erval Bonito, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022, grifo nosso).

As diversas plantações e criações de animais são representadas nas falas dos camponeses como algo corriqueiro e destinadas “só para o gasto”, sendo a comercialização destas somente “quando sobra”, ou seja, quando excedem as necessidades do grupo familiar. Portanto, a diversificação está interligada centralmente ao autoconsumo, sendo de grande importância para a recriação camponesa, representando o alimento produzido pela própria família. Somente quando há excedentes que ocorre a comercialização.

A diversidade de cultivos representadas no autoconsumo, não apresenta mediação com o mercado, pois o camponês não vende esta produção para obter renda, para em seguida comprar outro produto. Essa relação do autoconsumo é primordialmente para a manutenção do grupo familiar, representando sua autonomia diante das amarras do sistema capitalista no campo. Embora o autoconsumo apareça nas falas dos camponeses como algo menor “só para o gasto”, é essa diversidade de produção que garante o sustento e também a permanência no campo.

Assim, conforme visto nas falas dos entrevistados, os sericicultores de Diamante do Sul se articulam, sobretudo, tendo no autoconsumo uma estratégia para a produção da sua existência e assim permanecer no campo. A autonomia que os confere, mesmo diante das contradições inseridas no sistema de integração, é um aspecto da vida camponesa, o qual cotidianamente, busca-se escapar das amarras do capital. Deste modo:

O ideário da produção para autoconsumo ou mercantil simples implica numa autonomia porque são os camponeses os produtores diretos dos meios de vida. Por isso, uma grande parte dos camponeses despossuídos da terra almeja alcançá-la porque vê aí uma possibilidade de independência e

autonomia. Embora a produção camponesa esteja integrada aos mercados capitalistas mundiais, a família se constitui numa unidade econômica de produção e apresenta uma lógica diferente da empresa, pois é regida pelas necessidades, consumo e sobrevivência do grupo. (FABRINI 2007, p. 25).

As famílias sericicultoras de Diamante do Sul, inseridas na cadeia da indústria da seda, articulada com mercados internacionais, não tem a mesma lógica mercadológica do capital. Ao contrário, estes sujeitos procuram se esquivar da pressão que lhes é imposta no momento da produção da matéria-prima utilizada pelas grandes grifes internacionais. Dito de outro modo, os camponeses da sericultura objetivam recriar-se a partir de uma diversidade de atividades que realizam em suas propriedades. É inegável a existência de contradições nesse processo, no entanto, a produção de bicho-da-seda, somada com seu modo de vida, lhes possibilita a manutenção no campo.

Os camponeses buscam sua autonomia (mesmo que relativa), aspecto negado em caso de expropriação do campo. Deste modo, a diversificação é importante para a autonomia campesina e para permanência no campo, mesmo que haja um conjunto de contradições inseridas neste processo. Conforme as falas dos camponeses entrevistados, seu objetivo não é ir para a cidade, porque enxergam nesse caminho as dificuldades e a perda dessa autonomia:

Porque você pensa assim ó! Se, se eu tô errado, cada um barracão desse aqui você, você produz é a produção dele é cê mantém tua família, aqui no sítio. Que é muito melhor do que i todo mundo pra cidade, vai pra lá, é água, é aluguel, é luz, é tudo, né? E as coisa é muito mais difícil na cidade. Sendo que aqui se você tivé uma horta, você já, a tua vida é muito melhor, né? Você trabalha aqui ó! Você corta a amora cedo, tá fresco. A hora que esquentar você só fica trabalhando na sombra aqui dentro, você fica tratando de, de bicho, você fica montando bosque, você é tudo, serviço aqui dentro, né? Não precisa tá lá no solão lá. E de tarde agora, ó! Já tá quase na hora de nós ir cortá mais amora pra tratá de noite, porque refresco, você já vai cortá amora porque tem que tratá deles a noite [...] (Camponês C, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022).

A contribuição desta fala mostra a compreensão sobre a complexidade em viver na cidade, não se identificando com a vida urbana, porque difere-se da dinâmica de quem vive no campo, o qual garante um conjunto de cultivos para manutenção da família. Ou seja, esta fala sinaliza a vida no campo como possibilidade de obter uma relativa autonomia, de modo que, a organização familiar é possível por estar na condição de camponeses. Caso estivessem na condição de trabalhadores assalariados, precisariam cumprir ordens de um patrão e horários inflexíveis. Portanto, os sericultores não desejam perder a condição de serem donos do seu próprio tempo, de

modo que, a mudança para a cidade significaria mudar sua classe social, e por isso a resistência se realiza por intermédio da luta pela manutenção da sua existência.

Não se trata de afirmar que a realidade posta é a ideal, já que há carência de um conjunto de políticas de Estado para melhoria das condições de vida. Se houvesse outras possibilidades para o campesinato, não precisaria necessariamente sujeitar-se à subordinação da empresa capitalista. Portanto, a realidade dos sericicultores reflete uma escala maior, que é a desigualdade social presente no campo brasileiro.

As relações existentes nos sistemas integrados da sericultura são complexas e relacionam contraditoriamente resistências engendradas pelos camponeses com a subordinação enfrentada por estes. Desse modo, há um conjunto de ações que os fazem permanecer no campo e que vão além da produção do bicho-da-seda, ao mesmo tempo e, contraditoriamente, tais práticas são utilizadas pela empresa capitalista para subtração da renda da terra camponesa. Assim, por mais que os camponeses estejam inseridos no processo de integração capitalista, cujo sistema os subordina, a diversidade de atividades encontradas propicia relativa autonomia.

Portanto, a resposta do campesinato diante da sujeição é seu modo de vida, que embora sofra com a monopolização das condições de reprodução imposta pelo capital industrial, tem como potencial um conjunto de atividades que fundamentam a manutenção do grupo familiar, e por meio destas garante as condições para a existência camponesa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O sistema de integração da sericultura subordina a renda da terra camponesa através da monopolização de seu território. No entanto, a subordinação não está desvinculada das resistências camponesas, e, portanto, são dois elementos que se relacionam contraditoriamente. Nessa relação contraditória, embora haja diversas formas de subordinação, não há o domínio completo da integradora, de modo que os camponeses gozam de relativa autonomia e tentam escapar das amarras que lhes são impostas.

Mesmo diante do controle imposto pela empresa capitalista, o território continua sendo dos sericicultores, os quais esquivam-se dessas imposições, ou ainda, por vezes abandonam a produção por entender que não é mais possível, buscando outras formas de se reproduzir enquanto camponês. Todavia, a maior parte dos camponeses

entrevistados relataram que continuam na sericicultura pelo fato de ser uma produção monetariamente mais rentável do que as alternativas disponíveis a eles. No entanto, mostraram ter conhecimento do processo de subordinação que estão inseridos. Embora os sericultores não estejam organizados coletivamente de forma estruturalmente mais sólida, as formas de resistência estão presentes e assumem características diversas, possibilitando a permanência na condição de camponeses.

Nesse cenário de contradições do sistema integrado da sericicultura, compreende-se que a Bratac não controla o território camponês na sua totalidade, pois os camponeses reservam relativa autonomia, como por exemplo, na organização da rotina de trabalho familiar. Assim, o modo de vida familiar camponês, assentado na diversificação de atividades e, principalmente, no autoconsumo, em que a produção está voltada diretamente para manutenção das necessidades básicas da família se ergue como resistência, mesmo que inserido num processo contraditório. Esta dinâmica da família camponesa possibilita a permanência na terra e sua existência enquanto classe.

Por fim, sustenta-se que as possibilidades de escape dos camponeses à subordinação presente, passam pela atuação do Estado na garantia de robustas políticas públicas que atendam, especialmente, o acesso à área de terra suficiente para a reprodução familiar, a comercialização da produção, bem como, o acesso aos insumos necessários à produção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRATAC. **Estrutura**. Disponível em: <http://www.bratac.com.br/bratac/pt/index.php>. Acesso em: 12 de Set. de 2023.

FABRINI, João Edmilson. A contradição como parâmetro de compreensão da existência camponesa. **Revista Geografia**, vol. 13, n. 2, jul-dez, 2004.

\_\_\_\_\_. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Ano 10, n. 11, jul-dez, 2007.

LIMA, Ivanildo Vieira. Produção de subsistência/ autoconsumo e resistência camponesa no assentamento Pedro Ramalho em Mundo Novo/MS. **Dissertação de Mestrado em Geografia**. Francisco Beltrão: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

\_\_\_\_\_. A mundialização da agricultura brasileira. In: XII Colóquio de Geocrítica, 2012, Bogotá. **Anais eletrônicos...** Bogotá: Universidade Nacional de Colômbia, 2012. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>. Acesso em: 12 de Set. de 2023.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e vida: A Geografia dos camponeses no Norte do Paraná**. Tese de doutorado em Geografia. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2003.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e Território: A questão camponesa no capitalismo**. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

ROOS, Djoni. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências**. Tese de doutorado em Geografia. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2015.

VICINI, Jennifer Paola. **A territorialização da produção de fumo na mesorregião Oeste do Paraná: Sujeição da renda da terra e as formas de resistência do campesinato**. Dissertação de mestrado em Geografia. Marechal Cândido Rondon: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2019. Disponível em: [https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/4434/5/Jennifer\\_Vicini\\_2019.pdf](https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/4434/5/Jennifer_Vicini_2019.pdf). Acesso em: 12 de Set. de 2023.



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

**Revista Mutirão**

ISSN: 2675-3472



---

#### **Vanessa Bueno Arruda**

Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), *campus* de Marechal Cândido Rondon-PR. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unioeste, *campus* de Marechal Cândido Rondon-PR. Integrante do Laboratório e Grupo de Pesquisa de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS) e professora da rede estadual de ensino do estado do Paraná.

Email: [vanessa.b.arruda@gmail.com](mailto:vanessa.b.arruda@gmail.com)

#### **Djoni Roos**

Professor no curso de Graduação em Geografia e nos Programas de Pós-graduação em Geografia e em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), *campus* de Marechal Cândido Rondon/PR. Integrante do Laboratório e

Grupo de Pesquisa de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS) e do Observatório da Questão Agrária no Paraná (OQA/PR).

Email: [djoni.roos@unioeste.br](mailto:djoni.roos@unioeste.br)



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



## Agrobiodiversidade em quintais agroflorestais: autonomia, resistência e vida para além da produção diversificada

Marilene Vieira Barbosa<sup>1</sup> , Tiago da Silva Pinto<sup>II</sup>  Mônica Cox de Britto Pereira<sup>III</sup> 

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, PE, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2370-1999>

Comissão Pastoral da terra- CPT, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0792-0788>

<sup>III</sup>Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, PE, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8570-1997>

### RESUMO

Quintais agroflorestais são espaços que ganham significados diversificados, espaços onde a agrobiodiversidade se destaca em diferentes níveis, seja pela biodiversidade de espécies ou pelas complexas relações constituídas. Esta pesquisa objetivou compreender as relações das famílias da Comunidade de Antônio Pinto no município de Caaporã-Paraíba, com quintais agroflorestais e as diferentes contribuições da agrobiodiversidade na vida das famílias. A principal fonte de renda dos entrevistados é oriunda da agricultura familiar camponesa, possuem idades entre 29 a 65 anos, a maioria não terminou o ensino fundamental e 80% são do gênero feminino. Para os agricultores (as) os quintais representam liberdade e novas oportunidades de vida. Os quintais não possuem tamanhos nem formatos definidos e se destacam por apresentarem expressiva diversidade de espécies cultivadas, principalmente espécies alimentícias e medicinais. Foram encontradas 119 espécies vegetais e quatro de aves. As mulheres são as principais protagonistas e apresentam estreitas relações com estes ambientes. O quintal é espaço de construção política, onde a família se organiza e constrói sua autonomia, um refúgio individual e coletivo, espaço de produção diversificada que contribui com a segurança alimentar.

**Palavras-chaves:** segurança alimentar; agroecologia; saberes; reforma agrária.

### Agrobiodiversity in agro-forest quintals: Autonomy and resistance, life beyond diversified production

#### ABSTRACT

Agroforestry backyards are spaces that have different meanings for different audiences, spaces where agrobiodiversity stands out at different levels, whether due to the biodiversity of species or the complex



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



relationships in these areas. This research aimed to understand the relationships of families with productive backyards and the different contributions of agrobiodiversity to the life of families in the community of Antônio Pinto in the municipality of Caaporã in Mata Sul da Paraíba. The interviewees' main source of income comes from family farming, they are aged between 29 and 65 years, most have not finished elementary school and 80% are female. For farmers, backyards represent freedom and a new opportunity for life. The yards do not have defined sizes or formats and stand out for presenting an expressive diversity of cultivated species, mainly food and medicinal species. 119 plant species and four birds were found. Women are the main protagonists and have close relationships with these environments. It is a space for political construction, where the family is organized and builds its autonomy, an individual and at the same time collective refuge, a space of diversified production that contributes to food security.

**Keywords:** food security; agroecology; knowledge; land reform.

## **Agrobiodiversidad en patios agro-forestales: Autonomía y resistencia, vida más allá de la producción diversificada**

### **RESUMEN**

Los patios agroforestales son espacios que tienen diferentes significados para diferentes audiencias, espacios donde la agrobiodiversidad se destaca en diferentes niveles, ya sea debido a la biodiversidad de las especies o las complejas relaciones en estas áreas. Esta investigación tuvo como objetivo comprender las relaciones de las familias con patios productivos y las diferentes contribuciones de la agrobiodiversidad a la vida en la comunidad de Antônio Pinto en el municipio de Caaporã-Paraíba. La principal fuente de ingresos de los entrevistados proviene de la agricultura familiar, tienen entre 29 y 65 años, la mayoría no han terminado la escuela primaria y el 80% son mujeres. Para los agricultores, los patios traseros representan la libertad y una nueva oportunidad para la vida. Los patios no tienen tamaños o formatos definidos y destacan por presentar una diversidad expresiva de especies cultivadas, principalmente especies alimenticias y medicinales. Se encontraron 119 especies de plantas y cuatro aves. Las mujeres son las principales protagonistas y tienen relaciones cercanas con estos entornos. Es un espacio de construcción política, donde la familia se organiza y construye su autonomía, un refugio individual y al mismo tiempo colectivo, un espacio de producción diversificada que contribuye a la seguridad alimentaria.

Palabras clave: Seguridad alimentaria; Agroecología; Conocimiento; Reforma agraria.

### **INTRODUÇÃO**

A concepção de agrobiodiversidade tem sido desenvolvida nas últimas décadas ressaltando a dimensão da relação sociedade-natureza. Para Santilli (2012), agrobiodiversidade possui caráter interdisciplinar e reflete as dinâmicas e complexas relações entre sociedades, plantas cultivadas, ambientes em que convivem e suas dimensões políticas.

Machado (2008) relata que a discussão sobre a agrobiodiversidade surge em um contexto de erosão genética da biodiversidade e dos saberes culturais ancestrais, ocasionados



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



principalmente pela “revolução industrial e pela revolução verde”. Essas foram descritas por Souza e Bustamante (2019) como o “império agroalimentar” que prometia acabar com a fome no mundo por meio de práticas que resultaram em grandes impactos socioambientais negativos, como o desmatamento para implantação de grandes monocultivos acompanhados do uso indiscriminado de agrotóxicos, desvalorização dos saberes tradicionais, entre outros.

A Convenção da Diversidade Biológica trata agrobiodiversidade como “um termo amplo que inclui todos os componentes da biodiversidade que têm relevância para a agricultura e alimentação, bem como todos os componentes que constituem os agroecossistemas: as variedades e a variabilidade de animais, plantas e de microrganismos, nos níveis genético, de espécies e de ecossistemas, os quais são necessários para sustentar as funções-chaves dos agroecossistemas, suas estruturas e processos” (CDB, 2006). Agrobiodiversidade pode ser compreendida também como a parte da biodiversidade utilizada pela humanidade em práticas de coleta e sistemas de manejos desenvolvidos ao longo do tempo (NAIME, 2016).

Para Machado et al., (2008), a agrobiodiversidade compreende diferentes níveis de complexidade com diferentes categorias: a) da biodiversidade: diversidade de espécies; diversidade dentro das espécies; e diversidade de ecossistemas; b) da diversidade de interações: sistemas de cultivo; espécies, variedades e raças; c) diversidade humana; d) e diversidade cultural.

O entendimento de agriculturas tradicionais e boas práticas relacionadas à agrobiodiversidade deve levar em consideração o conjunto de práticas culturais dos saberes ancestrais que as envolvem, as práticas cósmicas místicas, aprimoradas durante milhares de anos e repassadas de geração em geração, sabendo que os povos também são parte importante do que se constitui a agrobiodiversidade (SANTILLI, 2012; PINTO, 2014).

Siliprandi (2015) ressalta que a construção teórica do que se entende atualmente sobre agroecologia e agrobiodiversidade foi pautada na transdisciplinaridade do diálogo de saberes entre ciência e protagonismo dos agricultores(as), camponeses(as), indígenas e quilombolas,



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



sobre as experiências de resistência à insustentabilidade ambiental e social do sistema de modernização de produção agrícola.

Segundo Santilli (2005) e Pereira (2012), o pacote desenvolvimentista da revolução verde tem sido a principal ameaça a agrobiodiversidade, resultando na erosão dos saberes e das sementes. As pesquisadoras apontam os “povos da terra e das águas” como os grupos que resistem a essa pressão da desestruturação das diferentes formas de existências tradicionais, modos de organização comunitária e produção agroecológica.

Apontado como estratégia de resistência ao sistema de produção agrícola convencional, os quintais agroflorestais têm sido apresentados como espaços importantes para a conservação da agrobiodiversidade, sendo estes ambientes onde se constituem e se transmitem os saberes (SANTILLI, 2012; ESMERALDO et al., 2017; GONÇALVES e LUCAS, 2017; PATRÍCIA et al., 2018).

Silva (2017) descreve os quintais agroflorestais como pequenos espaços próximos as residências utilizadas pelas famílias para plantar e criar animais, pensados nas maiorias das vezes para suprir as necessidades da família, constituindo ao longo do tempo um ambiente de complexas relações. O autor ressalta ainda a importância destes ambientes para a conservação da sociobiodiversidade. Para Silva et al., (2016), os quintais são espaços do bem estar onde se constitui o ser.

Estudos realizados em diferentes biomas, tem ressaltado a estreita relação das mulheres com os quintais e a importância de seu protagonismo na estruturação destes, destacando as complexidades sociais e históricas que estão relacionadas ao tema (MAIA et al., 2018; DANTAS e TORRES, 2019). Funari e Pereira (2017) ressaltam a riqueza e importância dos quintais:

As mulheres têm sido protagonistas na construção da agroecologia no semiárido, atuando como guardiãs da biodiversidade da Caatinga e possibilitando uma gestão ecológica da água na agricultura, além disso, são elas em geral que iniciam o processo de transição agroecológica, influenciando a família nessa transformação. (FUNARI e PEREIRA, 2017, p. 16)



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



Para Esmeraldo et al., (2017), os quintais são ambientes que promovem a transição agroecológica, por meio dos saberes acumulados das mulheres, constituídos da experiência cotidiana e conectados diretamente com a sobrevivência, bem como com a reprodução familiar e comunitária.

Sendo assim, esta pesquisa objetivou compreender a relação das famílias com quintais agroflorestais e os impactos da agrobiodiversidade para a vida das famílias da comunidade camponesa de Antônio Pinto no município de Caaporã na Mata Sul da Paraíba, Brasil.

A coleta dos dados foi realizada entre os meses de setembro e novembro de 2019. Foram visitados 13 (treze) quintais agroflorestais, escolhidos aleatoriamente de acordo com a disponibilidade dos agricultores e agricultoras em participar da pesquisa, dez mulheres e três homens foram entrevistados, seguindo roteiro com perguntas orientadoras de cunho social, referentes ao conhecimento da agrobiodiversidade e seus usos. Este modelo de entrevista possibilita maior liberdade de expressão ao entrevistado, viabilizando a análise das características individuais e coletivas (MORAIS, 1999).

Durante as entrevistas, os agricultores e agricultoras foram convidados a mostrar seus quintais e falar sobre as espécies de plantas e animais encontradas, estas foram classificadas quanto à forma de uso e características botânicas. Para tanto, realizaram-se registros fotográficos e anotações dos dados gerais de cada espécie, que foram utilizados como material de apoio para identificação, realizada por meio de consultas a literatura especializada e ao banco de dados do INCT-Herbário Virtual da Flora e dos Fungos<sup>1</sup>.

## 1. Comunidade Antônio Pinto

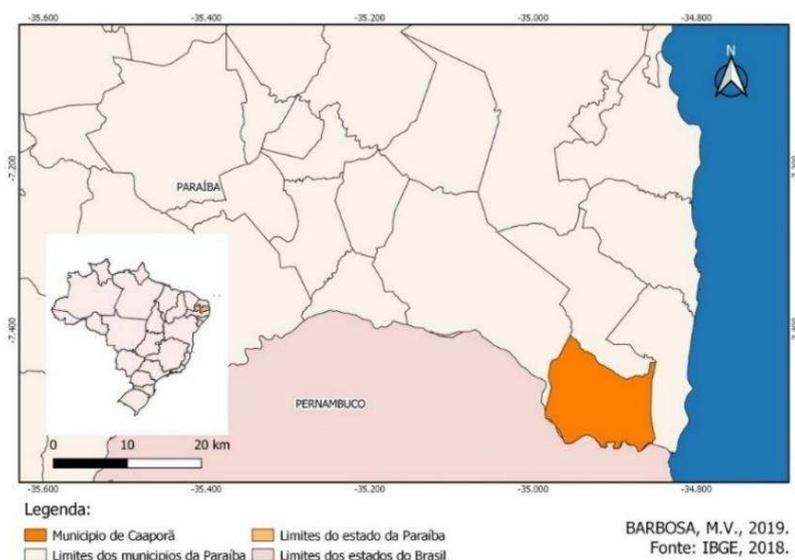
A Comunidade Acampamento Antônio Pinto (7° 30' 18.34'' S e 34° 58' 3.05'' W) está situada às margens da PB-044 no município de Caaporã na Mata Sul paraibana, há 45 km da capital João Pessoa, divisa dos estados da Paraíba e Pernambuco (Figura 1). A região está sob

<sup>1</sup> <https://biogeo.inct.florabrasil.net/>



domínio do Bioma Mata Atlântica, classificada como Floresta Ombrófila Aberta (IBGE, 2012). O clima da região é do tipo Tropical Chuvoso, conforme classificação de Köppen-Geiger (1936), com chuvas concentradas entre os meses de março e agosto (CLIMATE-DATA, 2015).

**Figura 1: Mapa de localização do município de Caaporã, Paraíba, Nordeste, Brasil.**



Fonte: Autores, 2019.

É um acampamento de posseiros que trabalhavam na produção da cana de açúcar da usina Maravilha, situada no Município de Goiana-PE, cujo nome ‘Acampamento Antonio Pinto’ foi dado em homenagem a uma liderança da causa da reforma agrária local. Com a redução da atividade canavieira e adesão aos negócios imobiliários pelos acionistas da usina ao final da década de 90 (JC, 2014) os trabalhadores foram demitidos, não receberam os direitos trabalhistas e foram orientados pelos usineiros a saírem da terra.

Os trabalhadores sem terem para onde ir resolveram se organizar e reivindicar o direito a posse da terra, buscando, assim, o apoio da Comissão Pastoral da Terra- CPT. Em mais de cinco anos de luta por seus direitos, os agricultores vêm enfrentando conflitos, sofrendo



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



ameaças, despejos com destruição das casas e lavouras. Apesar desta realidade, os acampados seguem em busca da posse definitiva da terra.

O acampamento é constituído por 60 famílias de agricultores que residem em “casas de taipas”<sup>2</sup> e tem como principal fonte de renda a agricultura familiar, bolsa família e trabalhos temporários (bicos). Os agricultores (as) cultivam em seus roçados, principalmente, a macaxeira, inhame, milho, feijão, batata, hortaliças e frutas diversas, abastecendo o mercado de Caaporã-PB e Goiana-PE, além de plantar e criar ao redor das residências, principalmente, para o autoconsumo.

Os colaboradores desta pesquisa possuem núcleos familiares composto em média por quatro pessoas, 80% possuem o ensino fundamental incompleto, 10% ensino fundamental completo e 8% não sabem assinar. Apesar dos diversos programas e projetos de combate ao analfabetismo, a baixa escolaridade tem sido observada em estudos realizados em comunidades rurais (SANTOS et al. 2015; RIBEIRO et al., 2016; BRITO et al., 2017), fato relacionado diretamente com o começar a trabalhar ainda cedo, bem como com a falta de investimentos, em especial na infraestrutura. Os entrevistados possuem idades entre 29 a 65 anos, destes 60% na faixa etária dos 29 a 40 anos.

Em relação ao gênero, 80% dos entrevistados são do sexo feminino. A participação das mulheres na dinâmica, no manejo e na própria constituição dos quintais, acontece de maneira mais efetiva, e tem sido destacada em outros estudos (MAIA, et al. 2018; DANTAS e TORRES, 2019). No momento da visita, algumas mulheres estavam cuidando dos filhos, da casa ou do terreiro/quintal, assim, verificou-se que os quintais agroflorestais são espaços familiares e da vida social, porém é, sobretudo, um espaço construído e transformado pelas mulheres, e intrínseco ao cuidar do “ambiente doméstico”, missão, historicamente, atribuída às mulheres.

---

<sup>2</sup> casas construídas a partir de uma técnica tradicional usando madeira como estrutura e barro úmido para tapar, preencher os espaços das paredes.



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



Esmeraldo et al. (2017) expõe que as mulheres são as principais protagonistas nas relações existentes dentro dos quintais agroflorestais envolvidas por processos históricos. Vieira e Milward-de-Azevedo (2018) relatam que as mulheres são as maiores detentoras e aperfeiçoadoras do conhecimento devido à missão do “cuidar”, historicamente designada a elas.

Em seu livro, Siliprandi (2015) relata histórias de mulheres de diferentes regiões brasileiras sobre suas experiências com a agroecologia e atuação na luta por políticas públicas para o campo, reconhecimento e valorização do protagonismo feminino. A autora descreve a maneira como o feminino abraça as práticas da agricultura tradicional, ressaltando que está se dá, não apenas pela ligação com o campo ou pelo incentivo recebido, mas também pela possibilidade de melhoria de vida e principalmente pela reafirmação da sua atuação no campo como sujeitos da agricultura, quebrando com vários padrões criados ao longo do tempo.

## **2. Nossos quintais: nossa agrobiodiversidade**

Os quintais agroflorestais visitados, também chamados de “terreiro”, não possuem tamanhos nem formatos definidos, os agricultores (as) tem como referência o entorno da residência, se estendendo a todo espaço onde é possível estabelecer relações de bem estar familiar com melhor acesso e praticidade de manejo e colheita.

Embora os quintais não possuam tamanhos definidos é possível perceber seus limites por meio da diferença entre as espécies cultivadas, visto que a área dos quintais estudados é ocupada por maior diversidade de plantas em relação aos roçados, sobretudo de frutíferas e plantas medicinais (tabela 1), fato também observado por outros autores (Maia, et al. 2018).

Gazel-Filho (2008) realizou estudo de caracterização estrutural em quintais agroflorestais, delimitando-os por meio da metodologia da cartografia social, na qual o autor verificou que estes possuem diversidade em espécies e estratos florestais, enquanto Santos et



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



al. (2019) realizaram estudos de caracterização da agrobiodiversidade, destacando a diversidade de espécies vegetais.

Os quintais agroflorestais visitados encontram-se em diferentes estágios, a maioria tem de 3 a 5 anos. Vale ressaltar que pelo fato de terem sofrido despejos e suas lavouras e casas destruídas, nem sempre cultivaram ou moraram no mesmo local, o que acaba dando aos quintais um caráter “itinerante”, remetendo a agricultura itinerante descrita por Pereira (2005).

Verificou-se que o que é produzido nos quintais é majoritariamente destinado ao autoconsumo, estendendo-se a ações solidárias de doação à vizinhos, familiares e amigos, e com menor frequência, a venda do excedente, contribuindo para a renda familiar, conforme depoimento:

“ ... o povo chega aqui e diz: dona Maria me dê uma macaxeirinha, eu digo pode levar meu filho, aqui acolá, chega outro dizendo que está com dor de barriga e pede uma aguinha de coco, pegue lá, leve meu filho... aqui é assim, é, está com tosse mando levar alguma coisa pra fazer lambedor...” Mulher de 58 anos, 2019.

Percebeu-se nos relatos, a alegria e orgulho em falar dos seus quintais, que para as (os) agricultoras (res) é mais que um lugar de produção diversificada, eles ganham significados maiores de liberdade, mudança de vida com mais oportunidade, sendo parte importante da resistência, da história individual e coletiva, conforme os depoimentos a seguir:

“ ...é ter mais um meio de vida melhor, com mais saúde, mais oportunidades com alimentos mais saudáveis, com mais tipos de plantas.” Mulher de 29 anos, 2019.

“ ...é chegar em casa e ter uma agua de coco no quintal pra tomar e oferecer as visitas, é ter as coisas sem ir comprar na rua, isso é tudo, é saúde e tranquilidade...” Homem de 58 anos, 2019.

“... quando tem frutas a gente já não compra, porque tem sempre alguma coisa pra colher, pra fazer um suco, tem um limão para limpar a galinha que a gente mata...” Mulher de 38 anos, 2019.

“...Isso aqui é minha vida... eu já morei em cidade, tinha vontade de vir pro sítio e ter minhas coisas, por isso zelo por meu terreiro, agora eu sou rica, queria ter mais, plantar mais, pra mim comer e dá pra quem precisa... Muitas plantas que tenho aqui



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



foi que trouxe de outras comunidades quando fui pras atividades da CPT, sempre que vou pra algum canto trago uma planta de lembrança...” Mulher de 61 anos, 2019.

“... aqui é meu cantinho de paz, de liberdade, donde eu descanso com minha família, aqui era só cana, e eu junto com os companheiros arranquei com minhas próprias mãos, era só cana e hoje é essa beleza que vemos aqui...tem de tudo, e vai ter mais, que eu vou continuar plantando de tudo...” Homem de 63 anos, 2019.

O sentido de quintais agroflorestais se multiplica na voz dos camponeses e camponesas, como “território único”, onde se estabelece múltiplas relações entre o que é físico, vivo e sentido. Cada quintal carrega a singularidade do sentimento de pertencimento, de cuidado, das relações que promovem a autonomia e bem estar. Uma riqueza constituída não apenas pela diversidade de espécies ou espaço físico, mas também pela singularidade do que é vivido e compartilhado.

A contribuição dos quintais agroflorestais com a segurança alimentar, autonomia e qualidade de vida familiar e comunitária tem sido pontuada por vários autores em estudos realizados em diferentes regiões brasileiras (GONSALVES e LUCAS, 2017; MAIA et al., 2018). Tais atributos evidenciam a importância destes espaços.

Foram encontradas 116 espécies vegetais e quatro espécies de aves. As espécies vegetais foram categorizadas segundo formas de usos citadas pelos entrevistados (as), sendo distribuídas em cinco categorias (Figura 2 e 3): *medicinal* - espécies utilizadas em práticas de cura ou amenização e prevenção de enfermidades; *alimentícia* - espécies utilizadas na alimentação, seja no autoconsumo ou comercialização; *ornamental* - espécies cultivadas com intenção de “embelezar” o jardim; *sombra* - espécies arbóreas utilizadas como abrigo do sol; *crenças* - espécies que possuem poderes místicos (ex. proteção contra inveja, entre outras).

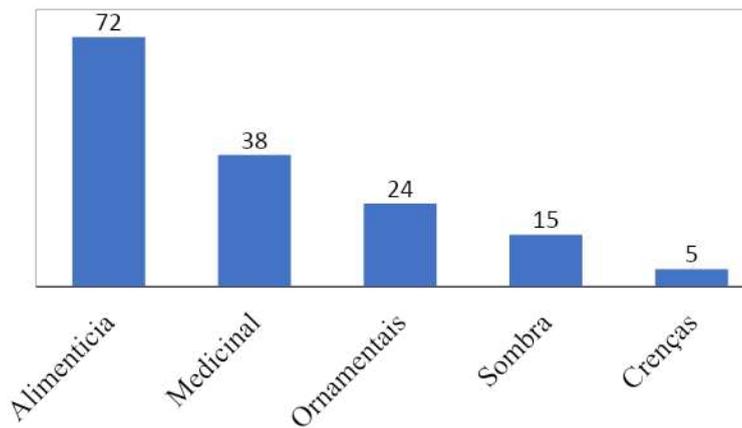
**Figura 2: Distribuição das espécies presentes nos quintais agroflorestais de acordo com as categorias de uso, comunidade de Antônio Pinto, Caaporã – PB.**



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



Fonte: Autores (2019).

A categoria de alimentícias reuniu maior número de espécies (72), seguida das Medicinais (38), esta última reúne espécies que apresentaram maior opções de usos e são as mais comuns nos quintais visitados, a exemplo do Cajueiro (*Anacardium occidentale* L.), espécie que é cultivada em três variedades, encontradas nos treze quintais visitados e utilizadas como alimento, remédio e sombra. Para os vários quintais ver a figura 3 adiante. Esta estreita relação com a espécie está relacionada aos aspectos dos saberes tradicionais repassados entre gerações.

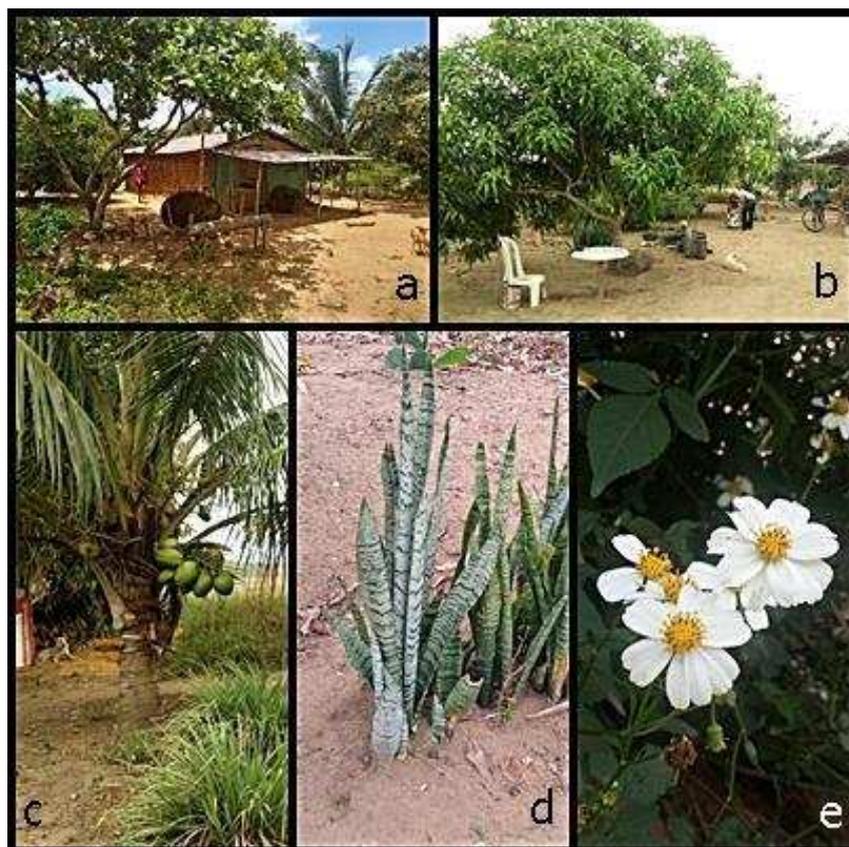
**Figura 3: Visão geral dos quintais e representação de espécies em suas respectivas categorias, na comunidade de Antônio Pinto, Caaporã-PB.**



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



a) Alimentícia, sombra e medicinal, *Anacardium occidentale* L.- cajú; b) alimentícia e sombra: *Mangifera indica* L. – manga; c) alimentícia: *Cocos nucifera* L – coco anã; d) ornamental e crenças: *Sansevieria* sp.- espada de São Jorge; e) medicinal: *Chamomilla recutita* L - camomila. Fonte: Autores (2019).

Para Silva (2019) os quintais produtivos podem ser estruturados e constituídos de acordo com as necessidades da família. Diferentes autores encontraram expressiva biodiversidades de espécies alimentícias e medicinais em estudos realizados em quintais agroflorestais e descrevem como estes tem contribuído para a segurança alimentar dos agricultores, bem como da população em geral (GAZEL-FILHO, 2008; SANTOS et al., 2013; MAIA et al., 2018; CAMARGO et al., 2017).

Entre as famílias botânicas com maior número de espécies encontradas (Figura 4), destacam-se a Fabaceae (8), seguida da Cucurbitaceae (7), Anacardeaceae (6), Solanaceae (6) e



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

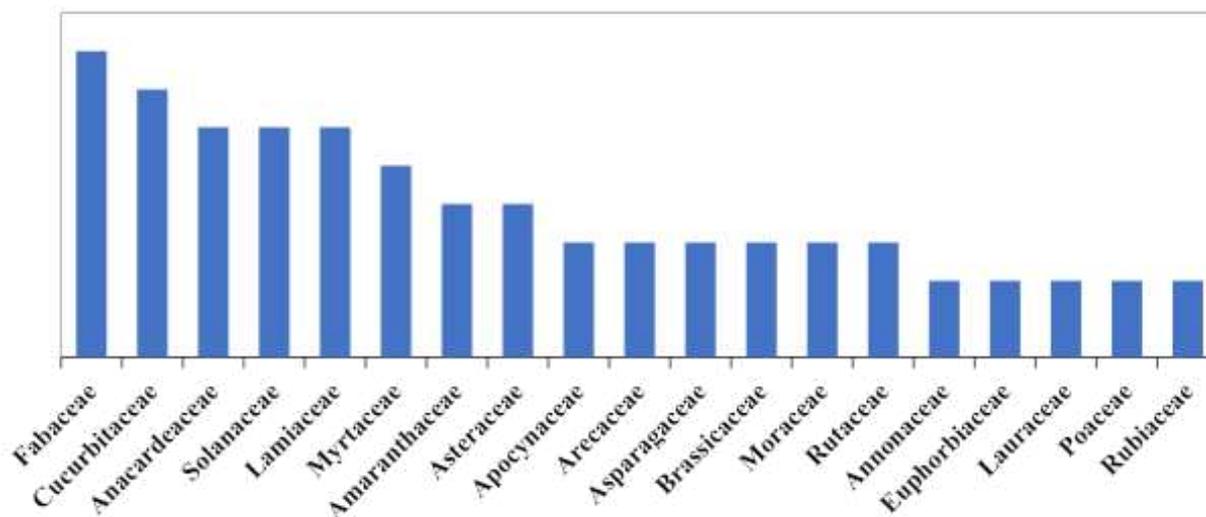
# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



Lamiaceae (6), os representantes destas, em sua maioria, apresentam diferentes formas de usos, ciclos de desenvolvimento, de cultivo e de manejo.

**Figura 4: Número de espécies distribuídas por famílias botânicas presentes nos quintais da comunidade de Antônio Pinto, Caaporã, Paraíba.**



Fonte: Autores, 2019.

Quadro 1 – Listagem da agrobiodiversidade pelas categorias de uso, alimentícia, medicinal, ornamental, sombra, crenças

Construir o quadro

Das 116 espécies vegetais encontradas, 104 foram organizadas de acordo com sua classificação botânica, e apresentaram-se distribuídas em 46 famílias (Quadro 1 a seguir), destas, não foi possível a identificação de sete.



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



Entre as famílias botânicas com maior número de espécies encontradas (Figura 4), destacam-se a Fabaceae (8), seguida da Cucurbitaceae (7), Anacardeaceae (6), Solanaceae (6) e Lamiaceae (6), os representantes destas, em sua maioria, apresentam diferentes formas de usos, ciclos de desenvolvimento, de cultivo e de manejo. Assim como podemos ver no Quadro 1 a listagem da agrobiodiversidade pelas categorias de uso, alimentícia, medicinal, ornamental, sombra, crenças

**Quadro 1: Descrição da Agrobiodiversidade e seus usos dos quintais agroflorestais da comunidade de Antônio Pinto, município de Caaporã, Paraíba, Brasil.**

FAMÍLIA / ESPÉCIE	NOME POPULAR	USOS
<b>Acanthaceae</b>		
<i>Justicia pectoralis</i> Jacq.	Xambá	Medicinal
<b>Adoxaceae</b>		
<i>Sambucus australis</i> Cham. & Schltld	Sabugueiro	Medicinal
<b>Amaranthaceae</b>		
<i>Dysphania ambrosioides</i> (L). Spach	Mastruz/mentruz	Medicinal
<i>Beta vulgaris</i> L.	Beterraba	Medicinal, Alimentícia
<i>Alternanthera dentata</i> Suess.	Meracilina/dipirona	Medicinal
<i>Amaranthus viridis</i> L.	Bredo	Alimentícia
<b>Amaryllidaceae</b>		
<i>Allium schoenoprasum</i> L.	Cebolinha	Alimentícia
<b>Anacardeaceae</b>		
<i>Schinus terebinthifolia</i> Raddi.	Aroeira	Medicinal, Sombra, Ornamental
<i>Spondias mombin</i> L.	Cajá	Alimentícia, Sombra
<i>Spondias</i> sp.	Umbúcajá	Alimentícia
<i>Spondias purpurea</i> L.	Ciringuela	Alimentícia, Ornamental
<i>Anacardium occidentale</i> L.	Cajú	Alimentícia, Medicinal, Sombra



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



<i>Mangifera indica</i> L.	Manga	Alimentícia, Sombra
<b>Annonaceae</b>		
<i>Annona muricata</i> L.	Graviola	Alimentícia, Medicinal
<i>Annona squamosa</i> L.	Pinha	Alimentícia
<b>Apiaceae</b>		
<i>Coriandrum sativum</i> L.	Coentro	Alimentícia
<b>Apocynaceae</b>		
<i>Catharanthus roseus</i> (L.) G. Don	Boa noite	Ornamental, Medicinal
<i>Hancornia speciosa</i> Gomes.	Mangaba	Alimentícia
<i>Plumeria rubra</i> L.	Jasmim	Ornamental
<b>Araceae</b>		
<i>Philodendron</i> sp.	Imbé	Ornamental
<b>Arecaceae</b>		
<i>Cocos nucifera</i> L.	Côco	Alimentícia, Medicinal
<i>Elaeis guineensis</i> Jacq.	Dendê	Alimentícia, Sombra
<i>Bactris gasipaes</i> Kunth.	Pupunha	Alimentícia, Ornamental
<b>Asteraceae</b>		
<i>Vernonia condensata</i> Baker	Alumã/alcachofra	Medicinal, Ornamental
<i>Acanthospermum hispidum</i> Dc.	Espinho de cigano	Medicinal
<i>Chamomilla recutita</i> L.	Camomila	Medicinal
<i>Lactuca sativa</i> (L.) Dc	Alface	Alimentícia
<i>Leucanthemum</i> sp.	Margarida	Ornamental
<i>Leucanthemum</i> sp.	Flor de mel	Ornamental, Sombra
<b>Asparagaceae</b>		
<i>Sansevieria</i> sp.	Espada de São Jorge	Ornamental, Crença
<b>Bixaceae</b>		
<i>Bixa orellana</i> L.	Açafrão	Alimentícia, Sombra



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



## Brassicaceae

<i>Brassica oleracea</i> L.	Couve	Medicinal, Alimentícia
<i>Brassica</i> sp.	Repolho	Alimentícia
<i>Raphanus raphanistrum</i> L.	Rabanete	Alimentícia

## Bromeliaceae

<i>Ananas comosus</i> L.	Abacaxi	Alimentícia, Medicinal
--------------------------	---------	------------------------

## Caricaceae

<i>Carica papaya</i> L.	Mamão	Alimentícia
-------------------------	-------	-------------

## Costaceae

<i>Costus spicatus</i> Jacq.	Cana de macaco	Medicinal
------------------------------	----------------	-----------

## Convolvulaceae

<i>Ipomoea batatas</i> (L.) Lam	Batata doce	Alimentícia
---------------------------------	-------------	-------------

## Cucurbitaceae

<i>Cucurbita moschata</i> D.	Jerimum	Alimentícia
<i>Sechium edule</i> (Jacq.) Sw.	Chuchu	Medicinal, Alimentícia
<i>Momordica charantia</i> L.	Melão de São Caetano	Medicinal
<i>Citrullus lanatus</i> (Thunb.)	Melancia	Alimentícia
<i>Cucurbita</i> sp.	Cabaça	Ornamental
<i>Cucumis anguria</i> L.	Maxixe	Alimentícia
<i>Cucumis</i> sp.	Maxixe do Pará	Alimentícia

## Cleomaceae

<i>Cleome hassleriana</i> (Chodat)	Mussambê	Medicinal
------------------------------------	----------	-----------

## Crassalaceae

<i>Kalanchoe brasiliensis</i> Cambess.	Saião	Medicinal, Ornamental
--	-------	-----------------------

## Dioscoreaceae

<i>Dioscorea</i> sp.	Inhame	Alimentícia
----------------------	--------	-------------

## Euphorbiaceae

<i>Manihot esculenta</i> Crantz	Mandioca	Alimentícia, Medicinal
---------------------------------	----------	------------------------



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



<i>Jatropha gossypifolia</i> L.	Macaxeira	Alimentícia
<i>Acalypha</i> sp.	Pião roxo	Ornamental, Crença
<b>Fabaceae</b>	Rabo de macaco	Ornamental
<i>Paubrasilia echinata</i> Lan	Pau brasil	Ornamental, Sombra
<i>Vigna Unguiculata</i> (L.) Walp.	Feijão macassar	Alimentícia
<i>Phaseolus vulgaris</i> L.	Feijão de arranco	Alimentícia
<i>Phaseolus</i> sp. L.	Fava	Alimentícia
<i>Gliricidia sepium</i> (Jacq.) Walp.	Gliricidia	Sombra, Ornamental
<i>Leucaena leucocephala</i> Lam.	Leucena	Sombra
<i>Clitoria fairchildiana</i> R. A. Howard	Sombreiro	Sombra, Ornamental
<i>Prosopis juliflora</i> (Sw.) DC.	Algaroba	Sombra
<b>Lauraceae</b>		
<i>Persea americana</i> Mill	Abacateiro	Medicinal, Alimentícia, Sombra
<i>Cinnamomum</i> sp.	Canela	Medicinal, Sombra
<b>Lamiaceae</b>		
<i>Melissa officinalis</i> L.	Erva cidreira	Medicinal
<i>Ocimum basilicun</i> L.	Manjerição	Medicinal
<i>Plectranthus ornatus</i> Codd.	Boldinho do Chile	Medicinal
<i>Rosmarinus officinalis</i> L.	Alecrim	Medicinal
<i>Mentha</i> sp.	Hortelã da folha miúda	Medicinal
<i>Plectranthus amboinicus</i> (Lour.) Spreng	Hortelã da folha grossa	Medicinal
<b>Liliaceae</b>		
<i>Lilium candidum</i> L.	Lírio	Ornamental
<b>Lythraceae</b>		
<i>Punica granatum</i> L.	Romã	Medicinal, Ornamental
<b>Malpighiaceae</b>		
<i>Malpighia glabra</i> L.	Acerola	Alimentícia, Medicinal



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



## Malvaceae

*Abelmoschus esculentus* L. Quiabo Alimentícia, Medicinal

## Meliaceae

*Azadirachta indica* Juss Nim Sombra, Ornamental

## Moraceae

*Morus alba* L. Amora Medicinal, Alimentícia

*Artocarpus heterophyllus* Lam. Jaca Alimentícia, Sombra

*Ficus auriculata* Lour. Figo Alimentícia, Ornamental

## Myrtaceae

*Psidium guajava* L. Goiaba Alimentícia, Medicinal

*Psidium* sp. Araçá Alimentícia

*Eugenia uniflora* L. Pitanga Alimentícia

*Syzygium jambos* (L.) Alston Jambo Alimentícia, Ornamental, Sombra

*Eugenia* sp. Oliveira/azeitona Alimentícia, Sombra

## Musaceae

*Musa sapientum* L. Banana prata Alimentícia

## Nyctaginaceae

*Boerhavia diffusa* L. Pega pinto Medicinal

## Oxalidaceae

*Averrhoa carambola* L. Carambola Alimentícia

## Passifloraceae

*Passiflora edulis* L. Maracujá Alimentícia, Medicinal

## Phyllanthaceae

*Phyllanthus niruri* L. Quebra pedra Medicinal

## Poaceae

*Cymbopogon citratus* (DC) Stap. Capim santo Medicinal, Alimentícia

*Saccharum* sp. Cana caiana Alimentícia

## Plantaginaceae



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



<i>Scoparia dulcis</i> L.	Vassourinha	Medicinal
<b>Rubiaceae</b>		
<i>Genipa americana</i> L.	Jenipapo	Alimentícia, Medicinal
<i>Morinda citrifolia</i> L.	None	Medicinal
<b>Rutaceae</b>		
<i>Citrus sinensis</i> L.	Laranja	Alimentícia
<i>Citrus limon</i> L.	Limão	Alimentícia, Medicinal
<i>Ruta graveolens</i> L.	Arruda	Medicinal
<b>Sapotaceae</b>		
<i>Manilkara zapota</i> L. P.Royen	Sapota	Alimentícia, Sombra
<b>Solanaceae</b>		
<i>Solanum lycopersicum</i> L.	Tomate	Alimentícia
	Jurubeba	Medicinal
<i>Capsicum</i> sp.	pimentão	Alimentícia
<i>Capsicum</i> sp.	Pimenta	Medicinal, Alimentícia
<i>Solanum aethiopicum</i> L.	Jiló	Alimentícia
<i>Solanum melongena</i> L.	Berinjela	Alimentícia
<b>Urticaceae</b>		
<i>Cecropia</i> sp.	Embaúba	Sombra
<b>Xanthorrhoeaceae</b>		
<i>Aloe vera</i> L.	Babosa	Medicinal, Ornamental
<b>Zingiberaceae</b>		
<i>Alpinia speciosa</i> D. Dietr	Colônia	Medicinal, Ornamental
-----	Louro	Medicinal
-----	Rasteirinha	Medicinal
-----	Friso	Ornamental
-----	Dedinho	Ornamental
	Café	Ornamental



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



Fonte: Autores, 2019.

Estes resultados se aproximam dos encontrados por Pinto, (2012); Vieira *et al.*, (2012); Maia et al., (2018); Santos et al., (2019), nos quais as famílias botânicas sinalizadas na Figura 4, estão entre as mais citadas em estudos sobre quintais agroflorestais, sendo Fabaceae, a família que mais se destaca. Fato esse que pode ser atribuído a sua ocorrência cosmopolita e por apresentar elevado número de espécies nativas com diferentes hábitos.

A diversidade de espécies de diferentes hábitos, implica na constituição de múltiplos nichos ecológicos que podem atrair diferentes espécies de animais silvestres além de espécies vegetais espontâneas. Pereira e Neto (2015) analisaram a diversidade de espécies florestais em quintais agroflorestais, apontando a importância para a conservação da vegetação.

Vale ressaltar que a diversidade de famílias e espécies vegetais cultivadas nos quintais em uma área antes destinada ao monocultivo da cana de açúcar, evidenciam a contribuição dos camponeses/camponesas como posseiros e assentados da reforma agrária, com a restauração de áreas degradadas, conservação de espécies vegetais e equilíbrio dos ecossistemas, bem como com a segurança e soberania alimentar da população. Esse papel chave dos camponeses e camponesas e da reforma agrária é ressaltado por Pereira (2007) na perspectiva de uma conservação ambiental que parte da agricultura e de quem vive na terra.

O cultivo da maioria das espécies encontradas e uso para diferentes fins relaciona-se com o conhecimento tradicional e a ancestralidade, repassado ao longo das gerações, na qual a importância de uma determinada espécie não se encontra apenas pelo “alimentar ou gerar renda”, e sim pelo significado histórico, alimentar, cultural e afetivo que ela representa para a família e comunidade.

Esse é o caso do pinhão roxo que tem seu uso não apenas como uma planta ornamental, mas como uma planta que protege do mau olhado e inveja, podendo ainda ser utilizado pelas rezadeiras para espantá-los, ou ainda algumas espécies consideradas silvestres, como a Aroeira



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



(*Schinus terebinthifolia*) que é utilizada como remédio para diferentes doenças, bem como é plantada para gerar sombra, fazendo parte da rotina familiar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados juntamente com a análise das narrativas, nos permitiu perceber que os quintais agroflorestais para o público entrevistado ganham diferentes significados, que vão além da produção diversificada. São espaços de relações multidimensionais, de construção e transmissão de saberes, de promoção do pertencimento, e sobretudo, de cuidado com a vida e com a natureza.

Os quintais são o espaço no qual o Feminino se destaca como parte importante da agrobiodiversidade, as mulheres juntamente com os filhos são os principais responsáveis pela constituição dos quintais agroflorestais, desenhando a agrobiodiversidade ao seu redor, os saberes e recursos a serviço da família, da comunidade e conseqüentemente da humanidade.

O quintal é também um espaço de construção política, visto que é onde a família se organiza e constrói sua autonomia, um refúgio individual e ao mesmo tempo coletivo de vivências, de continuidade das tradições familiares, de alimentação da cultura (fogueira, partilha de contos e lendas, entre outros), bem como, um espaço de produção diversificada que contribui com a segurança alimentar e com a autonomia alimentar.

Em relação à agrobiodiversidade, o número expressivo encontrado de espécies, e aqui descritas, deixa claro a contribuição dos envolvidos para a conservação da sociobiodiversidade em nível genético, assim como a contribuição em saberes tradicionais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO, Michele Fernanda Marques de; MARÍN, Edna Arévalo, CRUZ, Denise Dias da. Plantas medicinais nos assentamentos rurais em uma área de proteção no litoral do nordeste brasileiro. **Ambiente & Sociedade**, n.1, v. 20, p. 83-104, 2017.



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



CAMARGO, Vanessa Aparecida, NUNES, Tainara de Proença, AMOROZO, Maria Christina de Mello, PIZANO, Marcos Aparecido. Caracterização do cultivo e conservação da agrobiodiversidade em lotes urbanos vagos em duas pequenas cidades no Estado de São Paulo. **Ethnoscientia**, v. 2, n. 1, p. 1-23, 2017.

CARNEIRO, Maria Gerlândia Rabelo; CAMURÇA, Andrea Machado; ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite; SOUSA, Natália Ribeiro de. Quintais Produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável local na perspectiva da agricultura familiar (O caso do Assentamento Alegre, município de Quixeramobim/CE). **Rev. Bras. de Agroecologia**, n. 8, v. 2, p. 100-111, 2013.

\_\_\_\_\_ **Convenção da Diversidade Biológica/Protocolo de Cartagema sobre Biossegurança.** Disponível em:

<https://www.cbd.int/cop/cop-presidency/cop-08-presidency-report-pt.pdf>. Acessado em: 19 de dezembro de 2019.

DANTAS, Janilo Italo Melo; TORRES, Alicia Marques. Abordagem etnobotânica de plantas medicinais em uma comunidade rural do sertão alagoano. **Diversitas Journal**, v. 4, n. 1, p. 39-48, 2019.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite.; CAMURÇA, Andrea Machado.; VIANA, Lígia Aalves; ABRANTES, Karla Karolline de Jesus. Mulheres camponesas e quintais: anúncio de esperança e re (existência) para a vida planetária. **Miolo\_agroec**, v. 3, p. 312 - 331, 2017.

FERREIRA, Carlos Augusto de Lima. Pesquisa quantitativa e qualitativa: perspectivas para o campo da educação. **Revista Mosaico**, v. 8, n. 2, p. 173-182, 2015.

FUNARI, Juliana Nascimento; PEREIRA, Mônica Cox de Brito. Caminhos das águas no Sertão do Pajeú: Contribuições e lutas das mulheres camponesas na construção de uma convivência transformadora com o semiárido brasileiro. **Revista Pegada**, v.18 n.3. 2017, p. 124- 152.

GAZEL FILHO, Aderaldo Batista. Composição, estrutura e função de quintais agroflorestais no Município de Mazagão, Amapá. 2008. Tese, Belém, Universidade Federal do Amazonas, 2008.

GONÇALVES, Janaína Pinheiro; LUCAS, Flavia Cristina Araújo. Agrobiodiversidade e etnoconhecimento em quintais de Abaetetuba, Pará, Brasil. **R. bras. Bioci.**,v. 15, n.3, p. 119-134. 2017.



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



JORNAL DO COMERCIO. Usinas enfrentam crise abandonando o açúcar para vender terrenos, 2014. Disponível em: <https://jconline.ne10.com.br>. Acesso em 27 setembro de 2019.

MACHADO, Altair Toledo; SANTILLI, Juliana; MAGALHÃES, Rogério. Agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações e conceituação jurídica. **Embrapa informações tecnológicas**, Brasília, 2008.

MAIA, Patrícia; MAGALHÃES, Francisco; SEABRA, Diocléia; GOMES, Suzana; MENINEA, Antônio. Caracterização de quintais produtivos: Uso, agrobiodiversidade e divisão do trabalho. In: Seminário Internacional em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. 2018 v. 5. Manaus. Anais... EDUA. Manaus. 2018.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NAIME, Roberto. **Agrobiodiversidade**. 2016 Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br>. Com acesso em 27 de setembro de 2019.

PEREIRA, Mônica Cox de Brito. Desenvolvimento e meio ambiente: o todo é maior que a soma das partes. **Revista plurais**, UEG, v. 1 n. 2, p. 265-272, 2005.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Revolução Verde. In: Caldart, Roseli Salette; Pereira, Isabel Brasil; Alentejano, Paulo; Frigotto, Gaudêncio (ORGS.). **Dicionário da Educação do Campo**. RJ, SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 685-689, 2012.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Agroecologia: unindo reforma agrária e conservação ambiental. **Rev. Bras. de Agroecologia**, v.2, n.2, p. 1481, 2007

PEREIRA, Paulo Vínicos Miranda; NETO-FIGUEIREDO, Leonardo Francisco. Conservação de espécies florestais: um estudo em quintais agroflorestais no município de Cáceres – MT. **Rev Eletrônica em Gestão, Educação e Tec. Ambiental**, v. 19, n. 3, p. 783-793, 2015.

PINTO, Marina Ferreira Campo. Caminhos da agrobiodiversidade: redes de troca de sementes em sistemas agroecológicos na serra catarinense, Alto Vale do Rio Tijucas, Santa Catarina. 2014. Dissertação, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

SANTILLI, Juliana. **Conhecimentos Tradicionais Associados à Biodiversidade**: elementos para a construção de um regime jurídico sui generis de proteção. In: PLATIAU, Ana F. B; VARELLA, Marcelo Dias (organizadores). **Diversidade Biológica e Conhecimentos Tradicionais**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2004.



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



SANTILLI, Juliana. A Lei de Sementes Brasileira e os seus impactos sobre a agrobiodiversidade e os sistemas agrícolas locais e tradicionais. **Bol. Mus. Cienc. Hum.**, v. 7, n. 2, p. 457-475, 2012.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2015, 352 p.

SANTOS, Emanuela Gonçalves dos; SANTOS, Suellen Silva dos; GONÇALVES, Vandermond do Nascimento; SOUZA, Bartolomeu Israel de; LUCENA, Reinaldo Farias de Paiva. Utilização de recursos vegetais em áreas de quintais em uma comunidade rural localizada no entorno do Parque Nacional de Sete Cidades, Piauí, Nordeste do Brasil. **Rev. Bras. de G. Amb. e Sustentabilidade**, v. 6, n. 13, p. 365-383, 2019.

SANTOS, Amaury da Silva dos; OLIVEIRA, Lanna C. L. de; CURADO, Fernando F.; AMORIM, Lucas O. de. Caracterização e desenvolvimento de quintais produtivos agroecológicos na comunidade Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda-Sergipe. **Rev. Bras. de Agroecologia**, v. 8, n2, p. 100-111, 2013.

SILVA, Adriella Camila G. Furtado.; ANJOS, Adilson dos; ANJOS, Monica de Caldas Rosa de. Quintais produtivos: para além do acesso à alimentação saudável, um espaço de resgate do ser. Backyards productive: beyond the access to healthy food, one being the rescue space. **Guaju**, v.2, n.1, p. 77-101, 2016.

SILVA, José Luciano Andrade da. Caracterização e estrutura dos quintais agroflorestais em Piranhas Velha no município de São José de Piranhas - PB. Dissertação, Campina Grande, Universidade Federal de Campina Grande, 2017.

SOUZA, Marta Aguiar; BUSTAMANTE, Patrícia Goulart. O aniquilamento da agrobiodiversidade provocada pelo império agroalimentar. **Rev GeoNordeste**, v. 30, n. 2, p. 88-103, 2019.

VIEIRA, Bruna Benazi; MILWARD-DE-AZEVEDO, Michael Alvim. A Etnobotânica e o Ecofeminismo em Prol da Conservação Ambiental. **Diversidade e Gestão**, v. 2, n. 2, p.178-188, 2018.

VIEIRA, Tiago Almeida; ROSA, Leonilde dos Santos; SANTOS, Maria Marly Lourdes dos Santos. Agrobiodiversidade de quintais agroflorestais no município de Bonito, Estado do Pará. Agrobiodiversity of homegardens in Bonito, State of Para, Brazil. **Rev. Cienc. Agrar.**, v. 55, n. 3, p. 159-166, 2012.



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



---

**Marilene Vieira Barbosa, Universidade Federal de Pernambuco**

Agricultora, mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Pernambuco. Bacharela em Ecologia pela Universidade Federal da Paraíba. Técnica em Agropecuária pelo Instituto Federal da Paraíba.

E-mail: [mary-t.a@hotmail.com](mailto:mary-t.a@hotmail.com)

**Tiago da Silva Pinto, Comissão Pastoral da terra- CPT**

Agricultor, Agente da Comissão Pastoral da Terra- CPT, João Pessoa, Paraíba. Formado em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba.

Email: [tiagodasilvapinto@outlook](mailto:tiagodasilvapinto@outlook)

**Monica Cox de Britto Pereira, Universidade Federal de Pernambuco**

Pós-Doutorado na Universidade de Buenos Aires/ Instituto Gino Germani. Doutora pelo CPDA-UFRJ em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (Ciências Sociais), Mestre pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro - UFRJ, Graduada pela UFRJ. Professora Associada da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Ciências Geográficas. Integrante GT CLACSO Estudos Críticos do Desenvolvimento Rural. Integrante Coordenação Colegiada GT Construção do Conhecimento Agroecológico ABA Agroecologia. Integrante GT Mulheres ABA Agroecologia. Coordena o NEPPAG - Núcleo de Educação, Pesquisa e Práticas em Agroecologia e Geografia. Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão

Email: [monicacoxbp@gmail.com](mailto:monicacoxbp@gmail.com)



## O avanço da insegurança alimentar e o desmonte do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Brasil<sup>1</sup>

Amanda Emiliana Santos Baratelli<sup>I</sup> , Renata Cristina Rizzon<sup>II</sup> 

<sup>I</sup> Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, SP, Brasil

Orcid:<https://orcid.org/0000-0001-9131-1194>

<sup>II</sup> Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, SP, Brasil

Orcid:<https://orcid.org/0000-0002-0186-3209>

### RESUMO

O capitalismo está calcado em premissas neoliberais, cujas ações do Estado, em benefício da população, são reduzidas. Embora o Estado seja subvertido à lógica do sistema, existe a responsabilidade de que ele garanta o básico para a população em geral, com isso, existem as políticas públicas. O avanço do neoliberalismo e a redução da atuação do Estado é seletiva, uma vez que os créditos seguem sendo disponibilizados à iniciativa privada, com a justificativa de crescimento da economia. De fato, a economia brasileira possui notório direcionamento às atividades de produção agrícola, como, por exemplo, a produção de *commodities* e alimentos para a exportação. Todavia, contraditoriamente, o país vive uma crise de insegurança alimentar. Os dados acerca da insegurança alimentar foram amenizados devido à existência de políticas públicas, direcionadas a garantia do básico da alimentação dos brasileiros, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). No governo Bolsonaro, as políticas sociais foram marginalizadas (sem recursos e/ou correção inflacionária), o que gerou o agravamento da crise alimentar. Essa crise evidencia a tendência do desmonte das políticas públicas e a preferência do país em privilegiar a exportação. A fim de compreender este cenário, sobretudo no que diz respeito ao governo Bolsonaro, dedicar-se-á neste trabalho a analisar os dados acerca dos recursos disponibilizados nos últimos anos para o PAA, articulado com o debate dos dados acerca do avanço da insegurança alimentar no Brasil. Para tal análise utilizou-se dados do IBGE, Rede PENSSAN e do PAA.

**Palavras-chaves:** Neoliberalismo; políticas públicas; insegurança alimentar.

## The advance of food insecurity and the dismantling of the Food Purchase Program (PAA) in Brazil

<sup>1</sup>O artigo em questão é resultado das reflexões realizadas durante a disciplina “Estrutura Produtiva Agrícola e Dinâmica Regional”, ministrada pelos Professores Doutores Antonio Nivaldo Hespagnol e Rosângela Aparecida de Medeiros Hespagnol, ofertada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente (UNESP/FCT).

## **ABSTRACT**

Capitalism is based on neoliberal premises, and the actions of the State for the benefit of the population are reduced. Although the State is subverted to the logic of the system, there is a responsibility for it to guarantee the basics for the population in general, and with this, public policies exist. The advance of neoliberalism and the reduction of the State's role is selective, since credits continue to be made available to the private sector, with the justification of economic growth. In fact, the Brazilian economy is notoriously focused on agricultural production activities, such as the production of commodities and food for export. However, contradictorily, the country is experiencing a food insecurity crisis. The data on food insecurity have been mitigated due to the existence of public policies aimed at guaranteeing basic food for Brazilians, as is the case of the Food Purchase Program (PAA). Under the Bolsonaro government, social policies have been marginalized (without resources and/or inflationary correction), which generated the worsening of the food crisis. This crisis highlights the tendency to dismantle public policies and the country's preference to privilege exports. In order to understand this scenario, especially with regard to the Bolsonaro government, this paper will analyze the data on the resources made available in recent years for the PAA, articulated with the debate on the data on the advance of food insecurity in Brazil. For this analysis, data from IBGE, the PENSSAN Network and the PAA were used.

**Keywords:** Neoliberalism; public policies; food insecurity.

## **El avance de la inseguridad alimentaria y el desmantelamiento del Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) en Brasil**

### **RESUMEN**

El capitalismo se basa en premisas neoliberales, cuyas acciones del Estado en beneficio de la población son reducidas. Aunque el Estado esté subvertido a la lógica del sistema, es responsable de garantizar lo básico para la población en general, razón por la cual existen las políticas públicas. El avance del neoliberalismo y la reducción del papel del Estado es selectivo, ya que los créditos continúan a disposición de la iniciativa privada, con la justificación del crecimiento económico. De hecho, la economía brasileña está claramente orientada hacia actividades productivas agrícolas, como la producción de commodities y alimentos para la exportación. Sin embargo, contradictoriamente, el país vive una crisis de inseguridad alimentaria. Los datos de inseguridad alimentaria se han mitigado debido a la existencia de políticas públicas destinadas a garantizar las necesidades alimentarias básicas de los brasileños, como el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA). Bajo el gobierno de Bolsonaro, las políticas sociales han sido marginadas (sin recursos y/o corrección inflacionaria), lo que ha llevado al agravamiento de la crisis alimentaria. Esta crisis pone en evidencia la tendencia de desmantelamiento de las políticas públicas y la preferencia del país por privilegiar las exportaciones. Para entender este escenario, especialmente en relación con el gobierno Bolsonaro, este trabajo analizará los datos sobre los recursos puestos a disposición en los últimos años para el PAA, en conjunto con el debate sobre los datos sobre el avance de la inseguridad alimentaria en Brasil. Para este análisis, se utilizaron datos del IBGE, de la Red PENSSAN y del PAA.

**Palabras clave:** Neoliberalismo; políticas públicas; inseguridad alimentaria.

### **INTRODUÇÃO**

As premissas que sustentam o pensamento neoliberal são baseadas na significativa redução do Estado para as necessidades da população, mas, a sua centralidade enquanto mantenedor do desenvolvimento das forças produtivas do sistema capitalista, é mantida.

O fato é que o Estado, em sua essência burguesa, sempre se manteve central para os interesses da classe dominante, porém, possui a obrigatoriedade de subsidiar os mínimos vitais para a classe trabalhadora, como estratégia para o próprio funcionamento do sistema. Esses princípios fizeram parte da agenda dos líderes

progressistas que governaram o país por quatorze anos, respectivamente, o ex-presidente Lula (2003-2011) e a ex-presidenta Dilma Rousseff (2012-2016). Os governos em questão, apesar de compactuarem com as premissas neoliberais, direcionaram parte dos recursos de seus mandatos para a criação de políticas públicas que garantissem os mínimos vitais a população brasileira.

O resultado do direcionamento do orçamento público para esses programas sociais foi, de certa forma, a ascensão econômica da população de menor estrato socioeconômico. No caso daqueles que se encontravam em situação de extrema pobreza, como a fome e subnutrição, foram criadas políticas específicas para diminuir a fome no país, como o Programa Fome Zero.

Em consonância com o desenvolvimento do Programa Fome Zero, foram criados diversos programas para possibilitar o acesso da população brasileira à alimentação, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o PAA Leite. O programa em questão consistia em reduzir a desigualdade em dois seguimentos diferentes: por meio da compra da produção dos agricultores familiares e a destinação dessa produção para a população em situação de insegurança alimentar.

Esse programa tornou-se referência mundial uma vez que, diminuiu significativamente os dados em relação a fome no país. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) chegaram a realizar levantamentos, no ano 2014, que evidenciavam que o Brasil estava fora do mapa da fome. Esse resultado advém de programas como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que foi um importante instrumento para a redução da fome no país, mas, como uma política pública de governo, passou por problemas devido às crises internas da política brasileira, além de encontrarem-se em cenário de desmonte devido à ascensão de governos da extrema direita.

O avanço da redução das ações do Estado para a população brasileira tornou-se tendência, sobretudo, nos governos assumidos neoliberais, como no caso do governo de Michel Temer (2016-2018) e do governo Bolsonaro (2018-2022). O projeto político que permitiu a ascensão da extrema direita visou a redução do Estado para benfeitorias sociais, mantendo-o somente aos interesses do capital.

Essa realidade de desmonte, que caminha junto às premissas neoliberais, desdobrou-se também sob os programas relacionados à redução da fome no país. Desde a ascensão da extrema direita, o PAA seguiu em constante desmonte, por meio da

diminuição de recursos e pela extinção de instituições importantes vinculadas ao Programa, como, por exemplo, a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

A ausência do Estado para manter os mínimos vitais culminou no avanço da quantidade de pessoas em situação de insegurança alimentar no país, seja ela grave, moderada ou leve. A crise da Covid-19 agravou os problemas sociais e aqueles que já se encontravam em situação de vulnerabilidade social, passaram a viver as mazelas sociais.

Estima-se que o país vive duas crises graves. Sendo elas: a crise da fome, devido ao avanço da insegurança alimentar e, sem menos gravidade, a crise da ascensão da extrema direita, que pauta violentamente o Estado neoliberal. É baseado nessa problemática que o trabalho em questão dedica-se a analisar os dados acerca dos recursos disponibilizados nos últimos anos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), articulado com o debate dos dados acerca do avanço da insegurança alimentar no Brasil.

Do ponto de vista metodológico, foi realizada a revisão bibliográfica sobre a temática proposta e o levantamento de dados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados sobre o avanço insegurança alimentar no país foram adquiridos na Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) e os dados referentes aos investimentos anuais no PAA, foram adquiridos no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), via Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN.

O artigo divide-se em dois momentos: a) Estado neoliberal e agricultura capitalista, em que é feito um debate sobre o caráter neoliberal do Estado e sua centralidade em beneficiar as forças produtivas que desenvolvem o sistema capitalista, assim como ocorre com a agricultura capitalista e b) A insegurança alimentar e o desmonte do PAA, em que se analisa os dados de desmonte do PAA em consonância com o avanço da fome no país.

## **1. Estado neoliberal e agricultura capitalista**

O Estado, cuja essência está assentada nas relações capitalistas de produção, se organiza a partir da disputa entre classes sociais, assim como ocorre no sistema de produção vigente. As disputas entre classes antagônicas e a vitória de uma classe determina quem controlará o poder do Estado. De acordo com Pachukanis (2017), a

disputa entre classes - burguesia e proletariado - consistiu na vitória da classe dominante, dessa forma, o Estado fora dominado pelos interesses desse grupo.

Harvey (2005) evidencia que o Estado possui, na prática, significativa participação para o desenvolvimento do sistema capitalista de produção. Além de agir como regulador, a função do Estado é central, uma vez que, por meio do aparato jurídico e legislativo, ele detém o poder de possibilitar e proteger o privilégio dos interesses da classe dominante.

O Estado que se origina da necessidade de manter os antagonismos de classe sob controle, mas que também se origina no meio da luta entre as classes, é, normalmente, o Estado da classe economicamente dirigente, que, por seus recursos, torna-se também a classe politicamente dirigente, e, assim, obtém novos meios de controlar e explorar as classes oprimidas. O Estado antigo era, antes de mais nada, o Estado dos senhores de escravos para controlar os escravos, assim, como o Estado feudal era o órgão da nobreza para oprimir os servos camponeses, e o Estado representativo moderno é o instrumento para explorar a mão-de-obra assalariada pelo capital. (ENGELS apud HARVEY, 2005, p. 78).

É nessa perspectiva que o Estado mantém sua centralidade em facilitar e conceder privilégios para os grupos que representam a classe dominante na sociedade. O Estado, por mais que seja considerado “mínimo”, no contexto do neoliberalismo, atua como espinha dorsal para os interesses do capital.

Segundo Anderson (1995), o neoliberalismo surge pós II Guerra Mundial, nos centros capitalistas da Europa e América do Norte. Tendo como objetivo central romper com a proposta keynesianista de bem-estar social, em que o Estado era responsável pelas políticas de seguridade social, a fim de intensificar o consumo das massas às mercadorias produzidas por eles mesmos.

Ademais, o modelo econômico pós-guerra desencadeou em profunda crise e recessão, pois, nesse período, as ideias neoliberais passaram a adquirir maiores interesses. O objetivo dos Estados era o de garantir estabilidade monetária e, de acordo com Anderson (1995, p. 9), houve “uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar e a restauração da taxa “natural” de desemprego”. A estratégia em questão almejava o enfraquecimento e fragmentação dos movimentos sindicais que cresciam em reivindicações naquele momento.

A aplicabilidade do modelo neoliberal em centros e periferias capitalistas desencadeou numa exacerbação das desigualdades socioeconômicas entre países. Os centros capitalistas passaram a se desenvolver mais e alcançar o patamar imperial, em

contrapartida nos países periféricos, sobretudo, os da América Latina, as desigualdades se aprofundaram.

Na política neoliberal, que visa dinamizar o livre comércio e intensificar as relações entre capitalistas e capitais, a regulamentação do Estado passa a ser minimizada. Todavia, a regulamentação e fiscalização do Estado reduzem para que seu objetivo maior se concentre em tornar-se parceiro de grandes capitais. Neste sentido, a centralidade das ações fica nas mãos daqueles que pertencem à classe dominante de suas nações.

Na mesma medida em que alguns Estados perdem o poder de decisões em suas atividades política e econômica, outros adquirem esse espaço e passam a controlar diversos territórios. Nesse sentido, os governos de países “emergentes” estão reféns das políticas neoliberais, por meio dos bancos internacionais, que impõem limites aos investimentos em políticas sociais. O empréstimo concedido, com altas taxas de juros, mantém as “rédeas” econômicas dos países e intensificam o projeto neoliberal de abandono estatal para parte da população.

Oliveira (2004), destaca a influência do neoliberalismo no processo de amadurecimento econômico da América Latina, nas últimas duas décadas. O autor expõe diferentes situações de mazelas sociais que o modelo neoliberal constituiu na América Latina, principalmente, no que diz respeito às privatizações de recursos e direitos, submissão aos “cabrestos” do Fundo Monetário Internacional (FMI) e manutenção da pobreza estrutural.

Segundo Oliveira (2004), nos países como Brasil e Argentina, aprofundaram-se sistemáticas crises econômicas e sociais que culminaram em endividamento externo. O endividamento com o Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Tratado de Livre Comércio (ALCA), são pagos com significativas receitas, para a manutenção dos juros. Todavia, o pagamento mais caro, é a perda do controle político-econômico do país. É quase como um ritual de pactos religiosos em que a alma - autonomia - serve como pagamento.

Os pressupostos que instituem a ordem neoliberal do Estado possuem a característica de “abandono” Estatal, que atua com seletividade, uma vez que os investimentos nos grandes setores do capital, como, por exemplo, na agricultura capitalista, se mantêm e crescem cada vez mais. Em contrapartida, os investimentos em políticas públicas sofrem constantes reduções.

Os investimentos crescentes para a agricultura capitalista fazem parte do projeto de comoditização da agricultura, que avança desde os anos 1980. De acordo com Delgado (2012), entre o processo de transição entre a Ditadura Militar e a efetivação do modelo neoliberal, ocorreram muitas crises cambiais. Desse modo, o país encontrou como alternativa para adquirir a estabilidade fiscal o avanço da exportação de *commodities*.

De acordo com Veltmeyer e Petras (2014), a exportação de matérias-primas em grande escala e o avanço da exportação das *commodities* fazem parte de um projeto denominado de reprimarização da economia. A reprimarização possibilita maior interação de exportação-importação entre periferias e centros capitalistas, além de permitir a estabilidade nas balanças fiscais e o aumento significativo do Produto Interno Bruto (PIB), o que gera o crescimento a longo prazo. Ademais, a exportação de *commodities*, considerando os baixos investimentos, torna-se uma atividade extremamente lucrativa, conforme:

Portanto, quanto mais se consegue reduzir os custos, maior a margem de lucro visto que os preços são definidos no mercado internacional e não pelos produtores individuais. Também complementa suas características, o fato de serem produzidas e transportadas em grande escala e pesa sobre o custo do transporte um dos elementos de competitividade para a comercialização de *commodities* tanto agrícolas quanto minerais. A organização da produção e de sistemas de transporte em larga escala exercem considerável pressão sobre a produção do espaço geográfico, por isso a importância de compreendermos o que representam as *commodities* para a reprimarização das exportações brasileiras. Podemos citar como exemplo das principais exportadas pelo Brasil, o minério de ferro (*commodity* mineral), soja, milho, açúcar (*commodities* agrícolas). (LAMOSO, 2020, p. 7).

A intensificação da exportação de *commodities* fez com que o setor do agronegócio direcionasse seus esforços cada vez mais para a exportação. O Estado, devido ao crescimento do PIB e a possibilidade de estabilidade econômica, centralizou investimentos para a agricultura capitalista, em detrimento da agricultura familiar. De acordo com Alentejano (2020), no governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), somente 12,9% dos recursos estão destinados para a agricultura familiar, contra 87,1% dos recursos para a agricultura capitalista.

A tendência de diminuição dos recursos orçamentários destinados às políticas públicas faz parte do projeto de desmonte das ações assistencialistas desenvolvidas pelo Estado brasileiro. O movimento de afastamento do Estado da população ocorre em diferentes instâncias, dentre elas, aquelas que deveriam ser consideradas básicas enquanto dever, como a alimentação, educação, saúde, lazer e segurança.

## **2. A insegurança alimentar e o desmonte do PAA**

Os dados acerca do avanço de pessoas em situação de insegurança alimentar evidenciam esse processo de desmonte de políticas públicas. De acordo com o Relatório publicado em 2021, pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), os domicílios em situação de segurança alimentar representam o percentual de 44,8%; já os que convivem com a insegurança alimentar representam 58,2%, sendo que 9% convivem com a fome, ou seja, insegurança alimentar grave. Nos domicílios de área rural, a insegurança alimentar grave atingiu 12%.

Ou seja, de 211,7 milhões de brasileiros, 116,8 milhões convivem com algum grau da insegurança alimentar e, deste total, 43,4 não tinham alimentos em quantidade suficiente para a família e 19 milhões enfrentam a fome.

A pesquisa da Rede PENSSAN ainda relaciona esses dados com os que foram levantados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em 2004, quando a insegurança alimentar grave atingiu o percentual de 9,5%, e a moderada 12%. Em 2021, a insegurança grave está em 9% e a moderada em 11,5%, muito próximo ao que fora evidenciado em 2004.

Em 2004, o percentual de famílias em condição de segurança alimentar era de 64,8%, já, no relatório de 2021, esse número reduziu para 44,8%. A Rede evidencia ainda que a situação da fome no Brasil foi agravada pela crise decorrente da pandemia de Covid-19. No entanto, vale evidenciar que a crise alimentar do país tem avançado conforme os órgãos governamentais e a políticas públicas de abastecimento alimentar foram sendo desmontadas.

No ano de 2022, a Rede PENSSAN lançou seu 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, de acordo com os dados, a situação da população brasileira em relação à fome piorou. O inquérito revela que 33,1 milhões de pessoas estão em situação de insegurança alimentar grave, passando fome. Em situação de insegurança alimentar, seja leve, moderada ou grave, estão 58,7%, ou seja, 125,2 milhões de brasileiros e brasileiras.

Historicamente, o Brasil foi um país cuja fome fez parte da trajetória, no entanto, políticas públicas foram criadas para amenizar essa realidade, como, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, junto ao projeto Fome Zero. Em 2014, de acordo com relatórios publicados pelo Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE), o país teria saído do mapa da fome. Todavia, no relatório da Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE, de 2018, a insegurança alimentar estava crescendo, agravando-se novamente.

O Programa de Aquisição de Alimentos foi criado em 2003, no contexto da ascensão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores – PT), conforme:

Já em 2003, no âmbito do Fome Zero, foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que tinha como objetivo assegurar o acesso a alimentos a crianças e adolescentes em idade escolar e a pessoa em situação de insegurança alimentar e/ou nutricional atendidas por entidade da rede assistencial e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar, criando um novo canal de comercialização, por meio das compras governamentais de alimentos. O PAA propunha, portanto, promover a articulação entre as políticas de segurança alimentar e nutricional e as de apoio à agricultura familiar, beneficiando tanto os pequenos produtores quanto os consumidores da rede sócio-assistencial das escolas. (HESPANHOL, 2020, p. 5).

De acordo com Hespagnol (2020), o PAA possuía como premissas fundamentais dois objetivos, sendo eles 1) promover o acesso à alimentação de toda pessoa em situação de insegurança alimentar e nutricional; 2) incentivar a agricultura familiar através das compras governamentais de alimentos. Além disso, o PAA fortalecia as relações locais e regionais da produção dos agricultores familiares.

O mercado de compra governamental dos alimentos produzidos pelos agricultores articulava três preceitos, a produção, a comercialização e o consumo. Isto porque o processo de compra desses alimentos fora facilitado, podendo ser realizado em escala federal, estadual ou municipal, podendo ser realizado direto com o agricultor e/ou por meio de suas organizações coletivas (HESPANHOL, 2020).

Nesse sentido, o PAA possibilitou a integração e a possibilidade de escoamento facilitado para os agricultores familiares locais, que fossem cadastrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e possuíssem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Além de beneficiar aos agricultores, o programa visava amenizar a situação de insegurança alimentar no país, possibilitando o acesso a alimentação à população marginalizada.

O PAA possui dois públicos beneficiários: os consumidores e os fornecedores de alimentos. Os consumidores são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e os atendimentos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição. Os fornecedores são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais (HESPANHOL, 2020, p. 11).

O PAA apresentou durante sua trajetória momentos de sucesso e também diversos problemas. De acordo com Hespanhol (2020), o Programa teve, até 2012, um significativo crescimento, com problemas pontuais em alguns anos, mas nada que afetasse seu desenvolvimento. No entanto, a autora ressalta que, apesar de sua importância, a expansão territorial do Programa fora tímida, concentrando-se, principalmente, no Nordeste e no Sul.

Apesar dos problemas levantados em relação ao PAA, não se pode diminuir sua importância, uma vez que o programa proporcionou, mesmo que de forma limitada, benefícios aos sujeitos envolvidos. O PAA contribuiu para melhoria na condição de vida dos agricultores, que puderam escoar suas produções e, principalmente, para as famílias que receberam os alimentos, resultando, sobretudo, na diminuição da fome no país (HESPANHOL, 2020).

Os dados da tabela 1 evidenciam que o PAA passou por períodos de avanço no valor de recursos destinados e também por períodos de queda. Durante os anos de governo do PT (2013-2016), os investimentos mantiveram-se estáveis, somente nos anos de 2007, 2013 e 2016, os valores foram negativos, comparados ao ano anterior. Em 2007, o valor total de investimento foi de R\$ 400.524.108,05, sendo -5.56% do que no ano anterior. Em 2013, o valor foi de R\$ 423.146.825,32, 46.57%, menor do que no ano anterior. Já em 2016, com o governo de Dilma em crise, os investimentos caíram 32.28%, comparados ao ano anterior.

**Tabela 1 – Recursos destinados por ano para o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)**

<b>Ano</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>% de aumento/queda em relação ao ano anterior</b>
2003	145.014.750,90	0%
2004	181.074.211,46	24.86%
2005	295.582.051,59	63.23%
2006	424.146.538,41	43.49%
2007	400.524.108,05	-5.56%
2008	425.842.430,09	6.32%
2009	501.608.222,37	17.79%
2010	618.039.576,00	23.21%
2011	633.526.372,11	2.50%
2012	792.035.888,19	25.02%
2013	423.146.825,32	-46.57%
2014	627.815.915,58	48.36%
2015	634.767.126,23	1.10%
2016	429.823.520,83	-32.28%
2017	357.459.232,76	-16.83%
2018	261.065.432,63	-26.96%

**Fonte:** Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN, 2022.

Em contrapartida, desde que o PT deixou de governar o país, o volume de recursos destinados ao PAA foram diminuindo significativamente, em consonância com o avanço da fome no país. Em 2016, no contexto da articulação para o golpe, que derrubara a Presidenta Dilma Rousseff, os recursos totais foram de R\$ 429.823.520,83, reduzindo 32.28%, em relação ao ano anterior. A tendência de redução dos recursos destinados ao PAA seguiu a diante, com uma queda de 16.83% em 2017, totalizando o investimento de R\$ 357.459.232,76. Por fim, os dados públicos sobre o PAA encerram em 2018, com o valor de R\$ 261.065.432,63, sendo 26.96% menor que no ano anterior.

Durante a pandemia de Covid-19, o PAA também passou por mudanças orçamentárias. De acordo com o Sambuichi et al. (2020), o orçamento previsto para 2020 totalizava R\$ 186 milhões. Todavia, a Medida Provisória nº 957, de 24 de abril de 2020, que liberou crédito extraordinário ao Ministério da Cidadania, devido à pandemia, previa orçamento de R\$ 500 milhões.

Apesar do aumento do volume de recursos destinados ao PAA, no contexto pandêmico, o montante de R\$ 500 milhões ainda representa um valor baixo, considerando a crise sanitária e o crescimento da insegurança alimentar. Além do mais, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação no Brasil acumula o percentual de 11,73% e o valor do recurso disponibilizado é inferior ao de 2009, quando a inflação era de 4,31%.

O avanço do desmonte das políticas públicas é uma tendência do neoliberalismo, no entanto, apesar dos governos petistas não terem rompido com as premissas neoliberais e com os acordos da política conversadora, esses governos investiram, mesmo que de forma limitada, em programas sociais que amenizassem a pobreza extrema. O projeto Fome Zero, o PAA, o PAA Leite, o Bolsa Família etc. foram importantes projetos para redução das mazelas sociais, cujo objetivo fora garantir dignidade à parte empobrecida da população brasileira.

A ascensão da extrema direita, materializada inicialmente pelo governo do golpista Michel Temer, entrara no poder com o objetivo de exercer ataques as políticas públicas, sobretudo àquelas relacionadas ao beneficiamento da agricultura familiar. Em 2016, no início da ascensão de Temer, o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) foi extinto. Além disso, diversas políticas públicas sofreram com drásticas reduções orçamentárias.

Em continuidade as práticas desempenhadas pelo governo de Michel Temer, a ascensão do governo Bolsonaro, como representante da extrema direita, em 2018, seguiu o projeto político de aprofundar as desigualdades sociais e beneficiar a classe dominante. No primeiro dia de mandato, ele assinou a medida provisória que desmontou o Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). O Consea é o Conselho que presta assessoria ao governo para traçar políticas de garantia ao cumprimento das diretrizes dos Direitos Humanos, como o direito à alimentação.

O governo Bolsonaro, além de ter atacado os setores da sociedade que se articulavam em defesa dos Direitos Humanos e as políticas públicas para a amenização das mazelas sociais, também subnotificou dados importantes para o desenvolvimento das pesquisas científicas. Os dados referentes ao volume de recursos destinados ao PAA anualmente pararam de serem atualizados no site oficial do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS.

O PAA continua foi atacado e desmontado durante todo o governo Bolsonaro, todavia, realizou a modificação do nome do programa como forma de promover sua campanha pela reeleição. O presidente, por meio, Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021, instituiu o Programa Alimenta Brasil, extinguindo, portanto, o Programa de Aquisição de Alimentos.

Apesar do caráter novo do Programa Alimenta Brasil, suas premissas seguem as mesmas estabelecidas pelo PAA, conforme:

Art. 2º São finalidades do Programa Alimenta Brasil:

I - incentivar a agricultura familiar e promover a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção sustentável, ao processamento e à industrialização de alimentos e à geração de renda;

II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;

III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;

IV - promover o abastecimento alimentar, por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar e o abastecimento de equipamentos públicos de alimentação e nutrição, em âmbito municipal, estadual e distrital, inclusive nas áreas abrangidas por consórcios públicos;

V - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;

VI - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;

VII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos;

VIII - incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e

IX - estimular o cooperativismo e o associativismo. (DECRETO Nº 10.880, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2021).

O avanço da insegurança alimentar, que hoje soma 58,2% da população brasileira, sendo que 9% encontram-se em insegurança alimentar grave, retoma o país para o mapa da fome, assemelhando os dados aos que foram levantados em 2004. A violência simbólica de permitir que 19 milhões de brasileiros estejam em situação de fome e extrema pobreza, evidencia a face da extrema direita com relação às necessidades sociais.

O desmonte do PAA é um ataque às políticas públicas destinadas a redução da fome em todo mundo, uma vez que ele serviu de exemplo para a diminuição das desigualdades em outros países. A importância do PAA, em cenário internacional, fez com que a FAO/ONU lançasse o PAA África, que abrangeu os países da Etiópia, Maláui, Moçambique, Níger e Senegal, além disso, a Assembleia Geral das Nações Unidas celebrou, em 2014, “O Ano Internacional da Agricultura Familiar”, que deu visibilidade ao programa e discutiu sua importância (HESPANHOL, 2020).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O resultado da manutenção do Estado e de suas premissas neoliberais, sobretudo com a ascensão da extrema direita, intensifica o movimento de desmonte de políticas públicas. Essas, apesar de não provocarem abrupta transformação social, servem para reduzir as desigualdades sociais.

No Brasil, a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas que sirvam para manter os mínimos vitais é escomunal. O país possui histórico recente de fazer parte do mapa da fome, de acordo com os dados da Rede PENSSAM. Em 2004, o país possuía altos níveis no diagnóstico acerca da insegurança alimentar, em nível grave, moderado e leve.

A criação Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em conjunto com o Programa Fome Zero, serviu como forma de amenizar essa realidade. De acordo com os dados da Rede PENSSAM o país saiu, em 2014, do mapa da fome, e diminuiu os índices de insegurança alimentar grave para menos de 5%. Essa vitória está relacionada com os recursos investidos pelos governos petistas nas políticas públicas para a alimentação da população vulnerável.

O PAA, além de ser importante no projeto de redução da fome no país, também fora fundamental para o desenvolvimento da Agricultura Familiar, uma vez que, conforme suas premissas, os alimentos para as doações do PAA eram comprados de agricultores familiares. Essa relação entre produção, comercialização e consumo, beneficiou esses dois seguimentos sociais, os agricultores familiares e as famílias que receberam os alimentos.

A tendência do desmonte das políticas públicas no Brasil avançou devido à crise política interna aos governos do PT, no período em que o partido perdeu alianças importantes. Essa instabilidade fez com que os Programas sociais fossem enfraquecidos, todavia, ainda se mantinham vivos. Já com a ascensão de governos de extrema direita, como o de Michel Temer e Bolsonaro, as políticas com viés sociais foram desmontadas significativamente.

Os dados de recursos investidos no PAA caíram profundamente e os dados relacionados à fome no país aumentaram. Mesmo no contexto da pandemia de Covid-19, o volume de recursos destinados ao Programa apresentou-se baixo, sobretudo, considerando o contexto de vulnerabilidade que a população brasileira se encontra.

É devido a esse cenário de desmonte das políticas públicas, sobretudo àquelas voltadas a manutenção dos mínimos vitais a população, que a insegurança alimentar no país, alcançou a marca, em 2022, de 125,2 milhões de brasileiros, além dos 33,1 milhões que se encontravam em situação de fome.

O Brasil é um país reconhecido internacionalmente por seu potencial agrícola, devido à sua dimensão territorial e vasta quantidade de recursos naturais. Todavia, a agricultura capitalista brasileira privilegia o setor de exportação de *commodities*. Mesmo quando a agricultura capitalista produz comida, ela privilegia a exportação. Neste sentido, o Brasil apresenta-se como um país que vive no paradoxo de ser um grande produtor de alimentos e ter parte significativa de sua população em situação de fome.

É por isso que estimamos que o país vive duas crises, a crise do enfraquecimento do Estado e de sua presença seletiva para os setores da classe dominante, que usa a fome no país como instrumento de campanha, como no caso do governo Bolsonaro que extinguiu o PAA e lançou o Programa Alimenta Brasil, e a crise das pessoas que se encontram em extrema vulnerabilidade de não ter com o que se alimentar.

As mazelas sociais que a população brasileira se encontra são resultado do projeto político de desmonte do Estado em seu viés social. Esse projeto fez ascender a extrema direita que destina volumosos recursos à exportação de *commodities*, à pecuária extensiva, à mineração predatória e à destruição ambiental. Aos pobres? Restam os ossos e a luta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brasil. **Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.** Regulamenta o Programa Alimenta Brasil, intituído pela Medida Provisória nº 1061, de 9 de agosto de 2021. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília.
- DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.
- SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 1079-1096, 2020.
- PACHUKANIS, Evguiéni B. **Teoria geral do direito e marxismo.** Boitempo Editorial, 2017.
- VELTMEYER, Henry; PETRAS, James. Surgimiento y muerte del capitalismo extractivo. **Observatorio del Desenrrollo**, México, v. 3, n.9, p.19-26, 2014.
- HARVEY, David. Teoria marxista do Estado. In: HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Anablume, 2005.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo, In: SADER, E; GENTILI, P. (Org.) **Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 205p.
- DE OLIVEIRA, Francisco. **Há vias abertas para a América Latina.** São Paulo: Boitempo Editorial, n. 3, 2004.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contra-reforma em marcha acelerada. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 351-390, 2020.
- LAMOSO, Lisandra Pereira. Reprimarização no território brasileiro. Espaço e Economia. **Revista brasileira de geografia econômica**, n. 19, 2020.
- HESPANHOL, R. A. M. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no âmbito das políticas de segurança alimentar e de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. MARAFON, G.J.; CHELOTTI, M. C.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Temas em Geografia Rural.** 1ª ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2019.

Rede PENSSAM. **2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Disponível em <<https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>> Acesso em: 14 de agosto de 2022.

Rede PENSSAM. **VIGISAN Encuesta Nacional sobre Inseguridad Alimentaria en el Contexto de la Pandemia de la Covid-19 en Brasil**. Disponível em <[http://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_LO1\\_Inseguridad\\_Alimentaria\\_y\\_Covid-19\\_en\\_Brasil.pdf](http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_LO1_Inseguridad_Alimentaria_y_Covid-19_en_Brasil.pdf)> Acesso em: 14 de agosto de 2022.

RIBEIRO, M. Trabalho cooperativo no MST e ensino fundamental rural: desafios à educação básica. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 2, n.17, maio/ago. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n17/n17a02.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o homem no Nordeste: construção ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: Ensaio**. 2a ed. Petrópolis: Vozes, 1982. 156p.  
SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

---

#### **Amanda Emiliana Santos Baratelli**

Licenciada e Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Três Lagoas (UFMS/CPTL) e Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Presidente Prudente (FCT/UNESP).

E-mail: [amanda.baratelli@unesp.br](mailto:amanda.baratelli@unesp.br).

#### **Renata Cristina Rizzon**

Licenciada e Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia (FCT/UNESP).

E-mail: [renata.rizzon@unesp.br](mailto:renata.rizzon@unesp.br).



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



## Entre Monoculturas: Um Estudo das Zonas Rurais de Barbalha e Missão Velha no Ceará

Cícero Luciano Ferreira de Castro <sup>I</sup>  Claudio Ubiratan Gonçalves <sup>II</sup> 

<sup>I</sup> Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato – LEPEC, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, PE, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6499-7637>

<sup>II</sup> Departamento de Geografia, Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato – LEPEC, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, PE, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0777-4506>

### RESUMO

O presente artigo trata a substituição da monocultura da cana-de-açúcar pela monocultura da banana. Nesse processo fica evidente a forte participação de um grupo seletivo da sociedade civil organizado em sociedade anônima de economia mista participando da administração pública de forma indireta. Através da governança o poder público no estado do Ceará prioriza os interesses empresariais em vez de atender as demandas sociais. Como gerente das empresas do agronegócio a serviço do capital o estado precariza as condições de competitividade dos camponeses forçando-os a tomarem lugar na grande engrenagem que é o agronegócio.

**Palavras-chaves:** governança; camponês; estado e agricultura irrigada

## Between Monocultures: A Study of Rural Areas in Barbalha and Missão Velha, Ceará

### ABSTRACT

The current paper is about the substitution of sugar-cane monoculture by banana monoculture. In this process, it becomes evident the strong participation of a select group of the civil society organized in a mixed economy corporation, participating in the public administration in an indirect way. Through governance, the public power in the state of Ceará prioritizes business interests instead of meeting social demands. As manager of the agribusiness

companies at the service of capital, the state makes the competitiveness of peasants precarious, forcing them to take a place in the great machine that is agribusiness.

**Keywords:** governance; peasant; state and irrigated agriculture

## **Entre Monocultivos: Un Estudio de las Zonas Rurales de Barbalha y Missão Velha en Ceará**

### **RESUMEN**

El presente artículo trata de la sustitución del monocultivo de caña de azúcar por el de plátano. En este proceso, es evidente la fuerte participación de un grupo selecto de la sociedad civil, organizada en sociedad anónima de economía mixta, participando en la administración pública de manera indirecta. A través de la gobernanza, el poder público del estado de Ceará prioriza los intereses empresariales en lugar de atender las demandas sociales. Como gestor de las empresas del agronegocio al servicio del capital, el Estado precariza las condiciones de competitividad de los campesinos, obligándolos a ocupar un lugar en la gran máquina que es el agronegocio.

**Palabras-clave:** gobernanza; campesino; estado y agricultura de regadío

### **INTRODUÇÃO**

Este artigo surge de uma inquietação, quanto por ocasião dos festejos da cidade de Barbalha, ao participar de um evento cultural ouvi um senhor se identificar como presidente do Clube de Dirigentes Lojista da referida cidade em décadas passadas, na época em que Barbalha se destacava pelos seus verdes campos de canaviais que se espalhavam por boa parte do município o qual abrigava mais de 100 engenhos aos redores dos plantios de cana-de-açúcar.

Na oportunidade, esse senhor afirmou que o motivo que levou Barbalha a não produzir mais cana de açúcar foi devido ao plano de desenvolvimento econômico do Governo na época que se mostrou preocupado com a seguridade hídrica da região e sob esse argumento deu-se início à desativação desse tipo de monocultura.

Entretanto, de acordo com Sabia, et al. (2017) foram uma série de fatores que levaram a diminuição do cultivo da cana-de-açúcar entre eles: falta de incentivos fiscais; fiscalização das leis trabalhista que obrigavam aos donos de plantio e engenhos a comprarem os Equipamentos de Proteção Individual e aplicavam multas onerosas aos que não cumprissem; dificuldades de comercialização do produto; preço baixo da cana-de-açúcar e custos altos com energia (necessário para moagem).

Nesse sentido, percebe-se que dentro da lógica do Capital não basta lucrar pouco, logo como nos lembra Kurz (2015), ocorre o desmonte das forças produtivas menos rentáveis.

Nesse sentido o Estado assume papel de gerente dos interesses das grandes corporações capitalistas (HARVEY, 2005).

### **Materiais e Métodos**

Na busca da melhor compreensão do problema esse trabalho iniciou-se com a pesquisa bibliográfica com o intuito de formular embasamento teórico necessário que sustenta os argumentos desse artigo.

Como segundo passo para realização da pesquisa foi necessário entrevistar comerciantes, representantes das associações e cooperativas de produtores agrícolas, de dirigentes e ex-dirigentes lojistas e agricultores nas zonas rurais dos municípios de Barbalha e Missão Velha.

Além do trabalho de campo, a consulta a dados pretéritos sobre o cultivo da cana-de-açúcar e banana fora acessado no banco de dados do IBGE através do SIDRA, com recorte temporal de 2006 até 2015.

Para tabulação dos dados e elaboração dos gráficos fora usado a planilha Excel® e para elaboração do mapa de localização fora usado o aplicativo Quantum Gis®, que possui licença livre por tratar-se de software aberto.

### **Entre monoculturas**

Os municípios de Barbalha e Missão Velha estão localizados ao sul do estado do Ceará na Região Nordeste do Brasil e fazem parte do Polo de Agricultura Irrigada do Cariri.

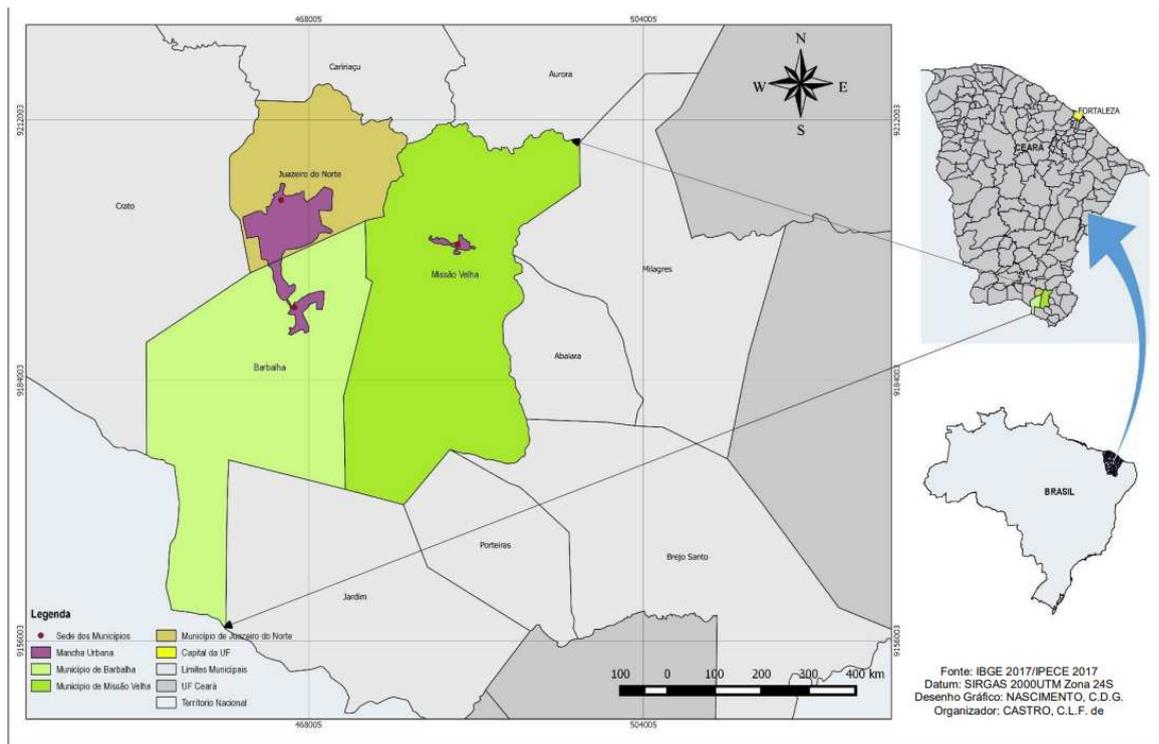
O estado do Ceará possui seis polos de agricultura irrigada que foram criados como resultado do Programa Cearense de Agricultura Irrigada – PROCEAGRI, vinculado à Secretaria de Agricultura Irrigada – SEAGRI.

Desde 1999 quando o Governador Tasso Jereissati instituiu a Secretaria de Agricultura Irrigada que o estado do Ceará vem gerenciando os interesses das grandes empresas sobretudo, do agronegócio pautadas na agricultura irrigada no estado e localizadas nos seis polos espalhados pelo território cearense.

Isso posto, o período de transição da monocultura da cana-de-açúcar para monocultura da banana ocorreu entre 2006 e 2015. Contudo, surge duas inquietações. Quais dos gêneros alimentícios consome mais água no processo de plantio? Qual seria, então, a opção de cultivo que asseguraria a maximização do lucro?

Para Mekonnen & Hoekstra (2011) são necessários 790 litros de água para cultivar 1 quilo de bananas enquanto para cultivar 1 quilo de cana-de-açúcar são necessários 210 litros de água.

**Figura 1: Mapa de localização dos municípios de Missão Velha, Barbalha e Juazeiro do Norte**



Fonte: Castro, 2018

Para acelerar esse processo de transição de monoculturas a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE, torna-se estratégia para administração pública desenvolver políticas que priorizem os interesses empresariais, sobrepondo-se as demandas sociais (CASTRO, 2018).

Keynes (1978) ao tratar do individualismo e laissez-faire ressuscita o Marquês d'Argeson que em 1751 afirmou: *Para governar melhor, devemos governar menos* (Keynes, p111, 1984). Sendo assim, esse é o momento na história do ser humano em que pela primeira vez foi faladado em reduzir o Estado. É nessa perspectiva que a ADECE assume papel de destaque na tomada de decisões de políticas públicas

Através da racionalidade eurocêntrica se estabelece um padrão de pensamento imposto no processo de colonização, negando ao povo colonizado qualquer forma de ocupar o lugar (QUIJANO, 2014).

Por conseguinte, o direito de retirar da natureza os elementos necessários para sobrevivência foram negados, mesmo hodiernamente a perpetuação dessa forma de pensar persiste e se adequa ao atual sistema econômico e político.

Assumindo a forma de empresas de economia mista que ao participarem de forma indireta da administração pública tornam-se ferramentas do estado a serviço do capital, priorizando os interesses das grandes corporações econômicas.

Para Polat & Alkan (2020), governança é um sistema complexo composto pela cooperação entre: setor público, privado e organização não governamentais.

Entretanto, para expressar uma caracterização que dê conta da realidade na qual estamos inseridos, pode-se dizer que governança é o resultado das ações de cooperação corporativa de forças dos setores público e privado, este segundo através de organizações não governamentais e/ou de economia mista.

Foi através do trabalho do Banco Mundial que surgiu a ideia de governança incluído a sociedade na tomada de decisões político administrativas representadas pelo setor privado, através de organizações não governamentais e/ou de economia mista (POLAT; ALKAN, 2020).

Todavia, na prática o que pode ser observado é que o capital vem acelerando sua reprodução favorecido por esse mecanismo chamado governança, à medida que as decisões político administrativas priorizam os interesses das grandes corporações em vez de atender as demandas sociais.

Um exemplo ímpar de como a governança quando executada da forma equivocada priorizando apenas um setor da sociedade torna-se prejudicial para o meio ambiente é relatado pelos autores Pereira et al (2020) e Behera et al (2022). Contudo, é de suma importância incluir o camponês no bojo dos prejuízos causados pelo atual modelo de governança.

O conjunto de tabelas que segue possibilita uma melhor visualização da troca de monocultura da cana-de-açúcar pelo cultivo da banana nos municípios de Barbalha e Missão Velha.

Essa troca de monocultura está diretamente relacionada a mudanças do plano de governo que antes subsidiava o cultivo da cana-de-açúcar através do Proálcool – Programa Nacional do Álcool (SABIA, et al. 2017).

**Tabela 01 – Missão Velha – CE: Produção de banana e cana-de-açúcar de 2006 a 2015 (em toneladas)**

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Banana	10.325	10.000	10.850	11.780	11.780	9.604	8.565	9.315	12.686	89.760
Cana-de-açúcar	48.000	33.000	32.000	33.600	33.650	30.450	17.600	17.520	17.600	6.440

Fonte: PAM 2006 a 2015/ IBGE  
Elaboração e Organização: Castro, 2024

A Tabela 01 (Missão Velha – CE: Produção de Banana e Cana-de-Açúcar de 2006 a 2015 em Toneladas) mostra o processo de substituição da produção de cana-de-açúcar pela banana em Missão Velha, ou seja, uma troca de monocultura.

**Tabela 02 – Barbalha – CE: Produção de banana e cana-de-açúcar De 2006 a 2015 (em toneladas)**

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Banana	4.650	4.013	4.770	4.877	4.877	5.486	5.280	5.845	6.161	6.040
Cana-de-açúcar	80.000	50.000	72.000	75.600	77.400	22.750	15.400	8.000	10.050	8.400

Fonte: PAM 2006 a 2015/ IBGE  
Elaboração e Organização: Castro, 2024

O mesmo ocorre no município de Barbalha de acordo com a tabela 02 (Barbalha – CE: Produção de Banana e Cana-de-Açúcar de 2006 a 2015 em Toneladas).

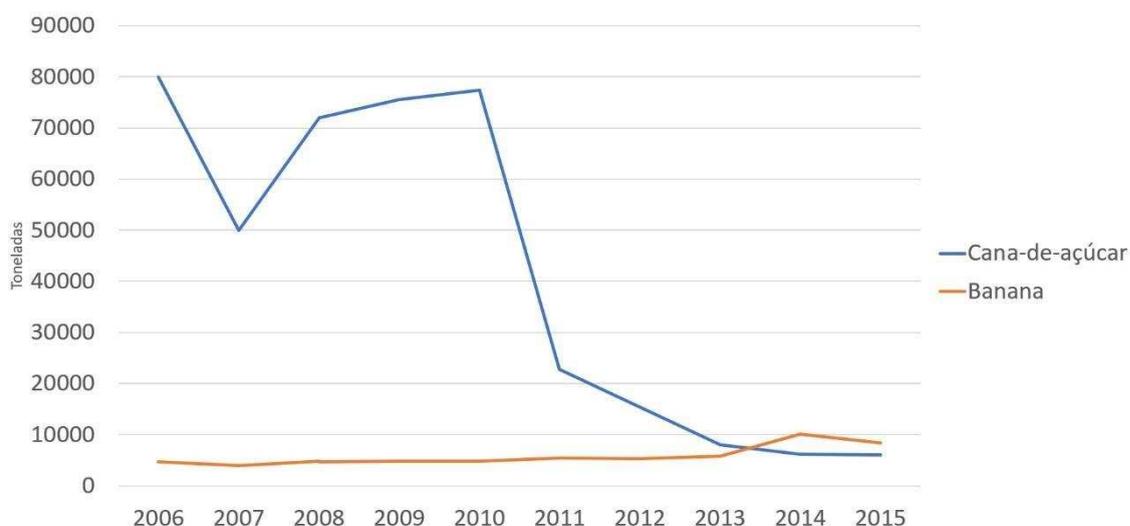
Dentro desse processo de mudança no que se produz na agricultura está presente a inserção de novas atividades induzidas por forças externas, dessa forma os municípios de Barbalha e Missão Velha – que antes eram considerados pelas forças produtivas do Capital sem valor – adquire uma nova funcionalidade, dentro do circuito espacial produtivo da banana.

Lobato Corrêa indica duas possibilidades que justificam a (re)funcionalização das cidades pequenas sendo a primeira a “perda, relativa ou absoluta de centralidades” (CORRÊA, 2006, p.264), situação não condizente com o município de Missão Velha – CE, já a segunda refere-se à transformação do pequeno núcleo produtivo localizado em cidades pequenas a partir de novas atividades induzidas.

Tais induções de atividades estão diretamente ligadas a políticas de incentivos fiscais aliadas ao aparelhamento do Estado (DE SOUSA SANTOS, 2020). Esse modo de aplicação de políticas públicas serve aos interesses do Capital, dessa forma o Estado atua como gerente das grandes corporações empresariais (HAVEY, 2004).

Como podemos observar Lobato Corrêa ao levantar a segunda possibilidade está falando de cidades que antes não despertariam interesses dos empresários no país, mas quando essas áreas são inseridas como resultado da inserção de novas atividades econômicas essas cidades se destacam dentro do circuito espacial produtivo.

**Figura 02 – Barbalha – CE: Produção de banana e cana-de-açúcar de 2006 a 2015 (em toneladas)**

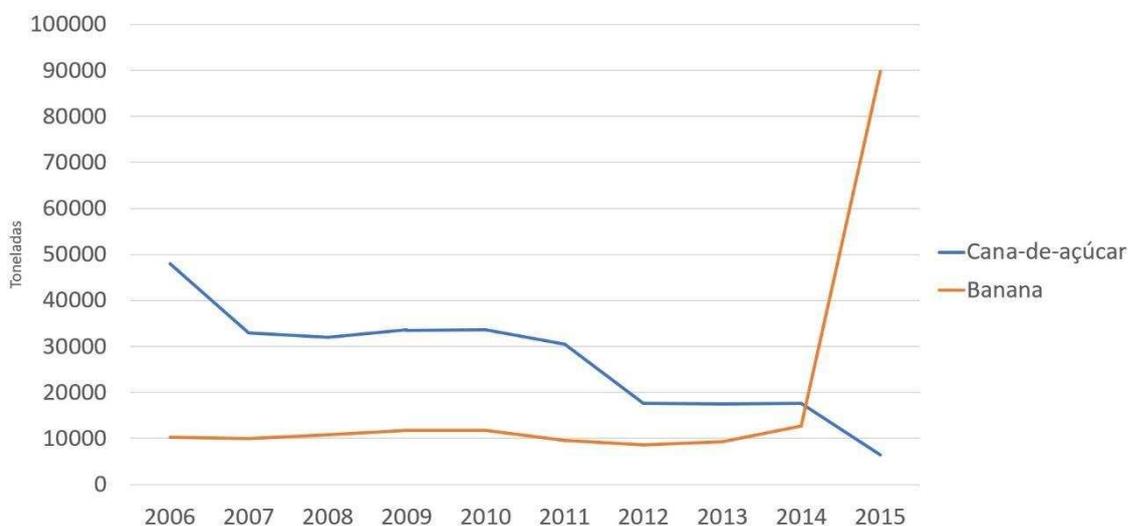


Fonte: PAM 2006 a 2015/ IBGE  
 Elaboração e Organização: Castro, 2024

As figuras 02 e 03 possibilitam uma melhor visualização de como ocorreu a substituição da monocultura da cana-de-açúcar pela monocultura da banana nas zonas rurais desses municípios limítrofes. Em Missão Velha, a quantidade de banana produzida é muito superior a quantidade produzida por Barbalha.

Contudo, no município de Barbalha, embora a quantidade de banana produzida seja consideravelmente menor o que significa que o aumento de produção não foi tão expressivo quando comparado ao seu município limítrofe (Missão Velha) o que chama a atenção é a queda na produção de cana-de-açúcar.

**Figura 03 – Missão Velha – CE: Produção de banana e cana-de-açúcar De 2006 a 2015 (em toneladas)**



Fonte: PAM 2006 a 2015/ IBGE  
 Elaboração e Organização: Castro, 2024

Como mencionado na introdução desse capítulo, a opção realizada pelo governo do Estado do Ceará em parar a produção da cana-de-açúcar preocupado na segurança hídrica da região torna-se controversa na medida em que há incentivos fiscais para expansão da atividade agricultura empresarial, sobretudo do cultivo de banana, pelo simples fato da banana consumir mais água do que a cana de açúcar (MEKONNEN & HOEKSTRA 2011).

Essa mudança está diretamente relacionada a projetos políticos econômicos desenvolvidos pelo estado do Ceará para atender a interesses econômicos do agronegócio.

Todo esse processo de substituição da policultura pela monocultura ocorreu ao mesmo tempo em que acontece a modernização no sistema de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2014). A partir dessa perspectiva, deve-se dar destaque sobretudo a substituição da monocultura da cana-de-açúcar pela monocultura da banana no município de Missão Velha.

A pesquisa de campo foi capaz de evidenciar que entre esse processo de mudança da monocultura da cana-de-açúcar para monocultura da banana o camponês foi esquecido.

Dessa maneira, as dificuldades enfrentadas pela falta de recursos e apoio do governo levaram o camponês a vender sua força de trabalho para empresas do agronegócio instaladas no Polo Cariri de Agricultura Irrigada (CASTRO, 2018).

Entretanto, há casos em que a família de agricultores não consegue espaço no mercado de trabalho. Como apontado na pesquisa de Winters; Corral & Gordillo (2011), algumas famílias de agricultores quando não conseguem espaço no mercado, tem que procurar outro meio de subsistir se valendo do capital social.

No Brasil, com a implantação do Estado Nacional-Desenvolvimentista a partir de 1930 põe-se em execução diversos planos econômicos que buscavam investir em infraestrutura.

Conseqüentemente, o período de 1945 – 1964 foi marcada pela participação da sociedade civil influenciando os rumos das decisões políticas. De acordo com De Souza Santos (2020) as instituições que tentavam influenciar o rumo da política nacional divergiam em suas opiniões e posicionamentos.

Logo, enquanto um grupo defendia uma perspectiva liberal econômica o outro se afirmava com posicionamento nacional desenvolvimentista defendendo a intenção do estado no mercado (DE SOUZA SANTOS, 2020).

Em todo o caso, o progresso que o país vivenciou acelerou o processo de urbanização. Como resultado, a fluidez seletiva (ARROYO, 2015) deixa o camponês a margem do circuito espacial produtivo (SANTOS, 2012) por falta de competitividade.

Essa falta de competitividade é planejada e imposta pelo conjunto de ações sincronizadas a partir da cooperação entre o Estado e a sociedade civil organizada em empresas privadas e/ou de economia mista.

Wesz Junior (2022) a concentração da produção agrícola nas mãos de empresas transacionais, vale ressaltar que estão a serviço do Capital, controlando todo circuito espacial de produção (SANTOS, 2012), resulta no pior cenário a perda da terra para produção e a própria condição de agricultor.

Primordialmente, torna-se importante ressaltar que essa ideia de inserir a sociedade privada na administração pública não é algo recente. Os aspectos econômicos e políticos estão interligados como nos adverte Gonçalves (2022). Portanto, esse padrão de ações coordenadas entre poder público e empresas privadas de economia mista ou não, só se torna possível devido à governança.

## **Considerações Finais**

O conjunto de ações desenvolvidas pelo estado do Ceará levaram a trocar a monocultura da cana-de-açúcar pela monocultura da banana nas zonas rurais dos municípios de Missão Velha e Barbalha no interior do estado do Ceará.

Nesse contexto, uma parcela da população composta por empresários se organiza em uma empresa de Sociedade Anônima de economia mista e através da governança passam a influenciar as tomadas de decisões político econômicas.

Dessa forma, novos atores surgem no processo de (re)produção do espaço geográfico, seguindo a lógica de acumulação do capital.

Com a maximização do lucro como alvo a ser alcançado, impõem-se um discurso que vai resultar na fragilização das ações do estado no apoio ao camponês, visto que as políticas desenvolvimentistas privilegiam os interesses da agricultura empresarial, deixando em segundo plano as demandas sociais, sobretudo, dos camponeses.

Como resultado, o processo de (re)produção do espaço geográfico é orientado a partir da perspectiva dos interesses do capital e na busca pela maximização do lucro o camponês é deixado de fora do circuito espacial produtivo devido a uma competitividade fragilizada que foi implementada sob o viés da governança.

## **REFERÊNCIAS**

ARROYO, Mónica. Redes e circulação no uso e controle do território. **Território e Circulação. A dinâmica contraditória da globalização**, v. 1, p. 37-50, 2015.

BEHERA, Hari Charan; KODIREKKALA, Koteswara Rao; SINHA, Ashish Aman. Small and marginal farmers' participation in potato contract farming in West Bengal, India. **Journal of Asian and African Studies**, v. 57, n. 3, p. 604-624, 2022.

CASTRO, Cicero Luciano Ferreira de. **A (re)produção do espaço pautada nas dinâmicas socioeconômicas do circuito espacial produtivo da banana em Missão Velha - Ceará**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/D.8.2019.tde-22032019-133541. Acesso em: 2022-05-23.

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In CASTRO, I. E de; GOMES, P. C da C (org.) **Explorações Geográficas. Percursos no fim do século**, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro p. 279-318, 2006.

DE SOUZA SANTOS, Roberto. ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRONEGÓCIO NA AMAZÔNIA LEGAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS CONFLITOS SÓCIO-TERRITORIAIS. **Ciência Geográfica**. v. XXIV n. 3 p 1398 – 1417. Janeiro/Dezembro - 2020

GONÇALVES, Claudio Ubiratan. **Geografias comunitárias no Cariri Cearense**. Vitória: Causa, 2022.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista Do Espaço**. Annablume, 2005.

KEYNES, John Maynard. economia/organizador (da coletânea Tamás Szmrecsányi). **São Paulo: Ática**, 1984.

\_\_\_\_\_. **O fim do laissez-faire**. John Maynard Keynes. São Paulo: Ática, 1978.

KURZ, Robert. **Poder mundial e dinheiro mundial. Crônicas do capitalismo em declínio**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

MEKONNEN, Mesfin M.; HOEKSTRA, Arjen Y. The green, blue and grey water footprint of crops and derived crop products. **Hydrology and Earth System Sciences**, v. 15, n. 5, p. 1577-1600, 2011.

PEREIRA, Eder Johnson de Area Leão et al. Brazilian policy and agribusiness damage the Amazon rainforest. **Land Use Policy**, v. 92, p. 104491, 2020.

POLAT, Zeynel Abidin; ALKAN, Mehmet. The role of government in land registry and cadastre service in Turkey: Towards a government 3.0 perspective. **Land Use Policy**, v. 92, p. 104500, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Raza, etnia y nación en Mariátegui: cuestiones abiertas En **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder: antología esencial**. p. 757-775, Clacso, 2014.

SABIA, Rodolfo Jose et al. PREVISÃO DO DECLÍNIO DO CULTIVO DA CANA DE AÇUCAR NO MUNICÍPIO DE BARBALHA E SUAS IMPLICAÇÕES. **XXXVII**

**ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**, Joinville, SC, Brasil, 10 a 13 de outubro de 2017. páginas 1-16

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. 6ª edição. 1ª reimpressão São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2012.

WESZ JUNIOR, Valdemar João. Soybean production in Paraguay: Agribusiness, economic change and agrarian transformations. **Journal of Agrarian Change**, v. 22, n. 2, p. 317-340, 2022.

WINTERS, Paul; CORRAL, Leonardo; GORDILLO, Gustavo A. Rural livelihood strategies and social capital in Latin America: Implications for rural development projects. **Agricultural and Resource Economics**, n. 2001-6, 2001.

---

#### **Cícero Luciano Ferreira de Castro**

Doutorando em Geografia (Universidade Federal do Pernambuco). Integrante do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato - LEPEC da Universidade Federal do Pernambuco. Possui mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2018). Especialização em Geografia e Meio Ambiente pela Universidade Regional do Cariri (2007) e graduação em Geografia pela Universidade Regional do Cariri (2002). Bolsista FACEPE.

Email: [profmelucianocastro@gmail.com](mailto:profmelucianocastro@gmail.com)

#### **Cláudio Ubiratan Gonçalves**

Graduado em licenciatura (1997) e bacharelado (1999) em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2001) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (2005). Atualmente é professor Associado da Universidade Federal de Pernambuco (Graduação e Pós-Graduação). Membro do Grupo de Trabalho do CLACSO Pensamiento Geográfico Crítico Latinoamericano desde 2016. É coordenador do LEPEC - Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato do CNPq.

Email: [biragrario@gmail.com](mailto:biragrario@gmail.com)



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

**Revista Mutirão**

ISSN: 2675-3472



## **A Pedagogia da Alternância no Semiárido Mineiro: O Ensino de Geografia na Escola Família Agrícola do Tabocal em São Francisco - MG**

**Bruno Jesus do Nascimento<sup>I</sup> , Gustavo Henrique Cepolini Ferreira<sup>II</sup> **

<sup>I</sup>Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros, Unimontes, Montes Claros, MG, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-7273-9228>

<sup>II</sup> Professor do Departamento de Geociências, PPGE0 e PPGDS, Unimontes, Montes Claros, MG, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1010-501X>

### **RESUMO**

Este artigo apresenta a análise da formação da Escola Família Agrícola a partir da Pedagogia da Alternância, explorando a trajetória e influenciando o movimento camponês. A metodologia desse trabalho foi por meio da técnica de coleta de dados apresentado no estudo de campo classifica-se como exploratório e descritivo com o método dialético. Dentro desse contexto, a pesquisa destaca algumas possibilidades do Ensino da Geografia na Escola Família Agrícola Tabocal, localizada em São Francisco, na região semiárida de Minas Gerais. São abordados tanto a história da sua formação quanto o contexto geográfico da escola do campo no município, assim como seu ensino ancorado nas práticas e saberes da alternância, a Geografia e as técnicas agrícolas usadas a partir da convivência com o Semiárido na EFA Tabocal São Francisco – MG. Durante a elaboração desse trabalho foi analisado a importância da educação do/no campo no espaço de uma região que esta na delimitação do Semiárido Mineiro e como é seu método de ensino da instituição através da pedagogia da alternância e das técnicas agrícolas. Desse modo, a educação do/no campo contribui na formação de camponeses com consciência crítica sobre seu espaço de produção agrícola.

**Palavras-chave:** Pedagogia da Alternância; Semiárido Mineiro; Ensino de Geografia.

### **Rural Interactive Pedagogy On The Mineiro Semi-arid: Geography Teaching on Agricultural Family School of Tabocal in São Francisco - MG**

## ABSTRACT

The following paper analyzes the development of Agricultural Family Schools while applying Rural Interactive Pedagogy, exploring its trajectory and influence in the peasant movement. A methodology of this work was through the data collection technique presented in the field study, which is classified as exploratory and descriptive with the dialectical method. The article highlights some possibilities related to geography teaching in an agricultural family school in Tabocal, located in São Francisco, in the semiarid region of Minas Gerais. The paper addresses both the history of its formation as well as the geographic context that the rural school is in, exposing the teaching methodology anchored on the practices and the learning of student interactivity and the geographical agricultural techniques developed from the coexistence with the Semiarid, on Tabocal's Agricultural Family School, São Francisco - MG. During the development of this work, the importance of rural education in the context of a region within the boundaries of the Semi-Arid region of Minas Gerais was analyzed, as well as the teaching method of the institution through the pedagogy of alternation and agricultural techniques. Therefore, rural education contributes to the formation of peasants with a critical awareness of their agricultural production space.

**Keywords:** Rural Interactive Pedagogy; Pedagogy of Alternating; Mineiro Semiarid; Geography teaching.

## La Pedagogía De La Alternancia En El Semiárido Mineiro: La Enseñanza de la Geografía en la Escuela Familiar Agrícola Tabocal de São Francisco – MG

### Resumen

El presente artículo busca analizar la formación de la Escuela Familiar Agrícola basada en la Pedagogía de la Alternancia, investigando su trayectoria e influencia en el movimiento campesino. La metodología de este trabajo se realizó mediante la técnica de recolección de datos presentada en el estudio de campo, clasificándose como exploratoria y descriptiva con el método dialéctico. En este contexto, la investigación destaca algunas posibilidades de enseñanza de la geografía en la Escuela Familiar Agraria de Tabocal, ubicada en São Francisco, en la región semiárida de Minas Gerais. Se abordan tanto la historia de su formación como el contexto geográfico de la escuela rural en el municipio, así como su enseñanza centrada en las prácticas y saberes de la alternancia, la Geografía y las técnicas agrícolas utilizadas a partir de la convivencia con la región semiárida en la EFA Tabocal São Francisco - MG. Durante la elaboración de este trabajo, se analizó la importancia de la educación en/el campo en el espacio de una región que se encuentra dentro de la delimitación del Semiárido Mineiro y cómo es su método de enseñanza de la institución a través de la pedagogía de alternancia y de las técnicas agrícolas. Por lo tanto, la educación en/el campo contribuye a la formación de campesinos con conciencia crítica sobre su espacio de producción agrícola.

**Palabras clave:** Pedagogía de la Alternancia; Región Semiárida de Minas Gerais; Enseñanza de la Geografía.

## INTRODUÇÃO

A Escola Família Agrícola Tabocal – EFA Tabocal foi formada inicialmente por camponeses de cinco municípios da região, quais sejam: São Francisco, Januária, Cônego Marinho, Pintópolis e Chapada Gaúcha – que se uniram e formaram uma Associação sem fins lucrativos para poder organizar e unificar as ações voltadas para a construção e manutenção de uma escola que atendesse aos interesses dos agricultores de manterem seus filhos estudando. O processo de construção e organização da escola foi muito eufórico e o empenho e dedicação da Cáritas Arquidiocesana de Januária foi fundamental para que essa escola fosse construída de fato.

O objetivo principal da EFA Tabocal é proporcionar aos filhos e filhas dos agricultores uma educação que esteja em sintonia com a realidade vivenciada no campo, sendo a Pedagogia da Alternância (PA) o modelo educacional que mais se adequou a essa perspectiva. Os agricultores dedicaram-se integralmente à concretização desse sonho coletivo, decidindo transformar essa pedagogia em realidade para a formação dos jovens.

A PA representa um instrumento de luta social do campo. Assim, a mobilização das comunidades e dos movimentos sociais é essencial para transformar o projeto de educação para o campo em algo concreto, assegurando um ensino que atenda de maneira eficaz às necessidades locais. Movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram de fundamental importância nessa luta e construção social de uma Pedagogia engajada no fortalecimento das comunidades rurais.

O ensino da alternância requer uma organização curricular que integre teoria e prática, especialmente nas EFAs, que desempenham um papel central na formação dos estudantes camponeses. A institucionalização e construção da PA estão intrinsecamente ligados à luta camponesa, compartilhada pelos movimentos sociais do campo, que lutam diariamente pelo acesso à terra, moradia, emprego e, sobretudo, educação, que representa o cerne desse movimento e é fundamental para todos os camponeses engajados na luta social. Essa batalha se desenrola de forma prática e didática, dentro das atividades agrícolas e pecuárias das escolas, utilizando as terras já ocupadas e cultivadas pelos camponeses. Ao ingressarem na escola, muitos jovens carecem de conhecimentos técnicos essenciais para a produção no campo, como plantio direto, técnicas de irrigação eficientes para otimização dos recursos hídricos, produção de ração animal, criação de peixes, hortas sustentáveis, avicultura e práticas de produção sustentável, como o uso de biodigestores. Em suma, a EFA Tabocal oferece a seus estudantes todos esses conhecimentos, que podem ser aplicados diretamente em suas atividades agrícolas durante os estudos e após a conclusão do curso.

A metodologia desse trabalho foi por meio da técnica de coleta de dados apresentado no estudo de campo classifica-se como exploratório que se baseou em teorias de artigos, teses, livros e legislações relacionadas à construção e desenvolvimento da Pedagogia da Alternância, e descritivo que de acordo com Gil (2002, p. 42) “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” durante as visitas de campo. Além disso, a pesquisa foi fundamentada pelo método dialético, de acordo com Becker (2005, p. 57) “método dialético se destaca sobre os demais métodos, pois considera a dinâmica das coisas em

constante transformação e inter-relação do todo”. Foram considerados diversos autores que abordam tanto o ensino da alternância quanto a formação das EFAs, tanto no continente europeu quanto no brasileiro, com foco especial em Minas Gerais e no município de São Francisco, onde está localizada a EFA objeto de estudo deste trabalho. Alguns dos autores usados como referência para esta construção foram Begname (2018; 2019), Begname e Justino (2023), Ab’Saber (2003), Caldart (2009), Santos (2010), Cordeiro, Reis e Hage (2011), Ravnjak e Martins (2020), IBGE (2017; 2021; 2022), Apolinário e Mendes (2020), Silva et al. (2010), Morais e Morais (2018), Cordeiro et al. (2011), Menezes (2019), Lima (2017), Ferreira (2011), Moreira (2009).

Foi realizada uma visita de campo à EFA Tabocal, localizada no município de São Francisco, onde entrevistamos a diretora da escola, que informou toda a construção ideológica e prática da EFA Tabocal. Durante as visitas realizadas em 2022 e 2023, foram registrados, por meio de fotografias, o espaço de vivência da instituição e os espaços de produção agrícola e agropecuária. Os mapas temáticos, essenciais para uma visualização detalhada e preciso território das EFAs, sobretudo da EFA Tabocal, foram elaborados utilizando o Sistema de Informação Geográfica (SIG). Os dados geográficos utilizados para a elaboração dos mapas foram obtidos a partir de fontes confiáveis, como o IBGE (2022), o Google Earth (2023) e informações fornecidas pelas próprias EFAs e pelas instituições que as representam, como a Associação Mineira das Escolas Família Agrícola (AMEFA), localizada em Minas Gerais. Essas informações foram corroboradas por autores que abordam a temática em questão.

O objetivo central deste estudo foi analisar a evolução histórica e geográfica do território ocupado pela EFA Tabocal, situada no município de São Francisco, MG. Além disso, busca-se explorar o papel do ensino baseado na PA dentro do contexto do Semiárido Mineiro, compreendendo os aspectos físicos e geográficos da região para uma melhor compreensão dos biomas e climas locais. Adicionalmente, pretende-se examinar os impactos do ensino da pedagogia da alternância na produção agrícola da EFA Tabocal e entender os métodos de produção agrícola aplicados e ensinados aos estudantes pela instituição.

A EFA Tabocal em São Francisco, é a única no Estado de Minas Gerais que tem o bioma Caatinga em seu território. Ela está situada dentro das delimitações de dois biomas brasileiros distintos: Caatinga e Cerrado. Outras localidades, como Natalândia e Veredinha, são predominantemente compostas pelo bioma Cerrado. Taiobeiras, Virgem da Lapa e Araçuaí abrangem dois biomas, o Cerrado e a Mata Atlântica. Por sua vez, a maioria das cidades dentro do Estado de Minas Gerais, como Jequitinhonha, Itaiobim, Itinga, Itaipé, Malacacheta, Serra

dos Aimores, Conceição de Ipanema, Comercinho, Sem-Peixe, Simonésia, Acaica, Jequiti, Araponga, Ervália, Catas Altas da Noruega e Cruzília, são predominantemente Mata Atlântica.

### **Escola Família Agrícola Tabocal**

A Escola Família Agrícola Tabocal, estabelecida nos anos 2000 por agricultores do semiárido mineiro, no Norte de Minas Gerais e pela Cáritas Arquidiocesana de Januária, segue os princípios da Pedagogia da Alternância, originada na França no século XX, com adaptações temporais específicas. Conforme Apolinário e Mendes (2021, p. 92), “A Escola Família Agrícola EFA Tabocal, surgiu no ano de 2004 no semiárido norte mineiro, como possibilidades para a formação das pessoas que vivem no campo, tendo como inspiração a experiência das Escolas Famílias Agrícolas desenvolvidas pelo mundo”. O objetivo era promover uma educação que atendesse às demandas do campo e valorizasse o papel do camponês, capacitando-o para transformar sua realidade e empoderar-se, juntamente com seus familiares.

Os agricultores da região, unidos por um objetivo comum, idealizaram e construíram a Escola Família Agrícola Tabocal com o propósito de oferecer aos seus filhos e familiares uma oportunidade de continuar seus estudos, porém, de uma forma não convencional. Eles queriam uma pedagogia que fosse relevante para os estudantes que viviam no campo. Em resposta às necessidades identificadas, os camponeses do município de São Francisco, Januária, Cônego Marinho, Pintópolis e Chapada Gaúcha, juntamente com a Cáritas, se organizaram para construir o ensino da Pedagogia da Alternância na região, como evidenciado na Figura 1.

A Escola Família Agrícola Tabocal está situada em uma região que abrange o bioma cerrado e a caatinga, tanto em seu território quanto nos municípios vizinhos. É a única instituição de ensino da Pedagogia da Alternância que convive com a caatinga no Estado de Minas Gerais e do Semiárido Mineiro. Dentro desse contexto, Ab’Saber (2003) destaca as particularidades do Semiárido, como o clima seco e quente, a ausência de perenidade dos rios e a escassez de água nos solos, com precipitação média de 670 a 1100mm por ano. No Semiárido, a falta de chuva pode chegar a sete meses, e a maior parte do período chuvoso ocorre em dezembro e janeiro, durante o solstício de verão, levando as pessoas, principalmente os agricultores, a associarem esse período com o inverno.

Essas são algumas características típicas do semiárido que influenciam diretamente na produção técnica e teórica dos ensinamentos das escolas camponesas da região. Devido à sua localização no semiárido mineiro, essa região tem os aspectos físicos de isolamento muito intensa, precipitação baixa e solos mais arenosos. A área onde está situada a EFA Tabocal apresenta tais

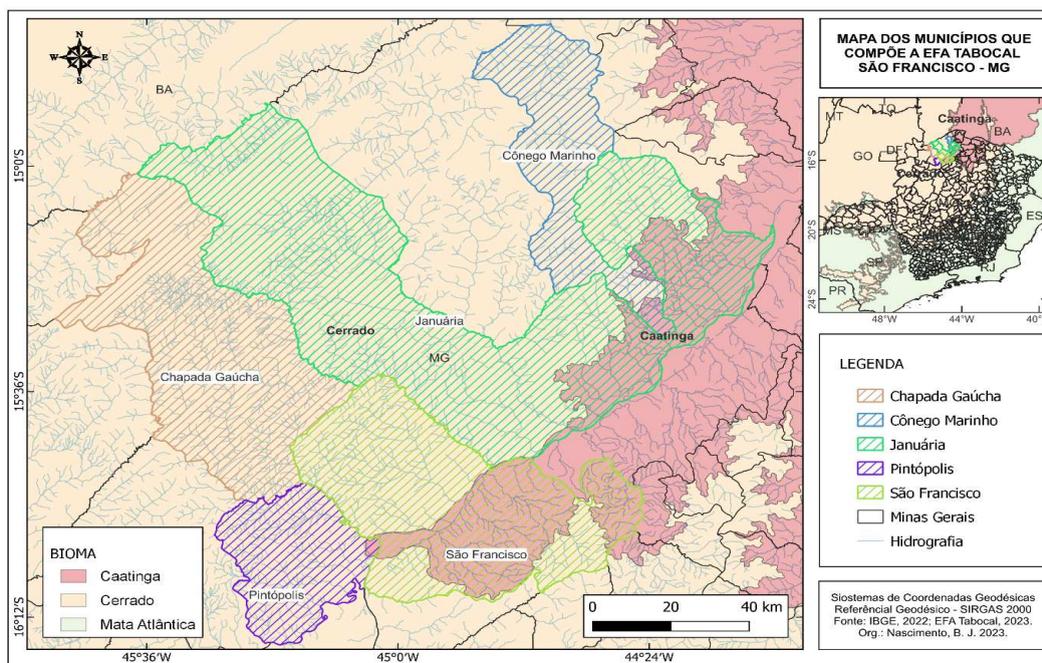
características comuns de uma região com semiaridez. Assim, a prática da agropecuária da instituição se adequa às características ambientais da região.

Silva et al. (2010, p. 19) descrevem as características ambientais da região do semiárido mineiro que a EFA Tabocal convive da seguinte maneira:

Com uma precipitação anual máxima de 800 mm, insolação -1 média de 2.800 h. ano, temperaturas médias anuais de 23 °C a 27 °C, -1 evaporação média de 2.000 mm. ano e umidade relativa do ar média em torno de 50%, o Semiárido brasileiro, caracteristicamente, apresenta forte insolação, temperaturas relativamente altas e regime de chuvas marcado pela escassez, irregularidade e concentração das precipitações em um curto período, em média, de três a quatro meses, apresentando volumes de água insuficientes em seus mananciais para atendimento das necessidades da população.

A formação geográfica, social e técnica agrícola oferecida pelas EFAs nas comunidades camponesas, aliada ao ensino da PA, é de vital importância. Ao compreenderem os aspectos físicos e geográficos de sua região, os agricultores e estudantes desenvolvem uma visão mais técnica do ambiente em que vivem e trabalham na agricultura. No contexto do Semiárido, onde os recursos hídricos são escassos, as técnicas agrícolas aprendidas nas EFA's desempenham um papel crucial para os agricultores, contribuindo significativamente para a produção das famílias rurais. A maior parte do território da região da EFA Tabocal está situada no Semiárido (Figura 1), caracterizado pela irregularidade pluviométrica e pela baixa retenção hídrica do solo (RAVNJAK; MARTINS, 2020, p. 433).

Figura 1- Municípios que compõem a formação da EFA Tabocal.

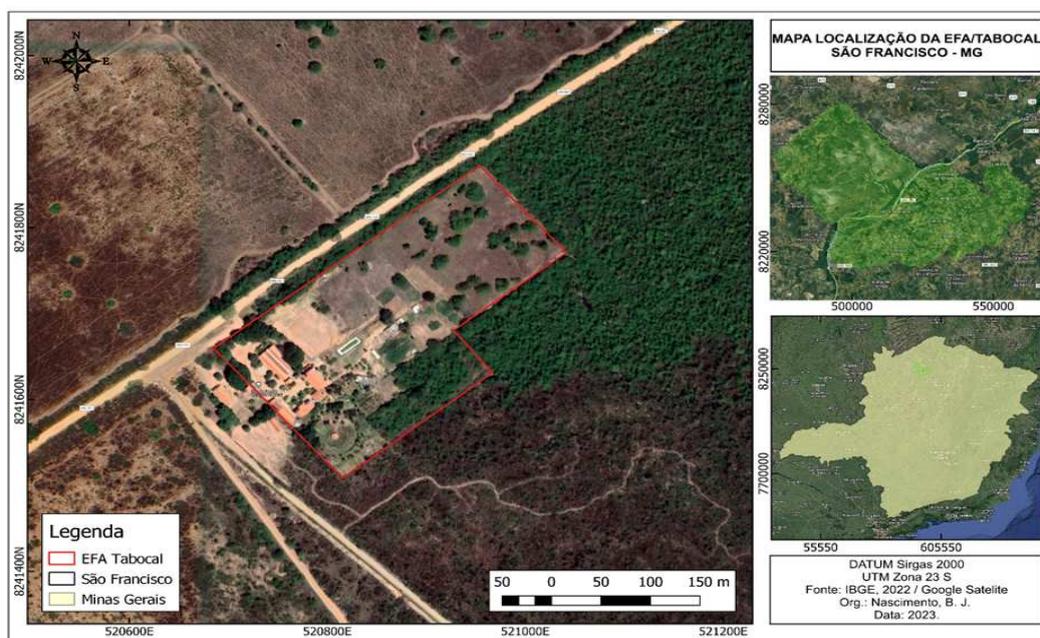


Fonte: Autores, 2023.

Inicialmente, a Escola Família Agrícola Tabocal foi constituída por cinco municípios da região do semiárido mineiro: São Francisco, Januária, Cônego Marinho, Pintópolis e Chapada Gaúcha. A princípio, as lideranças envolvidas no projeto pretendiam fazer uma escola em cada um desses municípios. Porém, ao perceberem a inviabilidade desse plano, consideraram a localização geográfica que melhor atenderia aos interesses de todos os envolvidos. Assim, consultaram seus pares para identificar qual município estava mais centralmente localizado e, conseqüentemente, melhor posicionado para atender às necessidades da região. São Francisco emergiu como a escolha ideal, pois seu território ocupava uma posição central, permitindo assim uma resposta mais eficaz às demandas dos demais municípios.

A EFA Tabocal está localizada no Estado de Minas Gerais, no extremo norte do território estadual, na região intermediária de Montes Claros e na região imediata de São Francisco, especificamente no município de São Francisco. Na Figura 2, temos o recorte da localização geográfica da EFA Tabocal, que está sediada na Fazenda Granja Primavera, a 6 km da cidade de São Francisco/MG, na zona rural.

Figura 2- Mapa de localização da EFA Tabocal.



Fonte: Autores, 2023.

A EFA Tabocal é mantida pelas associações dos municípios e pelas prefeituras de Chapada Gaúcha e São Francisco, que mantêm convênio com a instituição. De acordo com Ravnjak e Martins (2020, p. 448), “a EFA era mantida por doações das famílias. Além do apoio

das prefeituras de Chapada Gaúcha e São Francisco, as famílias e as associações faziam promoções, rifas e doavam para a escola”. Os camponeses da região acreditam que a educação do campo é uma escola além da escola, por esse motivo eles criaram uma associação que organiza e ajuda a manter a EFA Tabocal. Segundo Apolinário e Mendes (2021, p. 97), a EFA era “[...] mantida pela Associação das Escolas Famílias Agrícolas do Vale do São Francisco - AEFVAV e vinculada a Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas - AMEFA”.

O primeiro passo na educação voltada para o campo é integrar a própria realidade rural ao ensino da Pedagogia da Alternância, onde a interação entre a escola e o ambiente de produção agrícola dos alunos é fundamental. Esse movimento camponês, que teve origem com os próprios agricultores, redefine a concepção do ambiente educacional, reconhecendo que a aprendizagem não se limita apenas à sala de aula, mas ocorre em diversos contextos, como no campo e nos movimentos sociais. A EFA Tabocal adota a Pedagogia da Alternância, que promove uma abordagem educacional que se estende para além das fronteiras da escola, englobando também os movimentos sociais e o trabalho prático dos estudantes.

### **Pedagogia da Alternância na EFA Tabocal**

A legislação brasileira aborda a Pedagogia da Alternância, que teve seu início 27 anos após a criação da primeira CEFFA. O primeiro dispositivo legal a tratar da PA no Brasil é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9394/96. Esta lei aborda os cursos em séries e ciclos de alternância e também discute o calendário escolar, que deve se adequar às questões regionais e locais, levando em consideração o clima e a economia para a organização do ensino de alternância, conforme estipulado no artigo 23 da lei. Além disso, há outros dispositivos legais que tratam da Pedagogia da Alternância, como o Parecer CNE/CEB nº 5/97, que contribui para o trabalho efetivo nas salas de aula, e o Parecer nº 01/2006 da CBC/CNE, que é o primeiro documento normativo a reconhecer os dias letivos da Pedagogia da Alternância. A criação da Lei Federal Complementar nº 12.695 de 25 de julho de 2012 também é relevante, pois abre caminho para as instituições que trabalham com a Pedagogia da Alternância e as CEFFAs se incluam no Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação Básica (FUNDEB), desde que estejam incluídas no Censo Escolar (BEGNAMI, 2019).

Segundo Moraes (2018, p.3), “as EFAs são escolas comunitárias, formadas a partir de uma associação de famílias de agricultores camponeses, instituições e/ou pessoas afins que, organizadas, a criaram para oferecer educação contextualizada com o campo”. A Pedagogia da Alternância da EFA Tabocal São Francisco (Figura 3) é moldada pelo modelo dos camponeses

organizados, determinando seu funcionamento em períodos alternados. Nesse sistema, os alunos passam 15 dias na escola, onde aprendem teoria pedagógica e práticas diárias, e 15 dias no campo, aplicando as técnicas agrícolas adquiridas. A formação dos alunos da EFA Tabocal está associada ao curso técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, com duração de três anos, garantindo aos alunos uma profissão regulamentada ao saírem da escola. Além disso, a escola oferece cursos profissionalizantes, como cabeleireiro, manicure e mecânico, ampliando a formação dos estudantes para atender às demandas de suas comunidades, que além da agropecuária, necessitam de profissionais qualificados em diversas áreas.

Figura 3 - Espaço de Convivência da EFA Tabocal.



Fonte: Autores, 2023.

Na Figura 3, são apresentadas imagens do espaço de convivência da EFA Tabocal. Na primeira imagem (Figura 3a), é possível observar a fachada da instituição, localizada alguns metros após o portão de entrada da escola. A segunda imagem (Figura 3b) retrata o espaço do pátio, utilizado para diversos eventos da instituição, como a quadrilha, e também como área de convivência para os alunos nos períodos fora das aulas ou atividades. Na terceira imagem

(Figura 3c), é mostrado um dos prédios que abrigam as salas de aula. Por fim, na quarta imagem (Figura 3d), é mostrado o dormitório onde os alunos residem durante sua estadia na escola.

A Escola Família Agrícola Tabocal surge como uma alternativa ao ensino oficial estabelecido pela pedagogia tradicional dos centros urbanos. Sua originalidade reside na participação da igreja, representada pela Cáritas Diocesana de Januária, e dos agricultores, sem interferência em sua identidade. Assim, a escolas e desenvolve com características estabelecidas pelos próprios camponeses da região (RAVNJAK; MARTINS, 2020).

A Cáritas Diocesana de Januária teve sua origem no Norte de Minas durante os anos de 1989 a 1999, quando ainda não era institucionalizada, mas já exercia o assistencialismo na região semiárida, focada na convivência com a seca. Em 1999, a Cáritas foi oficialmente institucionalizada e começou a desenvolver projetos financiados com o intuito de assistir às famílias locais e colaborar na elaboração de iniciativas junto às comunidades da região, voltadas para a convivência com a seca no semiárido do Norte de Minas (RAVNJAK; MARTINS, 2020).

Os agricultores da região, percebendo o desânimo de seus filhos em relação à escola, decidiram procurar uma nova abordagem educacional para eles. Em 2002, iniciaram um debate sobre como seria essa escola e de que forma poderia manter o interesse de seus filhos, incentivando-os a frequentar as aulas. Durante esse período, tomaram conhecimento de um modelo educacional já estabelecido e testado em outros municípios. Embora não estivessem completamente familiarizados com essa abordagem pedagógica, decidiram montar uma equipe de agricultores para visitar a EFA Quixabeira, localizada no Estado da Bahia, no Semiárido Baiano, no município de Quixabeira. Eles passaram 15 dias nessa escola, buscando compreender seu funcionamento prático e pedagógico. Ao final desse período, ficou claro que esse era o tipo de ensino que desejavam para seus filhos.

A EFA Tabocal permite que o aluno adquira tanto a técnica quanto a metodologia e, em seguida, aplique seu conhecimento na propriedade familiar. Geralmente, o sistema de alternância implica que o aluno esteja alternadamente na escola e na propriedade de sua família. Portanto, um dos grandes desafios das Escolas da Família Agrícola é formar profissionais da educação do campo que sejam efetivamente do campo e capazes de se engajar na dinâmica característica da PA. Transformar o aluno em uma liderança e protagonista em seu ambiente comunitário é um dos objetivos desafiadores das EFAs.

A Pedagogia da Alternância não apenas capacita os jovens a cuidarem da propriedade rural de suas famílias com técnicas e pedagogia aprimoradas, mas também os empodera como camponeses. Além disso, ela desempenha um papel crucial na prevenção ao êxodo rural, enquanto ajuda os jovens a compreenderem melhor seu espaço de vivência. Assim, de acordo com Cordeiro et al. (2011, p. 116), “[...] assumindo o trabalho como princípio educativo, a Pedagogia da Alternância permite aos jovens do campo a possibilidade de continuar os estudos e de ter acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos não como algo dado por outrem [...]”. A Educação do campo ensina o reconhecimento de todos os movimentos camponeses organizados, assim, o debate da educação do campo começa no campo com o espaço cheio de conflitos.

### **Ensino da PA e da Geografia no Contexto do Campo**

O movimento da alternância desempenhou um papel significativo na educação rural. Para compreender essa abordagem educacional, é crucial examinar os eventos que moldaram o processo histórico no espaço agrário brasileiro. Esses eventos abrangem grandes transformações sociais, culturais, econômicas e políticas que influenciaram a evolução da educação no país ao longo do tempo (MENEZES, 2019). Essas transformações na educação do campo passam pelo contexto da realidade da população do Brasil. De acordo com Caldart (2009, p. 39), “a Educação do campo nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo”.

A educação do campo se diferencia da rural e, acerca disso, Lima (2017, p. 23) discute:

Historicamente, o modelo de educação oferecido para homens e mulheres do campo desvaloriza o campo e seus povos. Conhecida como Educação Rural, este “modelo” de educação visa à adequação dos camponeses ao mundo moderno, dando-lhes um letramento básico para compor a mão-de-obra necessária ao projeto de modernização dos países, da periferia e da capital. Esse modelo “modernizador educacional” promove o aumento da desigualdade e exclusão da população que vive no campo, quer sejam eles camponeses, indígenas, quilombolas ou outros povos.

A educação rural prioriza práticas pedagógicas específicas, para as quais os professores urbanos muitas vezes não possuem a formação adequada. Enquanto isso, o ensino voltado para o campo se engaja nos movimentos sociais rurais em busca de uma escola que atenda de maneira adequada os agricultores e seus filhos. Nesse contexto, é essencial considerar a transformação em curso no mundo rural, caracterizada por um crescente sentimento de pertencimento ao espaço, onde a comunidade busca construir coletivamente movimentos de luta pelo ensino de suas crianças. Esses esforços visam principalmente garantir a permanência

dos jovens em seus territórios. Para alcançar esse objetivo, a educação precisa direcionar sua política pedagógica para atender às necessidades do Sertanejo que enfrenta os desafios da seca no Semiárido Mineiro.

A construção coletiva representa o alicerce fundamental dos movimentos sociais, envolvendo seus membros em atividades grupais, tanto na liderança quanto como participantes ativos, pois a habilidade de trabalhar em grupo é essencial para essa empreitada. As escolas camponesas são resultado direto desse esforço coletivo dos movimentos sociais, os quais buscam repensar as práticas sociopedagógicas, compartilhando e transformando experiências. Esse processo promove uma interação colaborativa entre o campo e a nação, de forma popular e inclusiva (FERREIRA, 2011).

A construção coletiva da educação do campo é impulsionada pela crítica dos movimentos sociais, visando criar uma educação sólida que atenda às necessidades dos trabalhadores rurais. Caldart (2009, p. 39-40) discute a importância da crítica prática na transformação da luta dos movimentos sociais camponeses como:

[...] lutas sociais pelo direito à educação, configuradas desde a realidade da luta pela terra, pelo trabalho, pela igualdade social, por condições de uma vida digna de seres humanos no lugar em que ela aconteça. É fundamental considerar para compreensão da constituição histórica da Educação do campo o seu vínculo de origem com as lutas por educação nas áreas de reforma agrária e como, especialmente neste vínculo, a Educação do campo não nasceu como uma crítica apenas de denúncia: já surgiu como contraponto de práticas, construção de alternativas, de políticas, ou seja, como crítica projetiva de transformações.

O Movimento Sem Terra (MST) representa a constituição ideológica e prática dos movimentos sociais na luta por uma educação no campo, desempenhando um papel fundamental na formação da escola camponesa. A luta, o trabalho e a formação de lideranças destacam a importância do ensino e da pedagogia no diálogo entre os movimentos sociais e a escola. O próprio MST, com o objetivo de resolver os desafios enfrentados pelas crianças camponesas acampadas que necessitavam de uma escola no campo, estabeleceu seu setor de educação em 1986, no Estado do Rio Grande do Sul. Essa iniciativa visava criar uma escola participativa, envolvendo tanto os pais quanto as crianças. Dessa forma, a fundação da escola parte do coletivo para transformar a pedagogia do campo para todos os camponeses (FERREIRA, 2011).

A luta pela educação camponesa no Brasil está intimamente ligada aos esforços dos movimentos sociais que lutam pelo acesso à terra e por condições para trabalhar o solo. Begnami (2019, p. 86-87) enfatiza que os povos e comunidades engajados nessas lutas são os principais agentes sociais para a educação do campo:

Falar de Educação do Campo no Brasil é falar de luta pela terra. E os que lutam pela terra são os sem-terra, ou os com pouca terra, ou posseiros, aqueles que o sistema sempre deixou à margem por considerá-los desqualificados para tal. Neste rol dos lutadores pela terra estão os povos originários (indígenas) e os Quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, geraiszeiros, quebradeiras de coco e tantos outros. Nosso propósito é ir às raízes mais profundas da nossa história e verificar que a luta pela terra começou com a resistência indígena, desde a primeira invasão colonial Portuguesa no país, em 1500.

Diante disso, Ferreira (2011) discute sobre as ações e práticas pedagógicas dos movimentos sociais que são criadas no debate coletivo, nas reuniões e nas assembleias que deles surgem. A discussão dos movimentos leva à construção da pedagogia camponesa que servirá para a elaboração curricular das escolas camponesas.

O currículo passa pela realidade e isso é fundamental, já que é por meio do caderno de realidade que os professores guiam os alunos durante o período de alternância, quando estes estão no campo aplicando os conhecimentos técnicos e teóricos adquiridos na instituição. Isso possibilita uma integração mais profunda entre a teoria aprendida na escola e a prática vivenciada no campo. A construção do currículo é uma atividade dinâmica e organizacional das AFAs, indo além do uso exclusivo da sala de aula ou da abordagem teórica tradicional dos currículos e planos pedagógicos. No ensino da alternância, a construção do currículo precisa engajar os saberes dos alunos que vivenciam o cotidiano agrário em suas comunidades.

De acordo com Silva (2019, p. 1053-1054), o Caderno da Realidade (CR), [...] é considerado o instrumento pedagógico mais importante da PA [...]”. Trata-se de um instrumento didático-pedagógico produzido em um contexto de ensino orientado pela Alternância. A EFA Tabocal usa o caderno de realidade em sua PA para que os alunos, quando estiverem em suas propriedades no período dos 15 dias, façam suas anotações sobre o que foi feito nesse tempo.

Na EFA, tanto o processo de aprendizagem como o de ensino, que ocorrem tanto do aluno para o professor quanto do professor para o aluno, têm como base o caderno de realidade. É por meio desse instrumento que o aluno registra as técnicas agrícolas aplicadas no campo ao retornar à sua comunidade. Na construção do conhecimento, utilizando o caderno de realidade como instrumento, ocorre a integração do conhecimento do camponês, do estudante em seu espaço de vivência e do professor, especialmente o professor de geografia, que reconhece a importância do caderno de realidade na formação do acadêmico do campo. Este caderno é utilizado pelo estudante para registrar suas atividades diárias quando não está na escola, sendo um registro de todo o tempo que passa no campo aplicando na prática o que

aprendeu na EFA. Assim, o estudante do campo utiliza tanto o espaço escolar quanto o espaço do campo para aplicar os conhecimentos adquiridos por meio da PA.

O espaço é o melhor conceito para o professor de geografia trabalhar junto aos alunos das EFAs, já que esse espaço, sobretudo o agrário, é o mais atuante na formação dos jovens que convivem e estudam territórios agrícolas junto à PA. Moreira (2009) define o espaço geográfico como um espaço de trabalho e organização histórica que expressa a relação entre o homem/sociedade e o meio ambiente. Para o autor, essa relação se manifesta na organização do trabalho e dos meios de produção. A sociedade transforma a natureza por meio do trabalho, visando produzir bens de consumo essenciais para o ser humano, como trigo, feijão, arroz, grãos entre outros. Nesse contexto, o trabalho com a terra no território é fundamental para a produção e reprodução da vida. Portanto, o professor de geografia deve estar atento ao modo de vida dos seus alunos do campo e focar principalmente nos aspectos físicos, ambientais, culturais e sociais do território em que vivem.

A organização e trabalho do espaço geográfico podem ser aprendidos e ensinados ao mesmo tempo por aluno e professor na PA. Nessa linha, Menezes (2019, p. 595) ressalta que:

[...] é possível afirmar que o Ensino de Geografia pode contribuir para as explicações sobre a coexistência contraditória e complementar das lógicas sociais e territoriais existentes no mundo. Entendendo que, ao se ensinar Geografia, pode-se aprender simultaneamente com os alunos e, assim, transformar as percepções intuitivas em pesquisas científicas. Ao se assumir como sujeito de uma reflexão permanente sobre suas práticas, o ambiente escolar em que está inserido e os alunos que está formando, o professor, ao ensinar Geografia, conseguirá construir um projeto de ensino capaz de dialogar com a construção/reconstrução do espaço rural, e com as distintas realidades nas quais seus alunos estão inseridos.

O Ensino de Geografia desempenha um papel crucial no aprendizado das dinâmicas sociais e territoriais, além de auxiliar os estudantes do campo na compreensão da paisagem geográfica. Quando os estudantes têm uma compressão mais profunda do seu ambiente físico, adquirem conhecimentos sobre a vegetação, o bioma, o clima, o tipo de solo, o relevo e diversos outros aspectos abordados pela Geografia. Dessa forma, eles passam a ter uma visão mais ampla dos aspectos físicos, econômicos e sociais da sua região.

### **Agricultura e Pecuária na EFA Tabocal: convivendo no Semiárido Mineiro**

A EFA Tabocal está localizada no Semiárido Mineiro, o que a expõe à típica estiagem dessa região. Com uma precipitação média de 200 a 800 mm, as chuvas são escassas e concentradas entre os meses de outubro e fevereiro. Sua vegetação é composta por espécies arbóreas retorcidas e de média estatura. Os solos do semiárido, principalmente das regiões

onde a caatinga impera, são pedregosos e com uma profundidade baixa, porém são muito férteis. Devido à vasta extensão do semiárido, a topografia influencia nas variações do solo; em áreas planas, os solos são mais profundos, argilosos e nutritivos, enquanto em regiões de arenito, são pobres em nutrientes e ácidos (FILHO, 2022).

A práticas agrícolas e pecuárias ensinadas e aprendidas na EFA Tabocal desempenham um papel fundamental na vida rural, promovendo uma produção consciente e sustentável. Os alunos são capacitados a aplicar técnicas que visam a proteção do ecossistema e a lidar de forma eficaz com os desafios da aridez e escassez de água da região.

A EFA Tabocal integra em seu ambiente escolar atividades práticas realizadas no campo, como cultivo de hortas orgânicas, criação de suínos, avicultura e piscicultura. Além dos trabalhos teóricos e metodológicos, os alunos também participam de atividades práticas para aprimorar seus ensinamentos em sala de aula. Funcionando não apenas como uma escola, mas também como uma propriedade agropecuária, a EFA Tabocal abriga uma variedade de animais e culturas vegetais. Por ser uma associação sem fins lucrativos e uma unidade de produção agropecuária de familiares agricultores, toda a renda gerada com as atividades agropecuárias é revertida para a manutenção da instituição e para o custeio dos estudantes durante sua permanência na escola (APOLINÁRIO; MENDES, 2021).

O método agrícola da EFA Tabocal é muito diverso, envolvendo vários aspectos da produção rural. Um desses aspectos é a produção e cultivo de hortaliças, como evidenciado na Figura 4a, que mostra o Sistema de Plantio Direto (SPD). Na Figura 4b, observa-se um sistema que serve para nutrir o solo e protegê-lo da incidência solar, além de ter uma rotatividade de espécies plantadas e economizar água.

Segundo Lima et al. (2017, p. 13-14), o Sistema de Plantio Direto de Hortaliças (SPDH) tem alguns dos impactos positivos do plantio direto no solo:

O principal impacto ambiental positivo observado foi a melhoria do indicador Uso de Recursos Naturais, sobretudo devido à melhoria da qualidade do solo. Outros impactos positivos do uso do SPDH foram citados como sendo: melhoria da qualidade do ar; redução da necessidade de água para irrigação; redução do uso de eletricidade (principalmente pela redução da necessidade do uso de sistemas de irrigação); redução da frequência e do tipo de agrotóxicos utilizados; redução do uso de NPK hidrossolúvel e da necessidade de calagem; recuperação de solos degradados.

As técnicas de plantio direto na produção agrícola, aprendidas na EFA Tabocal, desempenham um papel fundamental na convivência dos agricultores com a seca no Semiárido Mineiro. Além de trazerem benefícios ambientais, como a preservação do solo e a economia de

água, essas práticas são especialmente relevantes em uma região com baixa incidência de chuvas e alta exposição solar.

Outro aspecto observado na produção agrícola da EFA Tabocal é o estágio de crescimentos das hortaliças. Na Figura 7c, pode-se observar as hortaliças em seu primeiro estágio de crescimento, após o preparo do solo e a incorporação da palha de outras espécies para o Sistema de Plantio Direto (SPD). Já na Figura 7a, as hortaliças já estão prontas para colheita. Além disso, é possível observar o equipamento utilizado pelos estudantes para preparar e organizar o solo para o plantio das hortaliças. A Figura 7c mostra o viveiro de produção de mudas suspenso utilizado pela EFA Tabocal na produção de diversas mudas.

Figura 4 - Preparo e cultivo das hortaliças da EFA Tabocal.

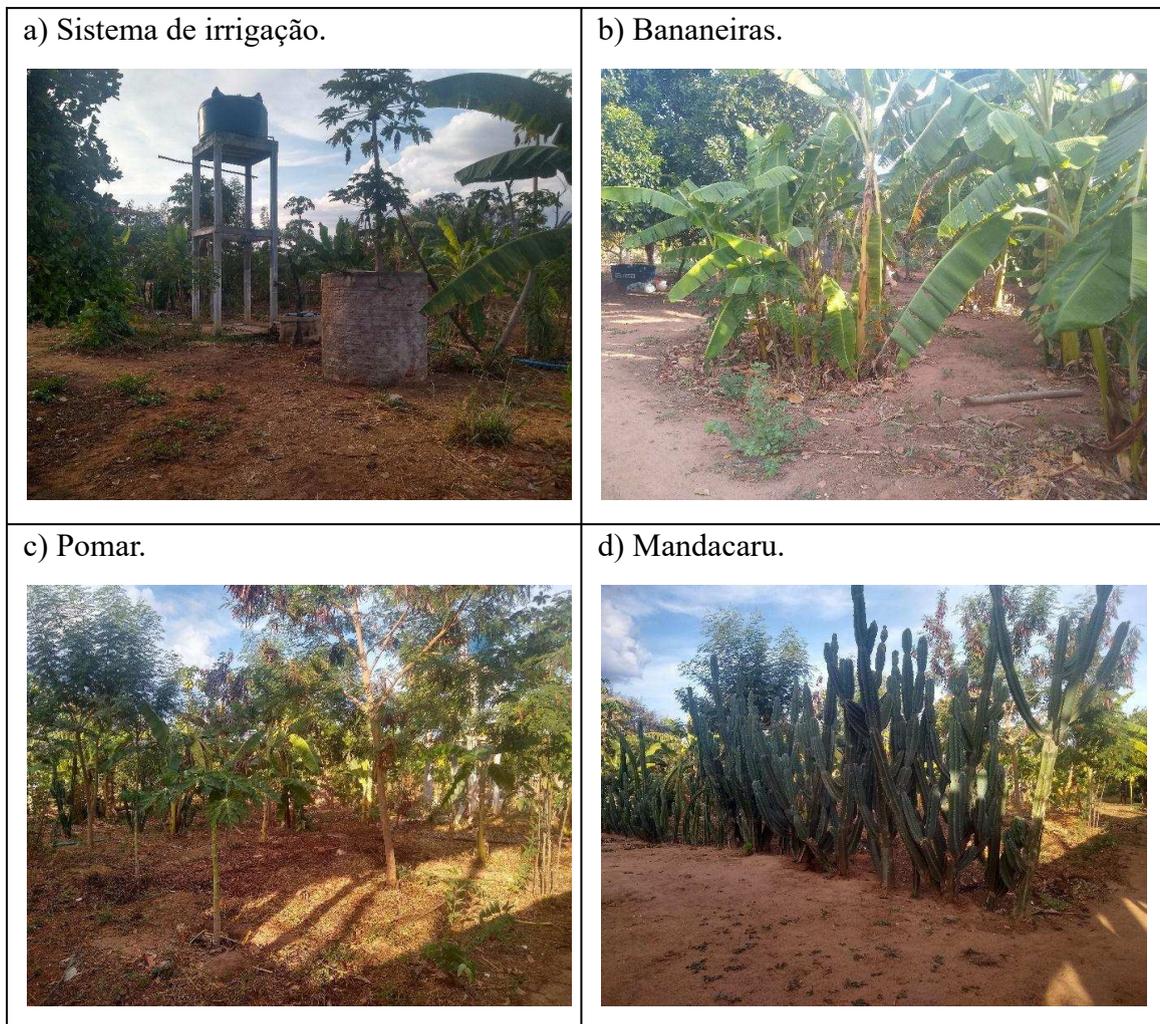


Fonte: Autores, 2023.

A EFA Tabocal conta com um sistema por microaspersão crucial para a manutenção de suas plantações e criações. Este sistema é utilizado para cuidar das hortas, das árvores

frutíferas, do abastecimento de água na escola e para a manutenção dos chiqueiros e dos suínos, assim como para o cuidado das aves e dos bovinos no espaço da escola (Figura 5a). A produção de bananas é uma das atividades realizadas na escola, como retratado na Figura 5b, que mostra as bananeiras cultivadas no local. Já na Figura 5c, são apresentados diversos frutos produzidos na escola, como mamão, manga, goiaba, abacate, acerola e outras frutas típicas da região. Por último, na Figura 5d, destaca-se o Mandacaru, uma espécie típica da região semiárida e da caatinga, que é utilizada para alimentar e nutrir o gado. Sua fácil adaptação ao clima árido e sua capacidade de sobreviver com pouca água a tornam uma espécie essencial na produção agrícola da região, especialmente durante os meses de seca intensa, entre abril e setembro, quando pode suprir parte das necessidades do rebanho.

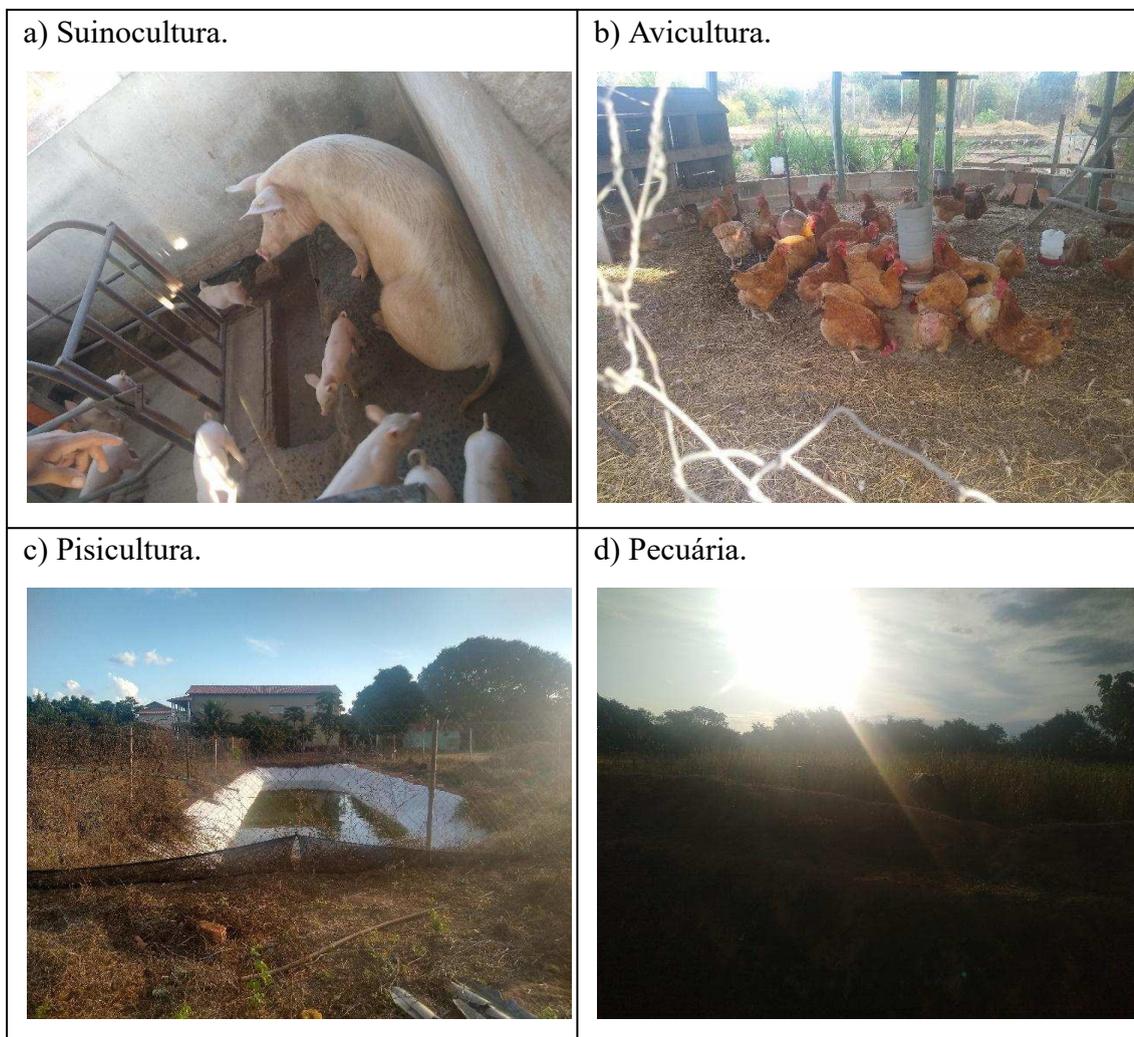
Figura 5 -Espécies Frutíferas diversas da EFA Tabocal.



Fonte: Autores, 2023.

No interior de Minas Gerais, especialmente no semiárido mineiro, a economia segue uma dinâmica centrada na agricultura e na pecuária, que constituem os principais pilares econômicos da região. Na EFA Tabocal, a produção pecuária é uma das atividades-chave, começando com o cultivo de milho e sorgo para a produção de ração destinadas aos animais mantidos na propriedade. Entre as criações, destacam-se os suínos, como evidenciado na Figura 6a, onde é possível observar uma porca com suas crias dentro do chiqueiro. Além disso, a escola mantém uma produção de aves, como mostrado na Figura 6b, onde as aves são alojadas e alimentadas em um galinheiro. A piscicultura é outra atividade desenvolvida pela instituição, conforme ilustrado na Figura 6c, onde são criados peixes. Por fim, a Figura 6d retrata a criação de bovinos em pastagens, cuja carne é utilizada para consumo e o leite aproveitado pela EFA Tabocal.

Figura 6 - Produção Agropecuária da EFA Tabocal.



Fonte: Autores, 2023.

O processo de produção na EFA Tabocal envolve etapas que incluem colheita, tratamento e armazenamento dos produtos. Na Figura 7a, podemos observar o espaço e a máquina utilizada para triturar os grãos, seguido pelo ensacamento e armazenamento, como mostrado na Figura 7b, onde os produtos estão armazenados e empilhados para otimizar o espaço. A Figura 7c destaca uma das técnicas mais sustentáveis da EFA Tabocal, o Biodigestor, que utiliza um sistema de encanamento para direcionar os dejetos dos suínos para o local de armazenamento, onde ocorre a compostagem. Esse processo evita a contaminação do solo e do lençol freático, transformando os dejetos em adubo para nutrir as hortas e pomares da escola. Por fim, a Figura 7d mostra o local de tratamento dos suínos após o abate, onde a proteína é separada e distribuída.

Figura 7 - Produtos e produção da EFA Tabocal.



Fonte: Autores, 2023.

Para garantir a manutenção adequada das lavouras, hortas, pomares e a limpeza dos ambientes dos animais, os estudantes da EFA Tabocal contam com uma variedade de equipamentos, como ilustrado na Figura 8. Na Figura 8a, podemos ver oficina onde são guardados os equipamentos utilizados para cortar produtos agrícolas, como serras para madeira e outros materiais, além de cortadores de grama e de matos menores. Na Figura 8b, temos o local de armazenamento dos equipamentos utilizados no dia a dia, como rastelos, pás, enxadadas, carrinho de mão, botas de proteção individual e outros equipamentos essenciais para as atividades agrícolas e pecuárias da instituição. Na Figura 8c, é apresentado o trator da escola, utilizado para diversos trabalhos agrícolas, como o rasteio do solo para a plantação. Por fim, na Figura 8d, podemos observar a balança utilizada para pesar diversos produtos produzidos na escola, como ração, carne e outros itens fabricados no local.

Figura 8 - Equipamentos usados para a produção agrícola na EFA Tabocal.



Fonte: Autores, 2023.

As técnicas pecuárias têm transformado o espaço de aprendizado das EFAs, pois proporciona para os estudantes a oportunidade de manusear equipamentos e técnicas que a instituição fornece. Dessa forma o uso de novas técnicas abre um campo de aprendizado que oferece novas oportunidades e experiência para os alunos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A construção das Escolas Família Agrícola e da Pedagogia de Alternância é um projeto de luta compartilhado por diversos segmentos da sociedade, incluindo a igreja, associações, escola, sindicatos e todos os que almejam uma educação de qualidade, seja no campo ou na cidade. Essa iniciativa reflete uma resposta direta dos agricultores às mudanças no campo, ocasionadas em parte pela escassez de mão de obra nas cidades após a Primeira Guerra Mundial na Europa. O descaso estatal levou muitos camponeses a retornarem às zonas rurais, motivando-os a unir esforços para mudar sua realidade. No Brasil, o movimento da Pedagogia da Alternância ganhou força em vários estados, incluindo Minas Gerais, onde os camponeses estão engajados na busca por uma educação que atenda às suas necessidades e realidades.

O conhecimento geográfico desempenha um papel fundamental na formação dos alunos das EFAs, pois proporciona uma compreensão abrangente do espaço em que vivem, do território de produção agrícola e de sua inserção nos contextos internacional, nacional e regional. Essa compreensão espacial é essencial para os futuros produtores, pois lhes permite compreender melhor o território e, conseqüentemente, planejar o escoamento de sua produção de forma mais eficiente. Conhecer sua região, incluindo sua vegetação, clima e demais características geográficas, é crucial para aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos agrícolas.

Os estudos geográficos nas EFAs são valiosos não apenas por fornecerem informações sobre o bioma e o clima locais, mas também por complementarem os conhecimentos tradicionais trazidos pelos alunos do campo. A geografia enriquece ainda mais a compreensão do ambiente em que vivem, contribuindo significativamente para a formação integral dos estudantes. Além disso, a contribuição da geografia vai além do aspecto físico do território, abrangendo também a compreensão das questões administrativas e territoriais.

Ao ensinar as características físicas e as peculiaridades de cada região, a geografia capacita os camponeses a desenvolverem suas atividades agrícolas de maneira mais eficaz. Portanto, sua importância na construção do ensino e aprendizado nas EFAs é indiscutível, pois proporciona uma visão espacial que é essencial para o sucesso da agricultura local.

O ensino da EFA Tabocal, abordado neste estudo, destaca-se pela excelência no que diz respeito à produção agrícola e agropecuária. Os alunos camponeses têm a oportunidade de adquirir diversas técnicas que os capacitam a produzir com maior qualidade e de forma sustentável, levando em consideração as características do espaço geográfico em que vivem. Em uma região marcada pela semiaridez e por um período de chuvas reduzido ao longo ano, a EFA Tabocal ensina aos estudantes a importância de conviver de forma harmoniosa com a seca, sem agredir o meio ambiente como ocorre com as práticas agrícolas convencionais, que frequentemente resultam em degradação e exploração excessiva dos recursos naturais. Entende-se, portanto, que as EFAs são um movimento de luta pedagógica do campesinato brasileiro e de cada região que ela se instala. As escolas contribuem para a construção da vida do acadêmico na escola, no campo e onde ele estiver, preparando-os para uma liderança com maior compreensão do seu espaço geográfico, do seu território e da sua luta diária nos campos e na cidade.

Conforme o Censo Escolar 2023 (INEP, 2023) A EFA Tabocal oferece cursos de ensino médio integrado com o curso técnico em agropecuária com duração de 3 anos voltado para homens e mulheres, é aberto para o camponês de qualquer idade, no entanto a maioria dos estudantes tem a idade média do ensino médio que varia dos 14 aos 19 anos de idade, a quantidade de matrículas é de 233 estudantes em 2023.

Por fim, A participação ativa e vibrante da juventude é parte essencial no movimento pela Educação do Campo, desempenhando um papel fundamental na construção da Pedagogia da Alternância a partir dos territórios de produção e de vida. À medida que os jovens se engajam como agentes dessa transformação, a capacidade da EFA em sensibilizar pessoas e instituições sobre sua relevância para toda a sociedade aumenta significativamente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê editorial, 2003.

APOLINÁRIO, Vanessa Clarinda; MENDES, Maria Aparecida Colares. **A Escola Família Agrícola Tabocal e a educação profissional para o campo**. Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v. 5, n. 2, p. 91-108, 2021. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/770>. Acesso em: 02 maio 2023.

BEGNAMI, J. B.; JUSTINO, E. F. **Formação por Alternância na Educação do Campo**. 2. ed. Marília: Lutas Anticapitalistas, 2023.

BEGNAMI, João Batista et al. **Formação por Alternância na Licenciatura em Educação do Campo**: possibilidades e limites do diálogo com a Pedagogia da Alternância. Belo Horizonte, 2019. Disponível em:

[https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/32692/1/Tese\\_Jo%C3%A3o\\_B\\_Begnami\\_FINAL.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/32692/1/Tese_Jo%C3%A3o_B_Begnami_FINAL.pdf). Acesso em: 14 jun. 2023.

BEGNAMI, João Batista. **Linha do tempo do Movimento CEFFA na França, Brasil e Minas Gerais**. Belo Horizonte: AMEFA, 2018. Disponível em:

<https://amefa.wordpress.com/efas-na-linha-do-tempo>. Acesso em: 07 maio 2023.

BECKER, Elsbeth Leia Spode. A Geografia e o método dialético. **VIDYA**, v. 25, n. 2, p. 8-8, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/VIDYA/article/view/394>. Acesso em: 11 jun. 2024.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo: notas para uma análise de percurso**.

Trabalho, educação e saúde, v. 7, p. 35-64, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGtMsYG3f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 jun. 2023.

CORDEIRO, Georgina; REIS, Neila; HAGE, Salomão. **Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo**.

Em Aberto, v. 24, n. 85, 2011. Disponível em:

<https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/PEDAGOGIADAALTERN%C3%82NCIA-E-SEUS-DESAFIOS.pdf>. Acesso em: 01 maio 2013.

DA SILVA, Pedro Carlos Gama et al. **Caracterização do Semiárido brasileiro**: fatores naturais e humanos. 2010. Disponível em:

<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/861906/caracterizacao-do-semiarido-brasileiro-fatores-naturais-e-humanos>. Acesso em: 09 ago. 2022.

DE ARAUJO FILHO, J. C. et al. **Solos do Semiárido**: características e estoque de carbono. 2022. Disponível em:  
<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/doc/1150137/1/Solos-do-Semiarido-2022.pdf>.  
Acesso em: 23 jan. 2024.

DE MENEZES, Priscylla Karoline. O ensino de Geografia e os contextos da Educação do Campo. In: **Anais do 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia: políticas, linguagens e trajetórias**. p. 589-599, 2019.

DE MORAIS, Eduardo Henrique Modesto; DE MORAIS, Juliana Lopes Lelis. O ensino de Geografia no contexto da Educação do Campo: um relato sobre a escola família agrícola de Natalândia-Minas Gerais. **Itinerarius Reflectionis**, v. 14, n. 2, p. 01-18, 2018.

FERREIRA, Gustavo H. Cepolini. **No chão e na Educação**: o MST e suas reformas. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas SA, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar 2023**: resumo técnico. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: <http://inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 11 jun. 2024.

LIMA, C. E. P. et al. **Benefícios da adoção do Sistema de Plantio Direto de Hortaliças**. 2017. Disponível em:  
<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/170160/1/DOC-156.pdf>. Acesso em: 23 maio 2023.

LIMA, Maria Patrícia Moura de. **Escola do campo, currículo e práticas agroecológicas**: um estudo sobre a escola família agrícola (EFA) Dom Fragoso. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/40443>. Acesso em: 13 maio 2023.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

RAVNJAK, Leandro Luciano Silva; MARTINS, Maria de Fátima Almeida. **Educação no Campo: Trabalho e Formação em Alternância**. Curitiba: Editora Appris, 2023.

SILVA, Cícero da. Gênero caderno da realidade nas práticas educativas da pedagogia da alternância. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 58, p. 1051-1083, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/TBjKxstDc4Zb83B67BgTRWj/#>. Acesso em: 02 jun. 2023.

---

### **Bruno Jesus do Nascimento**

Graduado em Geografia - Licenciatura (2023) pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisa Regionais e Agrárias (NEPRA). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Unimontes – bolsista CNPq.

E-mail: [brunojesusgeo80@gmail.com](mailto:brunojesusgeo80@gmail.com)

### **Gustavo Henrique Cepolini Ferreira**

Geógrafo pela PUC-Campinas, Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo. Professor do Departamento de Geociências, PPGEO, PPGDS da Universidade Estadual de Montes Claros. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrárias – Unimontes.

E-mail: [gustavo.cepolini@unimontes.br](mailto:gustavo.cepolini@unimontes.br)



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



## Uma partilha de saberes em saneamento ecológico com comunidades tradicionais da Baía da Ilha Grande/RJ: por uma pedagogia para o enfrentamento dos conflitos ambientais

Carolina Franco Paixão<sup>1</sup> 

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Territórios e Saberes, Universidade Federal Fluminense, Angra dos Reis, RJ, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8507-9736>

### RESUMO

Buscamos por meio da pesquisa-ação e de um relato de experiência como educadora ambiental em uma condicionante ambiental, contribuir para o campo de conhecimento da geografia e da educação do campo ao compreender a educação ambiental como objeto a ser apropriado por Povos e Comunidades Tradicionais como instrumento de gestão territorial. Iniciamos o artigo compreendendo sobre as metodologias da pesquisa-ação, pesquisa-participante ou ainda ação investigativa. Soma-se também a compreensão do que é a Pedagogia da Alternância, importante ferramenta metodológica utilizada pela educação do campo. Após, fizemos um esforço na busca de um arcabouço teórico para compreensão da educação ambiental crítica, ou pedagogia dos conflitos, ou ainda educação popular de Paulo Freire a partir de considerações dos autores Carlos Walter Porto Gonçalves, Milton Santos, Catherine Walsh, Carlos Loureiro e Mauro Guimarães. Por fim, relatamos a experiência em uma Partilha/Intercâmbio em Saneamento Ecológico demandada por comunidades tradicionais e de pescadores em Angra dos Reis em meio a um conflito ambiental vivenciado junto à Prefeitura de Angra dos Reis quanto à gestão do saneamento básico no município.

**Palavras-chave:** projeto de educação ambiental; conflitos ambientais; educação ambiental crítica; tecnologias sociais

### A sharing of knowledge in ecological sanitation with traditional communities of Ilha Grande Bay/RJ: towards a pedagogy aiming to face up to environmental conflicts

### ABSTRACT

Through action research and an experience report as an environmental educator in an environmental context, the aim is to contribute to the field of knowledge of geography and rural education by understanding environmental education as an object to be appropriated by Peoples and Communities Traditional as an instrument of territorial management. The article begins by understanding the methodologies of action research, participant research or even investigative action. It also adds to the understanding of what Alternation Pedagogy is, an important methodological tool used by rural education. Afterwards, we made an effort to search for a theoretical framework to understand critical environmental education, or conflict pedagogy, or even Paulo Freire's popular education

based on considerations by the authors Carlos Walter Porto Gonçalves, Milton Santos, Catherine Walsh, Carlos Loureiro and Mauro Guimarães. Finally, we report the experience in a Sharing/Exchange in Ecological Sanitation demanded by traditional and fishing communities in Angra dos Reis in the midst of an environmental conflict experienced with the City of Angra dos Reis regarding the management of basic sanitation in the municipality.

**Keywords:** environmental education project; environmental conflicts; critical environmental education; social technologies

## **Un partage de connaissances en assainissement écologique avec les communautés traditionnelles d'Ilha Grande Baie/RJ: vers une pédagogie pour répondre aux conflits environnementaux**

### **RESUMÉ**

A travers une recherche-action et un rapport d'expérience en tant qu'éducateur environnemental dans un contexte environnemental, l'objectif est de contribuer au domaine de la connaissance de la géographie et de l'éducation rurale en comprenant l'éducation environnementale comme un objet à approprier par les peuples et les communautés traditionnelles comme un instrument de gestion territoriale. L'article commence par comprendre les méthodologies de la recherche-action, de la recherche participante ou encore de l'action-investigation. Cela contribue également à la compréhension de ce qu'est la pédagogie en alternance, un outil méthodologique important utilisé par l'éducation rurale. Par la suite, nous nous sommes efforcés de rechercher un cadre théorique pour comprendre l'éducation environnementale critique, ou la pédagogie des conflits, ou encore l'éducation populaire de Paulo Freire, à partir des considérations des auteurs Carlos Walter Porto Gonçalves, Milton Santos, Catherine Walsh, Carlos Loureiro et Mauro Guimarães. Enfin, nous rapportons l'expérience de partage/échange en assainissement écologique exigée par les communautés traditionnelles et de pêcheurs d'Angra dos Reis au milieu d'un conflit environnemental vécu avec la ville d'Angra dos Reis concernant la gestion de l'assainissement de base dans la municipalité.

**Mots clés:** projet d'éducation environnementale; conflits environnementaux; éducation environnementale critique; technologies sociales

### **INTRODUÇÃO**

De acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais: "Os direitos dos povos interessados aos recursos naturais existentes nas suas terras deverão ser especialmente protegidos. Esses direitos abrangem o direito desses povos a participarem da utilização, administração e conservação dos recursos mencionados" (OIT, Artigo 15, 1989). E ainda, de acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais de 2007, Povos e Comunidades Tradicionais são:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; (PNPCT, Artigo 03, 2007)

A partir disso, busca-se contribuir para o campo de conhecimento da geografia e da educação do campo, ao compreender a educação ambiental como objeto a ser apropriado por Povos e Comunidades Tradicionais, como instrumento de gestão territorial. Entende-se que esse processo é possível a partir do fortalecimento da organização comunitária e da união de

saberes científicos e tradicionais que procuram auxiliar na luta frente às ameaças sociais e ambientais vivenciadas por populações tradicionais e vulnerabilizadas.

Compreende-se que existe um conflito ambiental acerca da questão da água e do saneamento na Baía da Ilha Grande, relacionado à precariedade do saneamento básico e à privatização desse serviço essencial. Como a vivência da metodologia de partilha/intercâmbio de saneamento ecológico entre comunidades dos três municípios banhados pela Baía da Ilha Grande pode contribuir para a organização comunitária e, portanto, para a autonomia na gestão desse conflito pelas comunidades participantes?

A partilha/intercâmbio de Saneamento Ecológico se deu como uma demanda dos comunitários de Angra dos Reis devido ao antigo conflito em relação ao saneamento básico na cidade, principalmente em comunidades afastadas do centro. A questão da água é uma luta antiga para os comunitários, seja no abastecimento, ou no tratamento. Em contrapartida, em comunidades tradicionais de Paraty, desde 2010, têm sido construídas experiências de sucesso em saneamento ecológico, a partir de diferentes tecnologias sociais proporcionadas pela união do conhecimento tradicional com o científico.

O objetivo da pesquisa é compreender a educação ambiental como instrumento de gestão territorial de povos e comunidades tradicionais, através do relato de uma experiência de partilha/intercâmbio em saneamento ecológico na Baía da Ilha Grande. Para isso, é necessário buscar uma base teórico-metodológica para compreender essa pedagogia dos conflitos ambientais por meio dos conceitos de educação popular de Paulo Freire, de colonialidade do saber de Catherine Walsh, de território de Milton Santos e de globalização de Porto-Gonçalves; contribuem também autores que estudam a educação ambiental de uma perspectiva crítica, como Loureiro e Guimarães. Por fim, será relatada a experiência da partilha que reúne comunidades de Angra dos Reis para a visita de diferentes tecnologias em saneamento ecológico, nas comunidades de Praia do Sono, Quilombo do Campinho e Aldeia de Itaxi, a partir da pesquisa-ação.

Como justificativa científica, esse trabalho busca contribuir para a área do conhecimento da educação do campo e da geografia, na busca por uma prática de ensino e aprendizagem críticos. Em relação à justificativa para a sociedade, essa educação deseja contribuir para o fortalecimento das organizações comunitárias e para a valorização do conhecimento tradicional que, por tanto tempo, o sistema-mundo moderno-colonial (PORTO-GONÇALVES, 2012) expropriou, excluiu e apagou.

## **1. A pesquisa-ação no Projeto Redes**

Essa pesquisa acontece a partir da metodologia da Pesquisa-Ação, ou da Ação Investigativa, ou ainda Pesquisa-participante em uma experiência proporcionada pelo “Projeto Redes: tecendo saberes, construindo autonomia”, em que atuo como educadora ambiental de Povos e Comunidades Tradicionais na Baía da Ilha Grande. Trata-se da segunda fase do Projeto de Educação Ambiental (PEA - Costa Verde), uma condicionante ambiental determinada a partir de Estudo de Impacto Ambiental, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás. O PEA compõe a Linha de Ação A (fortalecimento de organizações comunitárias), seguindo as bases técnicas e demais diretrizes estabelecidas pela Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/2010 e pela Instrução Normativa do IBAMA nº 02, de 27 de março de 2012, cujo período de execução é entre o ano de 2020 a 2025.

O Projeto Redes (2ª fase do PEA - Costa Verde) está sendo executado pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), formado pelo Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) e a Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz) em parceria com a Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho - UNESP e a Universidade Federal Fluminense - UFF. Tem como objetivo o fortalecimento da organização comunitária, a partir da constituição de uma Rede de Formação Socioambiental nos sete municípios que a compõem: Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty (Baía da Ilha Grande), Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela (Litoral Norte Paulista).

A Pesquisa-Ação, a Pesquisa-Participante ou Ação Investigativa, segundo Brandão e Borges (2007) possuem em comum alguns pontos importantes de serem mencionados como: surgirem entre as décadas de 1960 e 1980 na América Latina e atuarem preferencialmente junto a camadas populares e movimentos sociais. Não possuem um modelo único, ou uma metodologia científica própria, pois se dão conforme as particularidades de cada abordagem. São usadas como um instrumento para a educação popular (Freire, 1987). O investigador/pesquisador deve possuir compromisso social, ideológico e político com ações sociais e com a comunidade investigada. Apostam sobretudo na importância de se unir o conhecimento científico ao conhecimento tradicional.

Compreende-se, dessa forma, que a Pesquisa-Ação se desenvolve a partir de três grandes momentos, corroborando as ideias de Baldissera (2001): o investigativo, o da

tematização e o de programação-ação. Assim, no primeiro momento, é importante a elaboração de um referencial teórico comum, a seleção de uma área a ser pesquisada (comunidade, bairro, etc.), a aproximação dessa área da comunidade, realização de reuniões com as comunidades, e sistematização das informações e dados recolhidos. O segundo momento consiste em confrontar a realidade das comunidades e o referencial teórico já elaborado, ao identificar os elementos que compõem os processos (estrutura das relações de poder), compreendendo a dinâmica social e as possibilidades de ação. Nesse sentido, trata-se do momento em que questionamos: Como os grupos representam sua realidade? Quais são as estruturas de poder existentes na comunidade? A partir disso é possível a construção de um programa pedagógico (identificação de um tema gerador para ser trabalhado a partir da escolha de materiais didáticos específicos).

O terceiro momento consiste na motivação dos grupos e da população comunitária para a ação, através de um programa pedagógico coerente e adequado a realidade e capacitação das pessoas. São, então, organizados grupos em que a discussão parte daquilo que a comunidade compreende como sua realidade. Nesse momento, são priorizados problemas que exigem uma ação para solucioná-los e assim são selecionados de forma coletiva os projetos de ação. Em seguida, é feita a elaboração das ações com a definição de recursos materiais e humanos necessários e a sua disponibilidade, formulação de tarefas e designação de responsáveis, preparação com detalhes de conteúdos e métodos de ensino, materiais didáticos etc. Após a execução, é feita uma avaliação permanente das atividades desenvolvidas pela comunidade assim como uma análise de seus resultados.

O primeiro momento se dá através das Visitas de Convivência (ida dos educadores à comunidade, sem um motivo prévio, apenas para conhecer a rotina da comunidade, suas festas, etc). Após um contato mais próximo com a comunidade, monta-se a Comissão de Base (aqueles que representam a comunidade dentro do Projeto Redes), para que seja possível definir os temas geradores que mobilizam as lideranças comunitárias. As discussões e os encaminhamentos feitos pela Comissão de Base se dão a partir do segundo momento. O terceiro momento se reflete nas Ações Formativas e nos Intercâmbios/ Partilhas que buscam informar e motivar as lideranças comunitárias para o enfrentamento de conflitos/ problemas/ impactos ambientais.

Para além de todo esse trabalho de base feito em cada comunidade integrante<sup>1</sup> do Projeto Redes, em agosto de 2022, foi lançado o primeiro curso da Rede de Formação Socioambiental, o Maré de Saberes, com duas turmas, uma no Rio de Janeiro e outra em São Paulo. Os cursistas foram selecionados a partir do prévio contato com as comunidades. O curso teve duração de um ano e se deu a partir da metodologia da Pedagogia da Alternância, dividindo o tempo de formação em Tempo-Escola (TE) e Tempo-Comunidade (TC), em quatro módulos. Para a ciência geográfica, podemos considerar o TE como Espaço-Escola pois se consiste de palestras, debates e aulas e se dá durante uma semana inteira, enquanto que o TC podemos compreender como Espaço-Comunidade e se dá com a inserção do comunitário em sua comunidade, durando de dois a três meses. O tema do curso é bem amplo, abrangendo a Educação Diferenciada (caiçara, indígena e quilombola), a Economia Solidária (pesca, turismo de base comunitária, etc.) e a Justiça Socioambiental (gestão e governança, conflitos fundiários, etc.), buscando sobretudo a formação de lideranças comunitárias.

Segundo o Conselho Nacional de Educação (2020), a Pedagogia da Alternância é:

um modo de organização do processo de formação, cujos princípios abarcam instrumentos pedagógicos e metodológicos que integram conhecimento prático, conhecimento científico, diversidade de epistemologias, identidades, saberes, territórios educativos e territorialidades dos sujeitos no âmbito da escola, da universidade e de outras instituições educacionais. (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2020, p. 02)

Esse trabalho busca acompanhar o núcleo de Angra dos Reis<sup>2</sup>, chamado, pelos integrantes, de Núcleo Dona Marilda, em homenagem a uma mulher quilombola, símbolo de luta e resistência para o município. Importante é mencionar que essa escolha foi feita em uma das reuniões do núcleo, que ocorreu na casa da Dona Marilda. O principal tema-gerador escolhido para ser trabalhado pelos integrantes foi a questão do saneamento e é, nesse sentido, que se dá este trabalho, ao organizar e acompanhar uma partilha/ intercâmbio em saneamento ecológico na Baía da Ilha Grande, demandada pelos cursistas deste núcleo. As comunidades que compõem o núcleo são: Praia do Retiro, Quilombo do Bracuí, Vila Velha, Vila Histórica e Tararaca.

---

<sup>1</sup> São 111 comunidades no total, localizadas em 07 municípios no Litoral Norte Paulista e na Baía da Ilha Grande no Rio de Janeiro

<sup>2</sup> Trata-se de um dos núcleos que compõem a turma do Rio de Janeiro, sendo os outros: núcleo de Ilha Grande, núcleo de Paraty e núcleo de Mangaratiba. São separados assim para facilitar o processo pedagógico, integrando pessoas que partem de uma realidade similar.

A chamada “Partilha” ou Intercâmbio de Experiências é uma metodologia de troca de saberes que articula as abordagens teórico-metodológicas da pedagogia freireana (FREIRE, 1987) e da união de saberes científicos e tradicionais com a metodologia “campesino-a-campesino” (HOLT-GIMÉNEZ, 2006), realizada em vários países da América Latina. Funcionam basicamente como um momento de troca entre as comunidades, onde podemos levar algumas lideranças para vivenciar experiências desenvolvidas em outras comunidades, assim como aprimorar conhecimentos, técnicas e tecnologias sociais dos territórios e a articulação entre as comunidades.

A pesquisa bibliográfica em torno de uma pedagogia dos conflitos compreende as perspectivas de Freire (1987), Santos (2005), Porto-Gonçalves (2018), Walsh (2013), Loureiro (2006) e Guimarães et al (2010).

## **2. Educação Ambiental, Território e Resistência**

Nos últimos 200 anos, Porto-Gonçalves (2018) afirma que se tornou necessário repensar a relação da humanidade com o planeta. O capitalismo se expandiu a partir de uma ideia civilizatória e desenvolvimentista, ao absolver, o etnocídio e o genocídio cometidos durante todos esses séculos contra os povos originários da África, Ásia e América Latina. O período atual da globalização, para o autor, surge em meio às lutas sociais (ou movimentos contra-culturais) da década de 1960, que criticavam as hierarquias, o consumismo, militarismo, machismo, colonialismo, eurocentrismo e seu racismo, entre várias outras opressões vividas até hoje.

Porto Gonçalves (2018) constrói a linha do tempo do processo de globalização, o separando em quatro fases: o colonialismo (século XV adiante); o capitalismo fossilista e o imperialismo (século XVIII adiante); o capitalismo de Estado fossilista e fordista (1960 adiante); e a globalização neoliberal (fase atual). O atual modelo compreende o *American way of life* como não universal, e sim capitalista, fordista e fossilista, ressaltando dois aspectos: a dinâmica demográfica dos E.U.A. e as fantásticas riquezas naturais existentes nesse território. Atenta-se ao caráter demográfico e ao mito do desenvolvimento, cujo início se deu com a lei de terras de 1823, somando-se a isto a questão da descoberta do petróleo, uma vez que os Estados Unidos da América foi o primeiro país a extraí-lo em 1859. Ambos os aspectos contribuem para que esse processo de desenvolvimento capitalista ocorrido nos E.U.A. seja único e não

reproduzível em mais nenhum lugar do mundo, ou seja, a globalização por si própria é uma contradição.

Para Santos (2005), é no lugar que está a única possibilidade de resistência aos processos perversos da globalização, devido, principalmente, à organização política das populações em uma nova ordem mundial, que relaciona o global e o local. O território do qual Milton Santos (2005) aborda é um território que retorna e emerge desses lugares, dando início a um novo período, caracterizado, principalmente, pela resistência dos lugares às perversidades impostas pelo mundo global. É nesse sentido, que Santos (2005) formula a ideia de território usado, ou seja, espaço habitado, construído e reconstruído pela humanidade, por meio das relações de poder e das ações desenvolvidas. Por sua vez, a territorialidade, para Haesbaert (2007), está relacionada ao modo como as pessoas se apropriam da terra, a qual significado dão a esse espaço e a como se organizam nesse espaço, abrangendo as relações políticas, econômicas e culturais. Dessa forma, compreendemos o sentido de lugar como território de resistência aos processos do mundo global, a partir da produção das territorialidades que surgem com os movimentos sociais.

A educação popular de Paulo Freire defende a emancipação das classes sociais oprimidas por esse sistema-mundo moderno-colonial, ao buscar o pensamento crítico sobre sua real condição social, possibilitando a luta por melhores condições de vida. Outro conceito teórico importante nessa pesquisa é o de colonialidade do saber, desenvolvido por Walsh (2013), que se fundamenta no questionamento do eurocentrismo presente nas formas dominantes de produção do conhecimento, e que defende a valorização de outras epistemologias não-hegemônicas. Nesse sentido, Freire (1987) afirma que:

o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado com o educando que, ao ser educado, também educa (FREIRE, 1987, p. 96).

No Brasil, a perspectiva pedagógica que mais contribuiu para o processo de constituição de uma educação ambiental crítica foi a pedagogia libertadora, crítico-transformadora de Paulo Freire (1987). Para Loureiro (2006), há duas tendências antagônicas na prática educativa escolar e na formação de educadores: a Transmissão (o professor como reprodutor de conhecimento) que parte de uma perspectiva Humanista Tradicional/Tecnicista, e a Construção Dialógica (potencializadora de um professor reflexivo), da qual parte Paulo Freire ao defender a inclusão de valores e saberes originários dos movimentos socioculturais.

Para uma educação ambiental crítica definida por Guimarães et al (2010) e compreendida por nós como uma pedagogia dos conflitos ambientais, deve se considerar um espaço de produção de conhecimentos e de reflexão crítica, ultrapassando os limites da sala de aula, ou seja, da educação formal, a fim de possibilitar a busca de soluções para problemas imediatos, e responsabilizar agentes por esses impactos. Ainda, segundo o autor, o ponto fundamental é buscar o fortalecimento das organizações coletivas. Dessa forma, o fazer pedagógico, ao superar o uso do conhecimento para reproduzir os interesses de grupos dominantes, deve contribuir para a organização coletiva que busque a criação de mecanismos de reivindicação e realização dos direitos de grupos expropriados.

### **3. A experiência da partilha de saberes em Saneamento Ecológico na Baía da Ilha Grande**

Os conflitos ambientais são um tipo de conflito territorial caracterizados por Henri Acselrad (2004) como:

(...) aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis (...) decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ACSELRAD, 2004, p. 26)

Iremos contextualizar o conflito relativo à questão do saneamento básico em Angra dos Reis, o qual consideramos estar atrelado à categoria de conflito: o Uso da Água. Este se dá a partir das localidades (comunidades envolvidas) de Vila Velha, Tararaca, Quilombo do Bracuí, Praia do Recife, Vila Histórica – MT1 e MT2 – Meso RJ<sup>3</sup>.

Alguns dos agentes envolvidos no conflito (educadores, militantes ambientais, lideranças comunitárias, funcionários públicos) integram ao Coletivo Popular Contra à Privatização d'água, que busca um serviço de esgoto de qualidade, público, democrático e para toda a população, de um lado, e, de outro, a Prefeitura de Angra dos Reis (PMAR), que possui interesses neoliberais ao conceder o Sistema de Saneamento Autônomo de Angra dos Reis (SAAE) a uma empresa privada.

Em 2002, por Lei Ordinária n.º 1204, foi criado o Sistema Autônomo de Água e Esgoto de Angra dos Reis (SAAE), para assumir os serviços de sistema de água e de esgoto em todo o município, cujo principal objetivo é a prestação de serviços através da captação, tratamento e distribuição de água potável, assim como a melhoria das condições sanitárias de todo o

---

<sup>3</sup> Para melhor organização espacial do Projeto Redes, este divide-se em Macroterritório, Mesoterritórios (Meso) e Microterritórios (MT). O Macroterritório engloba os 07 municípios do Projeto. São 03 Mesoterritórios: Rio (Mangaratiba e Angra dos Reis); Interestadual (Paraty e Ubatuba) e São Paulo (Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião). Por sua vez, os Mesoterritórios se dividem em cerca de 05 microterritórios que englobam cada um cerca de 05 a 08 comunidades, dependendo da realidade de cada território.

município, “solucionando de forma integrada as deficiências do abastecimento de água, drenagem e esgotamento sanitário” (Lei n.º 1204/02, p. 01).

No entanto, segundo o Instituto de Água e Saneamento, apenas 55,14% da população de Angra dos Reis é atendida com esgotamento sanitário, frente à média de 71,29% do estado e 66,95% do país (2020), ou seja, encontra-se abaixo da média, o que explica o descontentamento das comunidades com a questão sanitária no município. Lideranças relatam a falta de saneamento nas comunidades, a principal causa da poluição das praias no município.

De acordo com a Lei Federal n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, deve-se garantir o atendimento da população ao saneamento, considerado pela mesma lei um serviço essencial à saúde pública e ao meio ambiente. Contraditoriamente, por volta do ano de 2016, o marisco (Molusco bivaldi) começou a desaparecer do município. A mariscagem (pesca de marisco) era a principal atividade pesqueira de muitas comunidades da região. Praia do Recife, Praia do Retiro e Tararaca relataram ser impactadas em suas dimensões culturais e econômicas com o sumiço do marisco. Lideranças afirmam que a principal causa é a poluição do mar, consequência, sobretudo, da falta de saneamento nas comunidades.

Em 2022, o Plano Municipal de Saneamento entra em processo de atualização pela Prefeitura de Angra dos Reis (PMAR) e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). Em novembro de 2022, em parceria com Grupo Myr Projetos Sustentáveis e o Comitê de Bacia Hidrográficas da Baía da Ilha Grande (CBH-BIG), ocorreu uma audiência pública que buscou apresentar as propostas de soluções colhidas em consulta pública, a fim de participar da gestão pública e autônoma dos serviços de abastecimento de água e tratamento de água. Além disso, trata-se de uma das etapas finais para revisão e atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico de Angra dos Reis.

Em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF), um comunitário/cursista do Maré de Saberes da Praia do Retiro enviou uma proposta de gestão comunitária dos serviços de água e esgoto. No entanto, a liderança não teve a possibilidade de falar na Audiência Pública, visto que sua proposta não entrou em pauta.

Em abril de 2023, o SAAE corre o risco de ser gerenciado por uma empresa privada, através da abertura de um edital de concessão. O município recuou do ímpeto inicial, e agora investe no cenário de reaver recursos. Neste mesmo momento, criou-se o Coletivo Popular em

Defesa da Água, em um encontro que reuniu lideranças comunitárias, funcionários públicos e representantes de movimentos sociais. O primeiro passo, em articulação com outros movimentos, como a Sociedade Angréense de Proteção Ecológica (SAPÊ), foi acionar o Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público Estadual, no entanto, não tiveram nenhuma resposta até o momento.

O Projeto Redes media o conflito, proporcionando trabalhá-lo no Espaço-Comunidade do Maré de Saberes, ao propor o aprofundamento do tema junto a lideranças comunitárias de Angra dos Reis, a partir de momentos específicos, como o de reuniões do núcleo de acompanhamento com cursistas do Maré de Saberes, onde foi definido o saneamento básico como principal bandeira de luta e o de ações formativas sobre hidrologia e saneamento e partilha de saberes em saneamento ecológico na Baía da Ilha Grande. O “Cineclube Cadê o Marisco?” constituiu-se de uma importante ação formativa agrupada que integrou as comunidades impactadas pelo sumiço do marisco, e possibilitou a troca de informações entre elas, por meio de um debate rico acerca do tema, que envolveu a representação do Instituto Chico Mendes (ICMBIO).

Em agosto de 2023, houve reunião do Comitê de Bacias Hidrográficas da Baía da Ilha Grande (CBH-BIG), bastante positiva para o Coletivo, em função das deliberações da moção de aplausos ao SAAE e a recomendação de paralisação do processo de privatização. As comunidades denunciam que a Prefeitura de Angra dos Reis abandonou os recursos hídricos por meio do sucateamento do serviço público de esgoto; e, mais recentemente, com a privatização do uso da água em Angra dos Reis com o lançamento de um edital de concessão do SAAE.

Corroborando com Santos (2005) e Porto-Gonçalves (2006) quando defendem que é nos lugares que se dão às resistências aos processos perversos da globalização, a partir do envolvimento dos movimentos sociais, como estratégia de resistência, criamos o Coletivo Popular contra a Privatização d'Água. A partir daí, acionamos o Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado. Após, fazemos uma intervenção em reunião do Comitê de Bacias Hidrográficas da Baía da Ilha Grande (CBH-BIG) e realizamos panfletagem sobre a concessão do SAAE; ainda, nos debruçamos sobre um estudo coletivo para conhecimento do edital de concessão, sobre o marco regulatório e sobre o decreto municipal de saneamento.

Atualmente, o processo de concessão encontra-se adormecido, muito provavelmente, devido à movimentação da população contra a privatização. Apesar disso, o Coletivo considera

necessário fortalecer a campanha para conseguir evitar a privatização. Na última reunião do Coletivo Popular em Defesa d'Água, foi discutido o encaminhamento da Campanha, definindo que será cobrada através de parceiros conselheiros as moções aprovadas no Comitê de Bacias Hidrográficas da Baía da Ilha Grande; será refeito um documento-base atualizado com o panorama atual do processo; será elaborado, a partir deste, um panfleto impresso, uma campanha virtual em *cards*, e uma nova petição judicial, para a qual serão procuradas adesões de populares e de organizações parceiras.

Compreendemos a importância de responsabilizar os que promovem os impactos ambientais; no caso do saneamento, mostramos a responsabilidade da Prefeitura de Angra dos Reis (PMAR). Trata-se, assim, de uma educação política, que acreditamos ser a educação ambiental crítica que discorre Loureiro (2006) e Guimarães et al (2010), educação popular de Paulo Freire ou ainda uma pedagogia de análise dos conflitos. Não se trata apenas de fortalecer a organização comunitária para ação política, mas sim de dar nomes àqueles que impactam negativamente a vida dessas pessoas. Nesse sentido, compreendemos os conflitos ambientais como aqueles que envolvem dois grupos, uma vez que a apropriação da natureza e dos recursos naturais por um deles impede a territorialidade que aborda Haesbaert (2007) de outros grupos de continuar existindo, ou seja, provoca a sua desterritorialização.

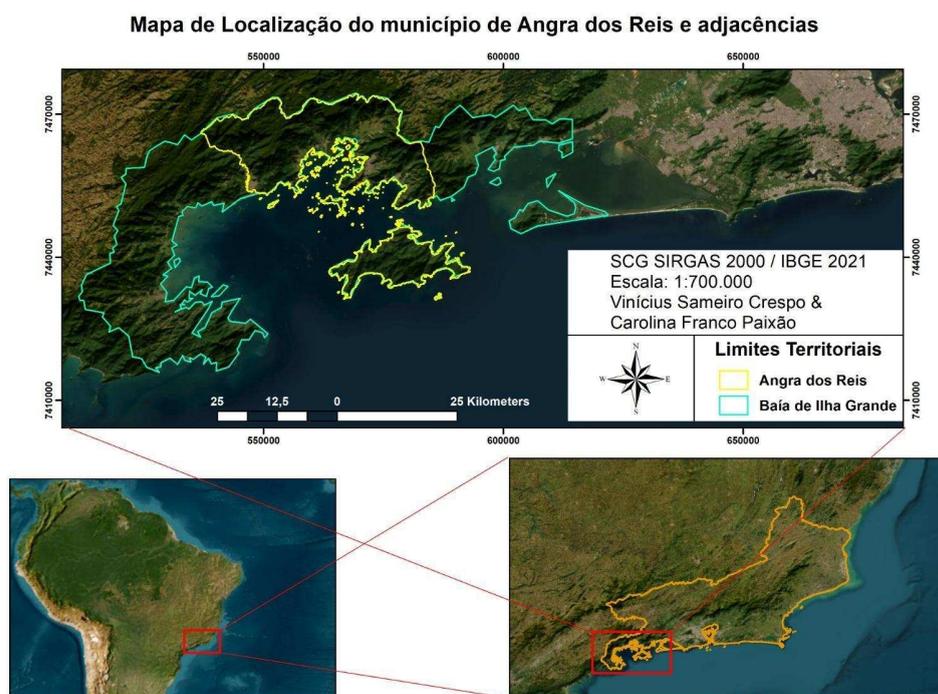
Como parte do processo formativo do Espaço-Comunidade, e visto todo o contexto do município em relação ao saneamento básico, foi demandada uma Partilha/Intercâmbio de Experiências com as comunidades de Paraty, como inicialmente intencionada. Em meio a tantas outras ações formativas também já referidas, evidenciamos a Partilha/Intercâmbio de Experiências no relato desta pesquisa-ação. A abordagem do Saneamento Ecológico, apropriada por comunidades tradicionais e acompanhada pela Incubadora de Tecnologias Sociais/OTSS<sup>4</sup>, entende que esta tecnologia social seja capaz de garantir saúde e permanência das comunidades nos seus territórios, valorizando suas práticas e saberes.

---

<sup>4</sup>A Incubadora de Tecnologias Sociais é umas das frentes do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina e apoia o desenvolvimento de processos com as comunidades que representam soluções efetivas de transformação para problemas que impactam os territórios tradicionais. São três equipes que englobam a ITS: Agroecologia, Turismo de Base Comunitária e Saneamento Ecológico. A equipe de Saneamento Ecológico é composta por 02 arquitetos (equipe técnica) e 01 quilombola, 01 indígena e 01 caiçara.

Esse encontro se realiza a partir de uma visita dos comunitários de Angra dos Reis<sup>5</sup> (Retiro, Vila Velha, Quilombo do Bracuí, Tararaca e Vila Histórica) às comunidades tradicionais de Praia do Sono, Aldeia de Itaxi e Quilombo do Campinho da Independência em Paraty. Abaixo, podemos visualizar um mapa de localização da área de estudo.

**Figura 1: Localização da Baía da Ilha Grande, RJ.**



Fonte: CRESPO, PAIXÃO, 2023.

Essa atividade teve como principal objetivo apoiar a estruturação de um saneamento ecológico nas comunidades de Angra dos Reis, a fim de promover a saúde em territórios tradicionais; e ainda, como objetivos específicos: 1- proporcionar um espaço de interação e reflexão, onde diferentes formas de conhecimento possam ser incorporadas ao processo de modo horizontal; 2- valorizar o protagonismo das comunidades no processo educativo sobre a tecnologia social; 3- proporcionar a interação e a possibilidade de articulação entre as comunidades participantes da partilha, bem como entre o Mesoterritório Rio e o Interestadual; 4- incluir a partilha como processo formativo do Espaço Comunidade do curso Maré de Saberes.

<sup>5</sup>Importante é mencionar que, além das comunidades de Angra dos Reis, foi possível a participação de lideranças comunitárias de outros núcleos de acompanhamento da turma do Rio de Janeiro: Mangaratiba (Ilha de Jaguanum, Ilha da Gamboa e Junqueira) e Ilha Grande (Japariz), que possuem em comum problemas relacionados ao saneamento.

A atividade, dessa forma, se dividiu em três momentos: no primeiro dia, visitamos a comunidade caiçara da Praia do Sono; no segundo dia, visitamos outras duas comunidades: pela manhã a experiência do restaurante do Quilombo do Campinho e, à tarde, visitamos os banheiros ecológicos da Aldeia Itaxi. Falaremos, a seguir, um pouco de como se deu a atividade em cada um desses três momentos.

Primeiramente, fomos recebidos pela comunidade caiçara da Praia do Sono e pela equipe de Saneamento Ecológico da ITS/OTSS, nesse momento, apenas com duas pessoas, um arquiteto (técnico) e o caiçara da Praia do Pouso da Cajaíba. Como de costume, foi feita uma rodada de apresentação dos participantes. Reunimos neste dia mais de 40 pessoas. A seguir, a equipe pergunta aos convidados o que entendem como saneamento. As respostas foram as mais variadas possíveis, e foram sistematizadas para serem analisadas no esquema a seguir:

**Figura 2: Sistematização das respostas dos comunitários para a pergunta: O que é Saneamento?**



Fonte: Projeto Redes, 2023.

Ainda são citados que a falta de saneamento enfraquece as comunidades, polui as praias e rios e destrói a paisagem. Além de impactar na economia da comunidade, pois atrapalha o turismo e a pesca artesanal, a exemplo da mariscagem. Nesse momento, refletimos sobre a etimologia da palavra saneamento (vem de sanear, ou tornar são, tornar saudável). Percebe-se o amadurecimento das respostas, possibilitado pelo processo pedagógico até a Partilha/Intercâmbio, ou seja, nas reuniões de comissão e ações formativas realizadas

anteriormente. Nesses momentos, compreendemos que o saneamento básico segue o conceito de hidrossolidariedade e engloba desde a captação da água até a reciclagem de dejetos sólidos.

A seguir, seguimos para a visita da experiência em saneamento ecológico na Praia do Sono: a evapotranspiração. Há mais de uma década, a FioCruz, o FCT e a Fundação Nacional da Saúde – Funasa – começaram uma iniciativa, na comunidade caiçara Praia do Sono, que frutificou em uma mobilização comunitária, que construiu 13 módulos de tanques de evapotranspiração na comunidade, uma tecnologia social que se aproveita do ciclo de nutrientes da natureza, sendo a principal matéria prima a bananeira, podendo usar hiper-adobes (permacultura mais cara) ou alvenaria (tradicional e mais barata). Trata-se da técnica mais difundida em saneamento ecológico. Nessa tarde, visitamos três módulos: o da Escola e o de duas casas pertencentes a dois comunitários diferentes. Todas essas experiências foram feitas a partir de mutirões que reuniram a comunidade e outros agentes externos.

No dia seguinte, fomos ao Restaurante do Quilombo do Campinho, onde em 2020, foram instalados biodigestores para o tratamento do esgoto, de uma forma autossustentável, e ainda produzindo biogás e biofertilizante para uso doméstico. No entanto, trata-se de uma demanda da comunidade que se arrastou desde 1999 e que só conseguiu se realizar a partir de uma emenda parlamentar de 2019, ou seja, 20 anos depois. Pudemos ainda observar a maquete feita por quilombola do Campinho (mestre de obras e pertencente à equipe do ITS), para a implementação do sistema de saneamento ecológico, como mostra a foto a seguir:

**Figura 3 – Quilombola mostra sua maquete que deu vida ao saneamento ecológico no Restaurante do Quilombo do Campinho.**



Fonte: Projeto Redes, 2023.

À tarde, após o almoço no Restaurante do Quilombo do Campinho, fomos para a Aldeia Itaxi. Desde 2022, tem sido implementado um banheiro ecológico na Aldeia de Paraty Mirim, que se utiliza da filtragem de águas cinzas e da fossa séptica. Trata-se do único banheiro da Aldeia, culturalmente de uso coletivo. Foi pensando entre a ITS e a comunidade em aumentar a capacidade de uso, o que antes apenas 02 pessoas usavam, agora 06 podem usar, contando com 02 chuveiros e 04 sanitários. Além disso, foi implementado um sistema ecológico para tratar das águas cinzas e negras do banheiro e da lavanderia ao lado. Foram implementados além dos filtros de águas cinzas, os tanques sépticos que removem a carga orgânica em 80%. Bananeiras foram plantadas logo abaixo, a fim de possibilitar a devolução para a natureza e aproveitar a sua fertilidade. É importante mencionar que não devem ser plantadas nessa área hortaliças que se comem cruas, nem raízes. Somente é interessante para plantas que gostam de água, como a bananeira.

O resultado obtido com essa experiência foi principalmente o conhecimento sobre os diferentes sistemas de saneamento ecológico implementados em territórios tradicionais, de forma coletiva, com a comunidade e o saber científico, a partir do OTSS e da pluralidade (diferentes matrizes étnicas de conhecimento: indígena, caiçara e quilombola); ainda como resultado, o proporcionar de um espaço de troca de conhecimentos entre as diferentes comunidades de diferentes localidades da região.

Avaliamos ser necessário continuar o processo, a partir da implementação de sistemas de saneamento ecológico nas comunidades participantes da Partilha; no entanto, entendemos que isso só será possível, por meio da organização política dessas comunidades, visto que se trata de um processo de luta e resistência. Entende-se que os sistemas implementados são uma conquista das comunidades. A atividade foi bem avaliada pelas lideranças comunitárias presentes, que agradeceram a oportunidade da troca de conhecimento com outras comunidades sobre o tema, e mostraram-se animadas para mobilizar a implementação de sistemas ecológicos em saneamento em suas comunidades.

No entanto, entende-se o Espaço-Escola como fundamental para que as comunidades se apropriem das técnicas (no caso, as técnicas de saneamento ecológico), em espaços de sala de aula, palestras, rodas de conversa, debates, a fim de que ocorra realmente uma troca entre o conhecimento científico e o tradicional, somando as duas parcelas para um conhecimento

maior ainda. É necessário, para além do conhecimento das técnicas, uma verdadeira apropriação do passo a passo desta técnica, para que a possam de fato reproduzir autonomamente em seus territórios. Apesar disso, entendemos que é preciso a organização comunitária para conquistar o financiamento da instalação dessas estruturas, que devem ser proporcionadas pelo Estado, pois o saneamento é direito essencial das comunidades, de acordo com a Lei Federal 11.445 de 5 de janeiro de 2007, compreendendo também a Convenção 196 da OIT na autogestão dos seus recursos naturais.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tal experiência em saneamento ecológico possibilita o conhecimento, pelos comunitários de Angra dos Reis, de três tecnologias sociais diferentes e os incentiva ao planejamento em seus próprios territórios de ações futuras que demandam a organização comunitária. Além disso, possibilita compreender a sua implementação a partir da pluralidade, ou seja, com três grupos culturais diferentes, compreendendo indígenas, quilombolas e caiçaras. Dessa forma, contribui para aquilo que buscamos chamar de pedagogia para o enfrentamento dos conflitos ambientais.

Entende-se que esses territórios tradicionais são espaços de aprendizagem e de produção de conhecimento que perpassam os limites da sala de aula. Ao fazer um relato de uma experiência de partilha sobre saneamento ecológico, vivenciada no âmbito da Rede de Formação Socioambiental na Baía da Ilha Grande, pode-se compreender a sua contribuição para a reestruturação daquele território como contrário à colonialidade, um território coletivo, de troca de saberes e de compartilhamento, apresentando um cenário de resistência desses sujeitos ao projeto de mundo colonial.

Para além disso, a Pedagogia da Alternância vem se mostrando uma importante metodologia, pois o Espaço-Comunidade aparece como instrumento para a gestão territorial, para a organização política das comunidades e, conseqüentemente, para a sua ação política. As atividades com os estudantes devem continuar mesmo no Espaço-Comunidade, mas em um formato que permita estarmos presentes nos territórios. Há tempo para que estejam em seu próprio território, mas também há tempo para que conheçam outros, e que se permita uma troca de saberes entre as comunidades, ao enxergarmos os territórios tradicionais como espaços de aprendizagem que promovam a ação política dos sujeitos impactados por conflitos ambientais.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ACSELRAD, H. As práticas sociais e o campo dos conflitos ambientais. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará; Fund. Heinrich Boll, 2004, p. 13-35.
- ANGRA DOS REIS. Câmara Municipal. Lei Ordinária nº 1204/02. Cria o serviço autônomo de captação de água e tratamento de esgoto, e dá outras providências. **Sistemas Municipais: Capítulo 01, Angra dos Reis, RJ, art. 01, 2002.**
- BALDISSERA, Adelina. Pesquisa-Ação: Uma Metodologia do “Conhecer” e do “Agir” Coletivo. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 7(2):5-25, Agosto, 2001.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela. A Pesquisa-Participante: Um Momento da Educação Popular. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.
- BRASIL. Decreto n. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União, Brasília**, 08 fev. 2007.
- BRASIL. Lei n. 11.445, de 05 de janeiro de 2005. Estabelece as Diretrizes Nacionais do Saneamento Básico. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 de janeiro de 2005.
- BRASIL. Lei n. 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção n.169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre Povos Indígenas e Tribais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 abr. 2004.
- BRASIL. MEC. CNE/CEB. Proposta de Regulamentação da Pedagogia da Alternância, 2020.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GUIMARAES, Mauro et al. A Pesquisa na formação do Educador Ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 3, n. 3, p. 15-26, 2010.
- HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia- Ano IX - No 17 –2007**.
- HOLT-GIMÉNEZ, E. **Campesino a campesino: voces de Latino América, movimiento campesino a campesino para la agricultura sustentable**. Managua, 2008.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Complexidade e dialética: Contribuições à práxis política e emancipatória em Educação Ambiental**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 131-152, 2006.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos. A reinvenção dos Territórios na América Latina/Abya Ayla. **Conceptos y fenómenos fundamentales de nuestro tempo**. Universidad Nacional Autónoma do México, Maio de 2012.
- PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA COSTA VERDE. “Plano de retomada de atividades presenciais - fase II”, s.l., 2021.
- SANTOS, Milton. O retorno do Território. In: **OSAL: Observatório Social da América Latina**. Ao 6, n. 16. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

---

**Carolina Franco Paixão**

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e graduada em Geografia pelo Instituto de Educação de Angra dos Reis da Universidade Federal Fluminense. Atualmente, é pós-graduanda (lato senso) em Gestão de Territórios e Saberes (TERESA/UFF). É educadora ambiental no *Projeto Redes: tecendo saberes, construindo autonomia*, uma política pública conquistada por populações impactadas pela exploração do pré-sal na Bacia de Santos, o que possibilita atuação junto a organizações comunitárias da Ilha Grande/ RJ. Tem interesse nos temas: Cartografia Social, Ensino da Geografia, Gestão Territorial e Conflitos Ambientais e Territoriais.

Email: [carolina.geo.otss@gmail.com](mailto:carolina.geo.otss@gmail.com)



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



## Aspectos literários para entender Geografia: o livro “Morte e Vida Severina” como recurso didático para a compreensão dos problemas sociais brasileiros

Ana Karolyne Ferreira Nascimento<sup>I</sup> , Roberto Tadiello Gomes da Silva<sup>II</sup> ,  
Heibe Santana da Silva<sup>III</sup> , Francisco Felipe da Silva Rosendo 

<sup>I</sup> Laboratório de Geografia Agrária, URCA, Crato, CE, Brasil  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8528-2945>

<sup>II</sup> Laboratório de Geografia Agrária, URCA, Crato, CE, Brasil  
Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-1107-9702>

<sup>III</sup> Laboratório de Geografia Agrária, URCA, Crato, CE, Brasil  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9200-9309>

<sup>IV</sup> Laboratório de Quatro Elementos, URCA, Crato, CE, Brasil  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7948-5316>

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar as possibilidades metodológicas a partir da utilização da obra literária “Morte e Vida Severina”, do autor João Cabral de Melo Neto, como recurso didático nas aulas de Geografia. A vinculação interdisciplinar entre a Geografia e a Literatura permite compreender alguns temas caros a Geografia, como a questão agrária e a urbanização. Esta pesquisa parte da análise de trechos do livro com temas geográficos, como o êxodo rural e a violência no campo. Ao final, apresenta um quadro com trechos do livro e sua ligação com a Geografia. Espera-se que a realização da prática proposta por este trabalho possa tornar as aulas de Geografia mais interativas e menos tradicionais, em que os alunos possam debater tais temas de modo dinâmico e reflexivo, vinculando ao seu cotidiano.

**Palavras-chaves:** recursos didáticos; Geografia e Literatura; problemas sociais no campo; Geografia Agrária

**Literary aspects for understanding Geography: the book “Morte e Vida Severina” as a teaching resource for understanding brazilian social problems**

## ABSTRACT

The present work aims to present the methodological possibilities based on the use of the literary work "Morte e Vida Severina", by the author João Cabral de Melo Neto, as a didactic resource in Geography classes. The interdisciplinary connection between Geography and Literature makes it possible to understand some themes dear to Geography, such as the agrarian issue and urbanization. This research starts from the analysis of excerpts from the book with geographic themes, such as the rural exodus and violence in the countryside. At the end, it presents a table with excerpts from the book and its connection with Geography. It is expected that the realization of the practice proposed by this work can make Geography classes more interactive and less traditional, in which students can debate such themes in a dynamic and reflective way, linking them to their daily lives.

**Keywords:** didactic resources; Geography and Literature; social problems in the countryside; Geografia Agrária.

## Aspectos literarios para entender la Geografía: el libro "Morte e Vida Severina" como recurso didáctico para la comprensión de los problemas sociales brasileño

### RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo presentar las posibilidades metodológicas a partir del uso de la obra literaria "Morte e Vida Severina", del autor João Cabral de Melo Neto, como recurso didáctico en las clases de Geografía. El vínculo interdisciplinario entre Geografía y Literatura nos permite comprender algunos temas queridos por la Geografía, como la cuestión agraria y la urbanización. Esta investigación parte del análisis de extractos del libro con temas geográficos, como el éxodo rural y violencia en el campo. Al final, presenta una tabla con extractos del libro y su conexión con la Geografía. Se espera que la realización de la práctica propuesta por este trabajo pueda hacer que las clases de Geografía sean más interactivas y menos tradicionales, en las que los estudiantes puedan debatir dichos temas de una manera dinámica y reflexiva, vinculándose a su vida cotidiana.

**Palabras Clave:** recursos didácticos; Geografía y Literatura; problemas sociales sobre el terreno; Geografía Agraria.

### INTRODUÇÃO

A literatura é um dos pilares fundamentais para a formação e desenvolvimento de um pensamento crítico. Quando bem explorada, tem o poder de romper o véu da ignorância, ampliando os horizontes do indivíduo, revelando as mais distintas questões que influem e modificam o mundo ao seu redor, desvendando os processos dinâmicos que regem o seu cotidiano. Processos que sempre estiveram presentes, porém, antes imperceptíveis, se revelam nitidamente aos olhos de quem ler.

No que concerne à prática da leitura, não importa o gênero literário, os livros podem ser de ficção científica, bibliografias, divulgação científica. O simples ato de ler traz diversos benefícios para os alunos, o que é importante para a vida escolar dos estudantes. Quando o aluno tem o hábito de ler livros, ele desenvolve e aperfeiçoa capacidades como: boa interpretação de texto, vasto vocabulário de palavras, melhora

sua escrita, aumenta sua capacidade de raciocínio e criatividade, como também, adquire um vasto conhecimento sobre vários assuntos do seu dia-a-dia. (COSTA, 2022)

Dito isto, é inegável as contribuições que a literatura, com sua vastidão de temas e conteúdos, pode trazer, imprimindo modificações no desenvolvimento intelectual do indivíduo que se submete as aventuras que o conhecimento proporciona, desenvolvendo e aprimorando o seu pensamento crítico. Perante isso, a obra “Morte e Vida Severina”, poema que relata a vida de um sertanejo que, cansado da violência dos latifundiários e da guerra por terra, além da fome e miséria, decide migrar para o litoral, acreditando que, nessa região, a vida será menos severa e mais justa. Essa obra foi escolhida para ser utilizada como proposta de um recurso didático, pois apresenta uma contribuição rica em detalhes e grandeza sobre temas importantes que são trabalhados nas aulas de Geografia como: o êxodo rural em direção ao natural e o mito de melhor qualidade de vida na cidade em relação ao campo, a violência na zona rural do Brasil, a urbanização desigual e a vinculação entre a Geografia Urbana e a Geografia Agrária.

Isto posto, o presente trabalho tem por objetivo geral apresentar as possibilidades metodológicas a partir da utilização da obra literária “Morte e Vida Severina”, do autor João Cabral de Melo Neto, como recurso didático nas aulas de Geografia. Os objetivos específicos desta pesquisa são: 1 - realizar um levantamento bibliográfico de autores que tratem da interdisciplinaridade entre a Geografia e a Literatura; 2 – analisar o livro “Morte e Vida Severina” como recurso didático para compreender os aspectos geográficos presentes no campo e na cidade; 3 - elaborar um quadro expondo os trechos destacados os relacionando a temas da Geografia Agrária e Geografia Urbana.

Além disso, em relação aos aspectos metodológicos, o presente trabalho é de cunho bibliográfico, pois buscou-se fazer um levantamento baseado em artigos e livros de autores que embasem o tema proposto (a Literatura como recurso didático em Geografia), além de ter sido feita a análise do livro “Morte e Vida Severina”, do autor João Cabral de Melo Neto, apresentando possibilidades de aplicação de trechos da obra no ensino de Geografia, com ênfase na Geografia Agrária.

Seguindo a afirmação anterior, Gil (2002) caracteriza uma pesquisa bibliográfica pelo desenvolvimento de um trabalho que se baseia em um material já elaborado, constituindo-se, principalmente, de livros e artigos científicos. A pesquisa foi desenvolvida em três momentos, onde em uma primeira fase foi realizada o levantamento bibliográfico para que, assim, houvesse a concretização da ideia da

pesquisa com trabalhos já publicados de autores que defendem o mesmo. Em segundo momento foi feita a análise do livro “Morte e Vida Severina”, destacando trechos que tratassem da Geografia Agrária e Geografia Urbana e, em terceiro momento, foi elaborado um quadro destacando os trechos escolhidos e sua ligação com os temas propostos.

### 1. A interdisciplinaridade entre a Geografia e a Literatura

A ciência geográfica, ao longo do tempo, passou por diversas transformações, desde seu conhecimento empírico na Grécia Antiga, com Heródoto (500 a.C.) e Eratóstenes (194 a.C.), à definição deste conhecimento como ciência, já no século XIX com Alexander Von Humboldt (1808) e Carl Ritter (1822). Portanto, não é correto definir a Geografia como uma ciência recente (recente, em relação à história humana, é sua institucionalização), mas como uma variedade de ideias que foram desenvolvidas ao longo do tempo, ou seja, não falemos de Geografia, mas sim em Geografias, no plural.

A Geografia e a Literatura sempre estiveram entrelaçadas de alguma forma ao longo da história. Porém, com o advento das especializações que ocorreram após o desenvolvimento das ciências a partir do século XIX, estas áreas do conhecimento tiveram uma separação importante. Da antiguidade até o início da modernidade, as histórias que eram escritas estavam ligadas à Geografia das regiões em que as obras se passavam, especialmente nos poemas épicos (MARANDOLA; OLIVEIRA, 2009).

Um exemplo que é possível citar dessa relação entre a Geografia e a Literatura desde a Antiguidade é o livro “Odisseia”, escrito por volta de 650 a.C. que é atribuído a Homero. Nele são citadas as diversas paisagens que o protagonista da epopeia, Odisseu (ou Ulisses, na versão latina), perpassa por toda a sua aventura para voltar à Ítaca, como:

Musa, reconta-me os feitos do herói astucioso que muito Peregrinou, dês que esfez as muralhas sagradas de Troia; Muitas cidades dos homens viajaram, conheceu seus costumes; Como no mar padeceu sofrimentos inúmeros na alma; para que a vida salvasse e de seus companheiros a volta. (HOMERO, 2021, p. 29).

Uma consequência de tal separação foi uma dissociação desses conhecimentos, fazendo-se acreditar que o objeto de estudo de uma não interessasse a outra vice-versa. No entanto, existem vários elementos geográficos em obras da Literatura,

desde a descrição das paisagens até temas importantes, como a desigualdade social, a urbanização e as disputas territoriais. Neste sentido, faz-se necessário uma reaproximação desses conhecimentos para uma interdisciplinaridade que comprove que as ciências não estão isoladas, embora seja essa a visão vendida pelo positivismo científico. .

Ademais, os conhecimentos entre a Literatura e a Geografia se aproximam à medida em que a descrição do mundo é feita. No caso da Geografia pode-se citar a descrição das paisagens, seus elementos geográficos e espaciais. Quanto à Literatura, além da descrição da realidade, há, por muitas vezes, a criação de um imaginário calcado de ideias que, em alguns momentos, ainda não existem na materialidade e que, para que tal mudança ocorra, a realidade precisa ser transformada.

Nesse sentido, Cavalcante (2016, p. 18) afirma que:

A Geografia e a Literatura, em particular, devem ser compreendidas como maneiras do homem (d)escrever o mundo, tornando-o inteligível, mesmo que para isso tal mundo precise ser (re)construído, (re)elaborado, (re)criado.

Portanto, a Geografia e a Literatura, muitas vezes, andam em sincronia para retratar aspectos físicos, sociais e históricos da nossa sociedade. Uma interdisciplinaridade entre ambas tende a enriquecer o aprendizado dos alunos em sala de aula, pois, com a junção de ambas, pode-se retratar a realidade de uma forma menos abstrata. Muitos alunos podem se identificar com suas vivências e histórias presentes nas obras literárias, sendo que cada história presente em uma obra de ficção pode trazer uma experiência diferenciada com cada indivíduo com sua realidade e singularidade (LIMA, 2000).

## **2. A importância da Geografia Escolar na formação discente**

A Geografia no contexto de sala de aula torna-se essencial para a formação dos discentes, principalmente no que tange à formação de cidadãos críticos e que possam interpretar a realidade, suas nuances e contradições para a formação de uma sociedade mais bem instruída. No entanto, para que tal objetivo seja concretizado, mudanças são necessárias no escopo do sistema de aprendizagem, largando de certa forma o tradicionalismo pedagógico (GUERRA, 2020).

Assim sendo, a Geografia é uma ciência que estuda e analisa o espaço ocupado pelo ser humano, ou seja, busca entender e explicar a dinâmica de interação entre as pessoas e a natureza (CALLAI, 2003). E este entendimento torna-se fundamental em sala de aula, para que os discentes possam apreender estas dinâmicas, suas interações e as contradições do funcionamento de nossa sociedade.

Porém, as escolas brasileiras possuem sérios desafios no que se refere a como a Geografia deve ser ensinada. Na sociedade atual, a escola não é o único lugar de conhecimento, tendo em vista que a atual sociedade possui cada vez mais tecnologias diversas, principalmente após os anos 1990. Santos (1997) vai chamar de meio técnico-científico-informacional, marcado pela rapidez na troca de informações, retirando, de certa forma, o protagonismo da escola no papel de ensino-aprendizagem.

Em sintonia com este pensamento, Guerra (2020) ressalta que, para que haja este novo modelo de ensino, o mesmo precisa ser executado quebrando a perspectiva da competitividade e do individualismo, tão presentes na atual conjuntura da nossa educação. No lugar desta visão, precisa-se valorizar os saberes populares para aproximar os alunos de suas realidades.

Nesta perspectiva, um fator importante para formação discente está na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), documento oficial que regulamenta o currículo e que deve ser seguido em todas as escolas brasileiras. Este documento, porém, como já era de se esperar de um documento nacional, não abrange as características específicas das regiões brasileiras. Este fator é fundamental na perspectiva de Guerra (2020), que ressalta a importância de repassar os conhecimentos geográficos através dos saberes populares, característicos do regionalismo de nossa cultura.

Dessa forma, o professor torna-se responsável por trazer elementos regionais para dentro da sala de aula para dinamizar o conhecimento geográfico para além dos conteúdos de grande escala presentes nos livros didáticos. Portanto, nesta nova perspectiva, o professor trará assim a experiência mais direta do aluno para com sua realidade, reforçando a filosofia freiriana de conhecimento em que o aluno contribui de forma compartilhada os conhecimentos (FREIRE, 1996).

No que se refere ao ensino fundamental, o documento inicia ressaltando a importância do raciocínio geográfico, trazendo um quadro com sete princípios essenciais para este conhecimento, sendo eles: analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem. Estes são os princípios norteadores para

aprendizagem dos alunos da Ciência Geográfica (BRASIL, 2017). Para concluir, fica claro a importância que a Geografia possui para a formação do sujeito, tanto em relação aos elementos básicos como localização espacial, à conceitos mais elaborados como Espaço, Território, Lugar, Região etc.

### **3. Recursos didáticos para o Ensino de Geografia: o caso de algumas obras literárias brasileiras tradicionais**

O professor, atualmente, possui como ferramentas de trabalho, principalmente, o livro didático, conquista alcançada pelo Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938, além de quadro branco para a utilização em aulas expositivas. Porém, o objetivo deste trabalho é tornar a Literatura como um recurso alternativo para as aulas de Geografia, para dinamizar as mesmas, seguindo as normas da BNCC que já estabelece a interdisciplinaridade entre as disciplinas.

Tanto a Geografia quando a Literatura são áreas do conhecimento interdisciplinares, portanto, uma aproximação entre ambas se faz necessário para uma aprendizagem mais conectada para além das grades curriculares que, por muito tempo, foram trabalhadas de forma separadas como se uma não tivesse ligação com a outra e vice-versa.

Para que haja uma interação maior entre as ciências já citadas, foi escolhido para recurso didático uma obra da nossa Literatura Nacional, para que haja uma maior identificação entre os alunos. Neste caso, a obra “Torto Arado”, do autor baiano Itamar Vieira Junior. Porém, algumas obras já foram objeto de estudo dessa integração entre a Geografia e a Literatura, como exemplos há três livros que serão abordados a seguir.

O livro “O Quinze”, de Rachel de Queiroz, foi um livro publicado em 1930, obra de estreia da autora, mas que marcaria sua vida como a obra mais famosa, lembrada e aclamada pela crítica desde quando do seu lançamento. Neste livro, Queiroz narra a história de alguns personagens fictícios que sofreram com o evento climático da seca que aconteceu na realidade em 1915 no Ceará.

Na trama, os retirantes fogem da seca, indo para outras regiões do país, principalmente para o Amazonas, em busca do sonho de riqueza através da borracha, para o Sudeste em busca de emprego e para a capital do Ceará, Fortaleza, pela proximidade geográfica. No livro, a escritora explicita as condições em que esses

retirantes eram tratados na Capital cearense, as péssimas condições de vida nos campos de concentração, a fome, a miséria e o descaso do poder público para com a população. Um exemplo desse descaso podemos encontrar neste trecho do livro:

Conceição passava agora quase o dia inteiro no campo de concentração, ajudando a tratar, vendo morrer às centenas as criancinhas lazentas e tropegas que as retirantes atiravam no chão, entre montes de trapos, como um lixo humano que aos poucos se integrava de todo no imundo ambiente onde jazia.” (QUEIROZ, 2016, p.90)

Portanto, Rachel de Queiroz traz em sua obra o relato de uma seca que marcou gerações por seu impacto nas vidas das pessoas, porém sem exageros, sem romantizações, apenas como forma de depoimento do acontecido, um testemunho (CAVALCANTE, 2016).

Ainda na concepção de Cavalcante (2020), o papel que a seca tem para a história do romance é central e, talvez, sem ela, a história seria outra, dadas as circunstâncias em que o ambiente possui e relação aos indivíduos que nele habitam. De maneira geral, essa aproximação entre a realidade e os sujeitos dentro do ambiente escolar possibilita uma identificação maior entre o aluno e o objeto de estudo. Dessa maneira, esse livro possui possibilidades importantes para servir de recurso didático nas aulas de Geografia.

Outra obra marcante da nossa literatura nacional é “Vidas Secas”, livro escrito pelo autor alagoano Graciliano Ramos, publicado pela primeira vez em 1938. Neste livro, assim como na obra de Raquel de Queiroz, os personagens dessa história também sofrem os efeitos da seca e também migram para fugir dos eventos devastadores da seca.

Para além dessa temática, o livro é escrito de forma bastante emotiva ao contar detalhadamente as paisagens da seca e a rotina da família em meio a essa realidade tão dura e causticante. Numa análise mais superficial, conceitos como Paisagem e Espaço são identificados como meio de comunicação. Além disso, um ponto importante da trama é a dificuldade que os personagens têm em se comunicar, por não possuírem o domínio da norma culta nem acesso à educação formal (MOURA; LUDKA, 2021).

Dentre os conceitos sociais e geográficos que o livro aborda estão a Paisagem, Seca, Fome, Miséria, Migração e o Lugar. Esses conceitos, tão presentes na Ciência Geográfica, podem ser incorporados e aproveitados em sala de aula para uma interdisciplinaridade e a geração de debates, discussões e aprofundamento. Para

ressaltar esta ideia de Interdisciplinaridade, associada entre Geografia e Literatura, Moura e Ludka (2021) afirmam que:

Na interdisciplinaridade, não se trata de eliminar as disciplinas, trata-se de torná-las comunicativas entre si, concebê-las como processos históricos e culturais, tornando necessária a atualização quando se refere às práticas do processo de ensino e aprendizagem. Neste sentido, a Literatura pode ser uma ferramenta no ensino da Geografia, pois a Literatura é uma manifestação artística carregada de aspectos históricos, culturais e sociais. Nela, a realidade pode tomar vários significados, a partir da visão do autor, de sua vivência, seus sentimentos e imaginário, ou seja, a Literatura é uma das formas de ver o mundo e traz consigo a possibilidade de transformá-lo por meio da linguagem.

Por fim, a terceira obra a ser citada é o livro “O Cortiço”, do escritor maranhense Aluísio de Azevedo, publicado em 1890. Esse livro, ao contrário dos demais já expostos, está presente no contexto urbano da cidade do Rio de Janeiro ao final do século XIX. Portanto, ao invés das questões climáticas, tão presentes nas obras anteriores que retratam o interior do Nordeste, esse aborda o contexto histórico das vivências das pessoas na então capital do País e seus conflitos urbanos, sociais e raciais.

Conclui-se que, portanto, este livro possui um arcabouço teórico rico para trabalhar o conceito de Lugar em sala de aula, para além da leitura pura e simples, mas também para que haja uma reflexão da realidade dessas pessoas que vivem em condições precárias até a atualidade no Brasil, realidade esta que, muitas vezes, é vivenciada pelos próprios alunos, especialmente das escolas públicas.

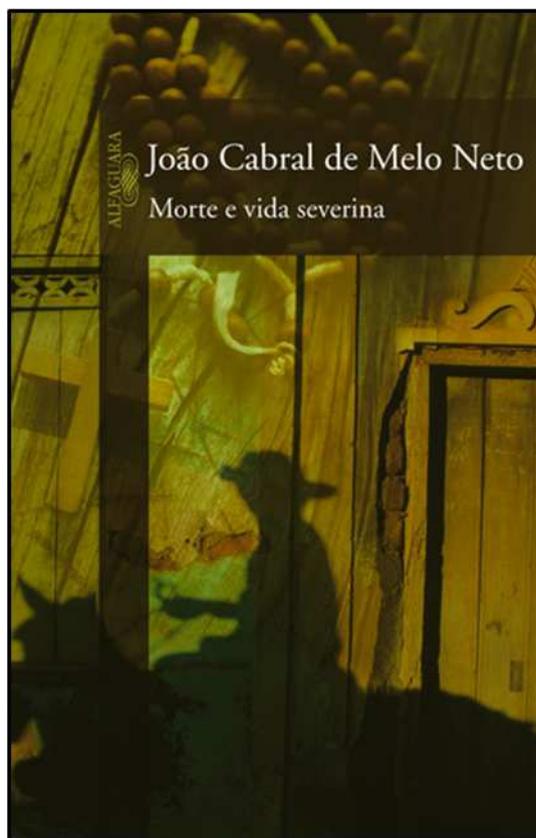
#### **4. O livro “Morte e Vida Severina” e seus principais aspectos geográficos**

Publicado em 1955 pelo escritor João Cabral de Melo Neto, a obra faz parte da terceira fase do Modernismo e retrata a trajetória de Severino, que deixa o sertão em direção ao litoral nordestino em busca de melhores condições de vida (Figura 1). Severino encontra no caminho outros nordestinos que, como ele, passam pelas privações impostas ao sertão. A aridez da terra e as injustiças contra o povo são indicadas em medidas nada sutis pelo autor.

Severino assiste a muitas mortes e, de tanto vagar, termina por descobrir que é justamente ela, a morte, a maior empregadora do sertão. É a ela que devem os

empregos, do médico ao cozeiro, da rezadeira ao farmacêutico. A obra é a retratação do pessimismo, dos dramas humanos e da indiscutível capacidade de adaptação dos retirantes nordestinos.

**Figura 1- Capa do livro “Morte e Vida Severina”**



Fonte: Editora Alfabeta, 2007.

O poema choca pelo realismo demonstrado na universalidade da condição miserável do retirante, desbancando a identidade pessoal das condições retratadas pelos pequenos “proprietários” da terra. É uma espécie de poema estendido em forma de peça teatral, que narra a vida de Severino, um retirante nordestino que resolve deixar o sertão pernambucano em busca de uma vida melhor. Na realidade, esse personagem representa um imenso grupo de pessoas que também deixavam seus locais de origem para ir em direção a outros, onde a seca fosse mais branda e as condições, em tese, fossem melhores. Contudo, ao chegar no seu destino, em alguns casos nas metrópoles nordestinas ou do sudeste do Brasil, a conclusão era de que a miséria socioeconômica também estava presente na sua nova realidade, agora com o outro sobrenome, ou seja, a miséria urbana.

Em um primeiro momento, o herói encontra dois homens carregando um defunto, também chamado Severino, que teria sido morto a tiros por causa de terra. O Rio Capibaribe é quem guia os caminhos tomados pelo Severino personagem principal da obra. Em um dado momento, ele tenta encontrar um trabalho e se estabelecer na cidade em que estava, mas o que ele sabia fazer (plantar e pastorear animais) não era útil em um local onde a morte parecia ser o único negócio. Assim, ele se obriga a dar continuidade à sua jornada. Ao chegar em seu destino, Severino acaba ouvindo a conversa entre dois coveiros, que comentam sobre seu trabalho e ainda falam sobre os retirantes, que saem do sertão e, quando chegam no Recife, continuam com uma vida praticamente miserável para depois serem “enterrados no seco”.

Nesse momento, o protagonista percebe que toda a viagem que realizou com muito esforço, na verdade, o conduziu apenas para o seu enterro e, com essa conclusão, pensa que se for levado pelo rio, ainda teria um enterro melhor, como os próprios coveiros haviam comentado anteriormente. Ele pensa em se suicidar, jogando-se no rio Capibaribe e adiantando a sua morte que vai chegar de qualquer maneira. Vítimas do descaso e da fome, João Cabral utiliza uma linguagem poética para contar a história dos milhares de retirantes nordestinos, ou Severinos, que abandonam seu lar em busca de uma vida mais generosa, assim como em “Vidas Secas”.

Com o passar das páginas e o desenrolar da história, logo a questão agrária se apresenta diante os olhos de quem ler. Seca, disputa por terras, falta de oportunidades, terras inférteis, fome... Essa denúncia também é extremamente evidente no funeral de um lavrador, onde ele retrata o enterro de um homem assassinado a mando de latifundiários.

Essa cova em que estás, com palmos medidos, é a cota menor que tiraste em vida. É de bom tamanho, nem largo nem fundo, é a parte que te cabe neste latifúndio. Não é cova grande. É cova medida, é a terra que querias ver dividida. É uma cova grande para teu pouco defunto, mas estarás mais ancho que estavas no mundo. É uma cova grande para teu defunto parco, porém mais que no mundo te sentirás largo. É uma cova grande para tua carne pouca, mas a terra dada não se abre a boca. (MELO NETO, 2007, p. 25).

Nesse trecho, percebe-se que a cova em que um defunto é enterrado é a sua maior e melhor porção de terra, é onde ele se encontrará mais “ancho”, ou seja, mais largo e abastado. Ainda, é uma terra dada, uma recompensa. Diante de tudo o que lhe fora negado em vida, não é permitido que o defunto reclame, é preciso contentar-se com

o pouco, adequar-se aos empecilhos e às mazelas que a terra traz à tona. Lavra-se pedra, planta-se a morte e, quando ela chega, aceita-se finalmente a terra dada, sua cova.

Fugindo da seca, da morte e da terra de pedra, os diversos Severinos chegam ao Recife, onde continuam marginalizados. Destinados a viver na miséria, ainda cercados pela morte, mas em solos diferentes, cheios de água. Os retirantes continuam a viver da terra, mas, em vez de ficarem cobertos de poeira de arar o solo seco, ficam cobertos de lama ao caçar caranguejos no mangue. Diante do cenário sórdido, o suicídio parece uma boa opção, interromper a vida que também é morte severina.

Também é possível observar o destaque dado a urbanização desigual, onde os retirantes nordestinos iam buscar na cidade (zona urbana) as melhores condições de vida, um emprego, uma boa moradia e um melhor estilo de vida. Todavia, ao chegar em seu destino, percebem que faltava emprego até para as pessoas que na área moravam há mais tempo. Em um trecho do livro, o personagem Severino relata que:

O dia de hoje está difícil; não sei onde vamos parar. Deviam dar um aumento, ao menos aos deste setor de cá. As avenidas do centro são melhores, mas são para os protegidos: há sempre menos trabalho e gorjetas pelo serviço; e é mais numeroso o pessoal (toma mais tempo enterrar os ricos). (MELO NETO, 2007, p. 37)

As pessoas que moravam e moram no centro tendem a ter um poder aquisitivo maior, logo, tem mais qualidade de vida, saúde, segurança e oportunidades de emprego. Em um trecho do livro, o personagem destaca que: “As avenidas do centro, onde se enterram os ricos, são como o porto do mar; não é muito ali o serviço: no máximo um transatlântico chega ali cada dia, com muita pompa, protocolo, e ainda mais cenografia.” (MELO NETO, 2007, p. 45). Pode-se perceber as diferenças entre as pessoas que moram no centro da cidade e na periferia, já que a taxa de mortalidade é maior na periferia.

Em uma parte da obra é possível salientar que há um destaque para a temática do inchaço urbano, que é consequência da desqualificação do processo de urbanização, que também ocorre principalmente através do êxodo rural, onde muitas pessoas saíram do campo por serem oprimidos por grandes latifundiários. Então, a medida em que a população se transfere de maneira acelerada, o processo de planejamento e reestruturação da região para adaptação dos habitantes não consegue acompanhar. Em

um trecho do livro, o personagem se pergunta como a vida seguiria já que a cidade não é tão justa como ele imaginava:

E onde vais trabalhar agora, qual o subúrbio que te cabe? Passo para o dos industriários, que é também o dos ferroviários, de todos os rodoviários e praças-de-pré dos comerciários. Passas para o dos operários, deixas o dos pobres vários; melhor: não são tão contagiosos e são muito menos numerosos. É, deixo o subúrbio dos indigentes, onde se enterra toda essa gente que o rio afoga na preamar e sufoca na baixa-mar. É a gente sem instituto, gente de braços devolutos; são os que jamais usam luto e se enterram sem salvo-conduto. É a gente dos enterros gratuitos e dos defuntos ininterruptos. É a gente retirante que vem do Sertão de longe. (MELO NETO, 2007)

Com isso, no que concerne aos elementos supracitados, é possível destacar que a obra “Morte e Vida Severina” apresenta temáticas da Geografia que podem e devem ser trabalhadas a partir da utilização de um recurso didático alternativo, que rompa com as práticas tradicionais em sala de aula, apresentando para o aluno um mundo novo e ao professor um novo horizonte pedagógico com a capacidade de dinamizar as aulas, estimulando o pensamento crítico dos alunos, contribuindo diretamente na construção e desenvolvimento do processo de Ensino e Aprendizagem.

## **5. Resultados desejados**

Após a leitura da obra objeto deste trabalho, observou-se uma série de temas que podem ser utilizados em sala de aula correlacionados ao currículo que a Geografia contempla. Temas como: desigualdade social, a migração sertaneja para o litoral, urbanização das metrópoles nordestinas, além do fenômeno das secas e como os fatores climáticos influenciam os moradores daquela região, são caminhos possíveis e que podem ser vinculados aos conteúdos teóricos presentes no currículo escolar e no livro didático.

Portanto, foi feita uma leitura minuciosa e, a partir dessa leitura, alguns trechos foram escolhidos para servirem como pontos norteadores para discussões em sala de aula. Tendo em vista o tempo de duração de uma aula comum, que é de cinquenta minutos, a leitura da obra inteira se torna inviável. Em decorrência dessa limitação, estes trechos servem como ponto de partida para as discussões geográficas, tendo como

fonte principal a obra literária “Morte e Vida Severina”. O Quadro 1 apresenta alguns trechos da obra que possuem um viés geográfico.

**Quadro 1 - Trechos retirados na íntegra da obra “Morte e Vida Severina”, de João Cabral de Melo Neto.**

Fome	Questão Agrária	Migração	Urbanização Desigual	Seca/ Miséria
<p>“E se somos Severinos iguais em tudo na vida, morremos de morte igual, mesma morte severina: que é a morte de que se morre de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte, de fome um pouco por dia.”</p>	<p>“Severino de Maria; como há muitos Severinos com mães chamadas Maria, fiquei sendo o da Maria do finado Zacarias. Mas isso ainda diz pouco: há muitos na freguesia, por causa de um coronel que se chamou Zacarias e que foi o mais antigo senhor desta sesmaria.”</p>	<p>“— E de onde que o estais trazendo, irmãos das almas, onde foi que começou vossa jornada? — Onde a Caatinga é mais seca, irmão das almas, onde uma terra que não dá nem planta brava.”</p>	<p>“— E se pela última vez me permite perguntar: não existe outro trabalho para mim neste lugar? — Como aqui a morte é tanta, só é possível trabalhar nessas profissões que fazem da morte ofício ou bazar.”</p>	<p>“Como ela é uma terra doce para os pés e para a vista. Os rios que correm aqui têm a água vitalícia. Cacimbas por todo lado; cavando o chão, água mina. Não tenho medo de terra (cavei pedra toda a vida), e para quem lutou a braço contra a piçarra da Caatinga será fácil amansar está aqui, tão feminina.”</p>
<p>“— É uma cova grande para tua carne pouca, mas a terra dada não se abre a boca. — Viverás, e para sempre na terra que aqui aforas: e terás enfim tua roça.”</p>	<p>“— Ali é difícil dizer, irmão das almas, sempre há uma bala voando desocupada. — E o que havia ele feito, irmãos das almas, e o que havia ele feito contra a tal pássara? — Ter uns hectares de terra, irmão das almas, de pedra e areia lavada que cultivava.”</p>	<p>— Muito bom dia, senhora, que nessa janela está; sabe dizer se é possível algum trabalho encontrar? — Trabalho aqui nunca falta a quem sabe trabalhar; o que fazia o compadre na sua terra de lá? — Pois fui sempre lavrador, lavrador de terra má; não há espécie de terra que eu não possa cultivar.</p>	<p>”O dia de hoje está difícil; não sei onde vamos parar. Deviam dar um aumento, ao menos aos deste setor de cá. As avenidas do centro são melhores, mas são para os protegidos: há sempre menos trabalho e gorjetas pelo serviço; e é mais numeroso o pessoal (toma mais tempo enterrar os ricos).”</p>	<p>“Decerto a gente daqui jamais envelhece aos trinta nem sabe da morte em vida, vida em morte, severina; e aquele cemitério ali, branco na verde colina, decerto pouco funciona e poucas covas aninha.”</p>

<p>“essa gente do Sertão que desce para o litoral, sem razão, fica vivendo no meio da lama, comendo os siris que apanha; pois bem: quando sua morte chega, temos de enterrá-los em terra seca.”</p>	<p>“— Conheço todas as roças que nesta chã podem dar: o algodão, a mamona, a pita, o milho, o caroá. — Esses roçados o banco já não quer financiar; mas diga-me, retirante, o que mais fazia lá?”.</p>	<p>— Bem me diziam que a terra se faz mais branda e macia quanto mais do litoral. Agora afinal cheguei nessa terra que diziam. Como ela é uma terra doce para os pés e para a vista.</p>	<p>“As avenidas do centro, onde se enterram os ricos, são como o porto do mar; não é muito ali o serviço: no máximo um transatlântico chega ali cada dia, com muita pompa, protocolo, e ainda mais cenografia.”</p>	
---	--	--	---	--

Elaboração: Dados da pesquisa, 2023.

Tendo em vista que comumente uma aula de Geografia possui cinquenta minutos, pode ser usado este tema em, no mínimo duas aulas. A primeira se daria em uma aula expositiva sobre o poema “Morte e vida severina” que seria abordado um resumo geral sobre a obra, os temas principais que estão presentes no material e a relação que a Geografia possui com a Literatura.

Em seguida, seriam entregues exemplares com capítulos específicos dependendo da temática que o professor desejasse trabalhar. Após a leitura seria discutido com os alunos quais pontos chamaram a atenção e o docente iria auxiliar no debate e na extração dos elementos geográficos presentes na obra e sua relação com a realidade brasileira, dando ênfase na interdisciplinaridade entre a Literatura e a Geografia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura é um dos pontos centrais para a apreensão de mundo de um discente, pois, com ela, o mesmo pode conhecer diversas realidades. Portanto, ao utilizar esta obra, os estudantes poderão aprender sobre a realidade tão presente no Nordeste brasileiro, ou seja, as secas, as desigualdades socioeconômicas, o processo de urbanização, a questão climática e do bioma, dentre outras possibilidades.

O livro escolhido para este trabalho aborda vários temas que são centrais para a Geografia, temas como migração, seca, urbanização desigual e disputas agrárias passam por todo o livro, por isso foi feita a escolha desta obra para ser trabalhada em sala de aula. Após a leitura integral do livro, alguns trechos foram escolhidos para

serem abordados em sala de aula. Os cinco temas escolhidos foram: fome, questão agrária, migração, urbanização desigual, seca/miséria (Quadro 1).

Por fim, espera-se que a realização da prática proposta por este trabalho possa tornar as aulas de Geografia mais interativas e menos tradicionais, em que os alunos possam debater estes temas já citados de uma forma mais livre e menos engessada, como nas aulas comuns em que o professor apenas expõe os conteúdos, além de trazer uma interdisciplinaridade entre a Geografia e a Literatura, temas centrais para a apreensão e percepção de mundo para todos os discentes nos seus anos de formação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- CAVALCANTE, Tiago Vieira. **Geografia Literária em Rachel de Queiroz**. Orientador: Lívia de Oliveira. 2016. 176 p. Tese de doutorado (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”, Rio Claro, SP, 2016.
- COSTA, Natalia. **Geografia vista a partir da literatura brasileira: uma análise da obra Iracema e suas possibilidades no ensino e aprendizagem**. Orientador: Heibe Santana da Silva. 2022. 32 p. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade Regional do Cariri – URCA, Crato, CE, 2022.
- GARCIA, Gabriel. **Literatura como proposta didática para o ensino de geografia**. 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia, Maringá, 2019.
- GUERRA, Fábio Soares. **Geografia escolar e o papel do professor no contexto contemporâneo**. Ensino em Perspectivas, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2020.
- HOMERO. **Odisseia**. 25. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. 419 p.
- LIMA, S.T. **Geografia e Literatura: alguns pontos sobre a percepção de paisagem**, 2000. 2013.
- MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo. Geograficidade e espacialidade na literatura. **Geografia**, v. 34, n. 3, p. 487-508, 2009.
- MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida severina**. Alfaguara, Rio de Janeiro, 2007.
- MOURA, Aparecido Roberto; LUDKA, Vanessa Maria. Ensino de geografia por meio da literatura: uma análise da obra Vidas Secas, de Graciliano Ramos. **PESQUISAR–Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia**, v. 8, n. 16, p. 70-83, 2021.

QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. 93. ed. São Paulo: José Olympio, 2012. 106 p.

---

**Ana Karolyne Ferreira Nascimento**

Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade Regional do Cariri, atua na área de Ensino de Geografia, Geotecnologias e Geografia Urbana. É membro do Laboratório de Geografia Agrária.

Email: [nascimento.karol@urca.br](mailto:nascimento.karol@urca.br)

**Roberto Tadiello Gomes da Silva**

Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade Regional do Cariri, atua na área de Ensino de Geografia e Geografia Urbana. É membro do Laboratório de Geografia Agrária.

Email: [tadiello.gomes@urca.br](mailto:tadiello.gomes@urca.br)

**Heibe Santana da Silva**

Graduado em Licenciatura em Geografia (UESC) e Doutor em Arquitetura e Urbanismo (UFBA), atua na área de Ensino de Geografia, Geotecnologias, Geografia Agrária e Geografia Urbana. É membro do Laboratório de Geografia Agrária.

Email: [heibe.silva@urca.br](mailto:heibe.silva@urca.br)

**Francisco Felipe da Silva Rosendo**

Graduando em Licenciatura em Geografia pela Universidade Regional do Cariri, atua na área de Ensino de Geografia e Geografia Urbana. É membro do Laboratório Quatro Elementos.

Email: [francisco.felipe@urca.br](mailto:francisco.felipe@urca.br)



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



## De Pernambuco ao Sertão do Cariri: discussões a partir de um relato de campo

Ariadne Fernanda Ferraz Vieira<sup>1</sup> , Guilherme Barbosa da Silva<sup>2</sup> 

<sup>1</sup>Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo), UFPE, Recife, PE, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4293-2167>

<sup>2</sup>Departamento de Ciências Geográficas, UFPE, Recife, PE, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-6584-5501>

### RESUMO

No curso de licenciatura em geografia, as aulas de campo são essenciais para pôr em prática o aprendizado que existe em sala, sendo uma forma de garantir a práxis crítica do estudo na ação. Pela disciplina de Formação Econômica e Territorial do Brasil, pudemos entender a construção de um país pelas expropriações da terra, grilagens, apropriações do Espaço pelo capital e o genocídio dos povos indígenas e ex-escravizados, fenômenos os quais, originaram lutas e resistências para garantir direitos básicos de cada cidadão. Estudar e pesquisar estes espaços de resistência contribuem não somente para o conhecimento, mas para a própria vida em si como a introdução de uma nova visão do que é o Brasil sob a ótica e contextualização do Sertão do Cariri.

**Palavras-chaves:** Aula de campo; Sertão do Cariri; Expropriação; Lutas.

## From Pernambuco to the Hinterland of Cariri: discussions based on a field report

### ABSTRACT

In degree course in geography the field classes are essential to put in practice the apprenticeship that exists in class, being a way to guarantee the critical praxis in study of an action. In the class of Formação econômica e territorial do Brasil, we can understanding the construction of a country through the land expropriation, land grabbing, appropriations of space by capital and the genocide of the indigenous and former slaves, process what make fights and resistance to guarantee basic rights. Study and research this resistance spaces contribute to the introduction of a new vision of Brazil by the optical and contextualization of the hinterland of Cariri.

**Keywords:** Field Classes; Hinterland of Cariri, Expropriation; Fights.

## De Pernambuco al Interior de Cariri: discusiones a partir de un informe de campo



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



## RESUMEN

En la carrera de Geografía, las clases de campo son fundamentales para poner en práctica los aprendizajes que se dan en el aula, siendo una forma de garantizar la praxis crítica del estudio en acción. A través de la disciplina de Formación Económica y Territorial de Brasil, podemos comprender la construcción de un país a través de las expropiaciones de tierras, el acaparamiento de tierras, la apropiación del Espacio por el capital y el genocidio de los pueblos indígenas y ex-esclavizados, fenómenos que dieron lugar a luchas y resistencias a garantizar derechos y necesidades básicas de todo ciudadano. Estudiar e investigar estos espacios de resistencia contribuye no sólo al conocimiento, sino a la vida misma como introducción de una nueva visión de lo que es Brasil desde la perspectiva y contextualización del Interior de Cariri.

**Palabras-clave:** Clases de campo; Interior de Cariri; Expropiación; Peleas.

## INTRODUÇÃO

A disciplina “Formação Econômica e Territorial do Brasil” do curso de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) objetiva compreender o processo evolutivo no qual se deu tal formação territorial, assim como, as atividades econômicas no período colonial condicionado a ocupação do espaço, o desenvolvimento industrial e urbanização, a divisão internacional do trabalho, os mercados regionais e a formação do mercado nacional.

Sustentada por bibliografias variadas, o percurso teórico realizado ao longo do curso parte da compreensão inicial acerca da territorialização, enquanto conceito e enquanto processo violento de conquista. A formação territorial do estado nacional (hoje Brasil) como resultado do processo de territorialização do capital. Em seguida, discute-se sobre o pensamento social brasileiro enquanto projeto nacional, a construção do território e a formação da nação, por meio de autores como Davi Kopenawa e Bruce Albert em *A queda do céu* (2015) sobre os povos originários Yanomamis e perpassando também a Guerra dos Bárbaros.

Além de trabalhar a questão indígena, o programa da disciplina seguiu o percurso discutindo temas pertinentes como: o racismo como prolongamento perverso e necessário da constituição colonial escravista a partir de Nascimento (2016), a dissimulação do patriarcado nas menções e omissões a respeito das formas de família e o pensamento social brasileiro a partir de Corrêa (1981), racismo e sexismo com Gonzalez (1984), branquitude como âmbito



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



oculto do racismo estrutural com Bento (2002), o sentido e forma social da colonização por meio da leitura crítica de Marx (1983) e Prado Júnior (1979).

Outros temas como as diversas formas de expropriação, migrações, urbanização, metropolização, capitalismo, ideário da construção do Nordeste, sentidos da colonização e trabalho foram abordados ao longo das aulas expositivas e dialogadas.

Após o embasamento teórico fundamental para o pensar crítico da formação econômica e territorial do Brasil, realizou-se a aula/trabalho de campo, previsto no Plano de Ensino e na Ementa como 50% da carga horária total da disciplina, sendo essencial ao possibilitar a conexão empírica e teórica (Alentejano e Rocha-Leão, 2006).

A fim de promover a leitura de mundo interpretando o meio como base do conhecimento sistematizado (Da Silva, 2002) e de perceber *in loco* o desenrolar da formação territorial, realizou-se entre os dias 29/08/2022 e 02/09/2022 a aula de campo, desde o Pernambuco até o sertão do Cariri cearense. Foram visitadas as cidades de Caetés-PE, Crato-CE, Barbalha-CE e Juazeiro do Norte-CE, algumas comunidades e localidades.

Dessa forma, o presente trabalho consiste em um relato de campo, construído por meio de informações retiradas do diário de bordo e de reflexões críticas, a partir das experiências vividas na aula de campo da disciplina ministrada pela Professora Doutora Ana Carolina Gonçalves Leite do Departamento de Ciências Geográficas (DCG) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Pernambuco.

## 1. Relato de campo

### 1.1 Os não tão bons ventos: Eólicas na comunidade de Lagoinha, Caetés-PE

No primeiro dia, em caminho ao Crato/CE, foram vistas, brevemente, as Usinas de Energia Eólica em Caetés/PE. O drama passado pela comunidade de agricultores locais gira em



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



torno do barulho e impacto visual das eólicas, gerando problemas mentais e perda da produção rural, além de desvalorização da terra pela instalação das hélices.

No entorno da cidade de Garanhuns, no agreste pernambucano, foram instalados alguns Complexos Eólicos, o Santa Brígida, o São José e o São Clemente, sendo o ‘Complexo Eólico Ventos de São Clemente’, especificamente, o parque que desencadeia uma série de problemas na comunidade visitada.

O ponto de partida para discussão das problemáticas do local é a territorialização envolvida no processo de implantação das torres, dentro das propriedades particulares. Nesse sentido, deve-se pensar no processo histórico de dominação, discutindo assim, os seguintes pontos: “Como se formou esse território? ”, “Quem ocupa esse território? ”. As respostas a essas duas perguntas geram um desencadeamento de fatores que direcionam os motivos da escolha do lugar.

A comunidade de Lagoinha já não tinha amparo municipal em termos de saúde e educação antes mesmo da implantação das torres, a maioria dos moradores do local são analfabetos ou semianalfabetos, agricultores de subsistência, e de baixo poder aquisitivo. A soma desses fatores, fez e faz com que as empresas criem o cenário de que o lugar é ruim, vendam essa ideia aos moradores, desvalorizem o espaço e se aproprie de uma forma fácil e barata.

Os benefícios da energia eólica, fazem com que ela seja facilmente vendida e propagada aos olhos de quem não convive com a sua produção e também, os malefícios: expropriação do território, risco de vida, problemas de saúde decorrentes do infrassom e do ultrassom (ondas sonoras de frequência abaixo e acima do espectro audível), migração de espécies, interferência na dimensão paisagística da comunidade (poluição visual), entre outros.



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



O entendimento da situação vivenciada, durante a conversa, se deu a partir das falas do Doutorando em Antropologia, Alexandre Pereira e das lideranças locais (moradores e a membra da CPT- Comissão Pastoral da Terra) sobre esses impactos e sobre como se deu o processo de implantação desses parques na região, além, de como estão os desdobramentos dessa relação empresa-comunidade.

Os principais pontos mencionados são: desorganização social, problemas de saúde em grande parte dos moradores da comunidade (já não se tem mais a tranquilidade do lugar e o sentimento de prazer em viver ali), abuso emocional e financeiro nos desdobramentos legais e contratuais; desrespeito às normas mínimas de segurança, exploração financeira dos valores dos aluguéis e falta de perspectiva de futuro das famílias que estão no local. Todos esses pontos convergem para a vulnerabilidade à violência e dominação, no qual maior parte da sociedade brasileira está vinculada, em decorrência, de questões raciais e econômicas, de falta de acesso à escolaridade, do poder concedido historicamente às empresas que agem como grileiros, da questão da terra e da ameaça de uma despossessão.

## 1.2 A geografia e a história do sertão do Cariri Cearense

Conhecida por ser um “oásis” no semiárido, a região do Cariri cearense, no extremo sul do estado do Ceará, destacou-se desde a segunda metade do século XIX, por conta de sua vegetação e pela presença de fontes d’água e solos férteis. Na região do Cariri, está localizada, parte da Chapada do Araripe, uma formação geomorfológica do tipo planalto/meseta de origem sedimentar, alongada na direção Leste-Oeste.

A visita às três principais cidades da Região Metropolitana do Cariri foi de bastante relevância para entender a formação do território local, e por ser um recorte representativo do que foi/é o processo de formação econômica e territorial do Brasil. A breve retrospectiva histórica da região, a seguir, dialoga com todo o trabalho de campo e também com a disciplina em curso.



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



O processo de formação territorial é um movimento de busca pela identidade nacional do Brasil enquanto um Estado-Nação. O espaço que viria a ser Brasil hoje, era dividido em litoral e sertão, sendo sertão, o nome dado ao lugar onde o processo de formação territorial não incidiu ou que ainda não tinha sido regionalizado, e os sertões do ‘Brasil’ ganharam nome e sobrenome, o que é o caso do Sertão do Cariri. Cada último lugar que a colonização havia chegado, tinha como seu sertão, as áreas seguintes.

No Sertão do Cariri, a chapada funcionou/funciona como barreira orográfica que provia/provém chuva para o Vale do Cariri, região úmida que foi ocupada pelos colonizadores por ser um vale fértil. Essa região já era ocupada anteriormente à chegada dos colonizadores, por indígenas, como os Cariri, nas imediações do que hoje é a cidade de Crato, e por isso, a região recebe esse nome.

Nesse processo de colonização caririense, a chegada dos homens brancos na região não foi aceita sem resistência desses indígenas, o que desencadeou uma série de conflitos. O fato é, que o extermínio indígena era autorizado pelo “Estado” e quem matava índio, ganhava sesmarias. Essa guerra de extermínio que se seguiu com a expulsão dos holandeses durou mais de meio século, e foi o primeiro processo deflagratório de um grupo.

Na Guerra dos Bárbaros ou Confederação dos Cariri, os índios de várias capitâneas e diversas tribos estiveram unidos para resistir à invasão do homem branco, frente à ameaça de destruição do povo, da terra e da cultura, além de lutar contra as tentativas de escravização. O conflito genocida reduziu drasticamente os povos nativos, os aprisionou e aldeou, similarmente ao que aconteceu em várias outras localidades no país. A ocupação lusitana na região via o Rio São Francisco (importância dos rios para o povoamento) desenvolveu a agricultura e pecuária, e foi marcada pelos engenhos de cana-de-açúcar, que são mais um objeto de estudo da formação territorial por amostrar relações patriarcais em termos de família, racismo, sexismo e



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



todas as outras complexas temáticas. A formação de grandes propriedades pós genocídio também foi marcada por invasões e conflitos e a mão de obra usada era escravizada.

Para além do extermínio dos povos originários, a Guerra dos Bárbaros também desencadeou um outro conflito interno entre os colonizadores, por terra e mão de obra escrava nativa, envolvendo também os sesmeiros, religiosos, bandeirantes, foreiros, rendeiros e outros.

A Guerra dos Bárbaros é contemporânea ao Quilombo dos Palmares, mas é praticamente desconhecida e essa omissão revela o desprezo ao tema de resistência indígena e do violento processo de conquista de portugueses no sertão nordestino, que provocou esse apagamento histórico de indígenas (e também de africanos). Guerrear e exterminar é fazer a formação territorial acontecer, pois dessa forma, se limpa o espaço (matando indígenas) em troca de terras como recompensa. A figura desse homem branco que recebeu terras, chega até o que conhecemos pelos coronéis e assim, podemos entender a origem do coronelismo, aristocracia e das oligarquias quando as novas elites se fundam por ter o direito daquela terra que foi violentamente conquistada.

A dissipação do povo indígena no processo colonial, abriu espaço para que a região fosse marcada no discurso com outras identidades predominantes: a natureza bela, o oásis no sertão e a religiosidade de seu povo, notadamente testemunhada por romeiros na região CRAJUBAR.

### 1.3 Assentamento Malhada e Associação São Silvestre em Crato-CE

O primeiro ponto de parada na Região do Cariri, foi o Assentamento Malhada no distrito de Ponta da Serra em Crato-CE, onde conversamos com alguns representantes da Associação dos Produtores Rurais da Fazenda São Silvestre, cujas terras foram arrendadas por meio do crédito rural. O funcionamento de uma Reforma Agrária por crédito é muito similar ao “Minha Casa, Minha Vida”, onde há um parcelamento, com um intermediário do Estado, uma área para se morar, no caso, para se produzir alimentos.



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



O crédito rural, que é um crédito cedido pelo governo e arrendadores, começou no Ceará e se dissipou pelo Brasil. No caso desse assentamento em questão, o processo de compra da terra foi amigável, uma vez que os associados da cooperativa atual, já trabalhavam nas terras particulares da Fazenda São Silvestre, e por opção da antiga proprietária (da família Macário de Brito) as terras foram vendidas por meio do crédito. Atualmente, o assentamento tem 11 famílias, que estão dividindo os mais de 205 hectares de terra comprados.

As parcelas permaneceram por boa parte dos anos da história da comunidade (18 anos, como foi declarado), mas levando uma quitação demorada. Segundo a comunidade, a mecanização do trabalho, necessária para a produção, trouxe mais empecilhos para este pagamento já que era mais um custo. Um aspecto que chamou atenção foi a proximidade de ambientes rurais do núcleo urbano, com o contraste brusco da paisagem ao passar do trajeto em um curto espaço de tempo. Ao tratar da formação econômica e territorial do Brasil, urge relacionar as vivências *in loco* com os principais temas discutidos na disciplina, que envolvem o uso e a posse de terra.

O assentamento de reforma agrária é um conjunto de unidades agrícolas em um imóvel rural, na qual, parcelas ou lotes são destinados às famílias de agricultores ou trabalhadores rurais (sem condições de adquirir um imóvel rural), na qual irá residir e explorar no desenvolvimento de atividades produtivas diversas. Arrendamento é quando a terra é emprestada/alugada por um certo tempo, para que possa cultivar e habitar, e o pagamento é feito com o trabalho ou parte da produção. Especificamente no caso do Assentamento Malhada, a priori, a relação era de arrendamento e atualmente, com a compra da terra, está na condição de assentamento. Existem outros exemplos de assentamento, como é o caso de alguns grupos do MST, que veremos mais adiante.

O pagamento do assentamento já foi quitado, e a Cooperativa criada pelos moradores, produzem farinha, beiju e goma de tapioca, na Casa de Farinha e também, laticínios (Produtos



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



Malhada) como leite, queijo e iogurte, que são comercializados na região, mas sem perspectiva de expansão produtiva, em função do baixo quantitativo de pessoas para o trabalho e também pela falta de incentivo e difícil estabelecimento de empreendedorismo. Vale pontuar sobre as raízes históricas do território, quando se visualiza uma casa de farinha e a representatividade da cultura indígena para as regiões norte e nordeste do país. O processo produtivo, a priori, era 100% artesanal, como faziam os povos originários, mas ao longo do tempo, foi mecanizado em algumas etapas. Foi possível visualizar também, a forte identificação das pessoas com o território, na qual já tinham a sensação de pertencimento desde antes da compra da terra.

Por fim, destaca-se que na casa de farinha, atualmente existe uma equidade em termos numéricos dos trabalhadores homens e mulheres, mas que como citado pelos trabalhadores locais, algumas práticas são típicas de mulheres e outras de homens. Nesse sentido, há uma série de discussões que podem ser feitas, a partir da herança histórica do patriarcado, da figura e dos direitos das mulheres ao longo dos anos e no sexismo negro, principalmente.

Após conhecer todo o processo de produção e fabricação da farinha, foram apresentadas algumas partes da associação, que é bem espaçosa. Após a divisão em equipes, conheceu-se parte da horta da comunidade, a qual estava bem seca, e o Rio Caras, que fica a alguns poucos quilômetros da fábrica de farinha. Apesar da água cristalina, o rio tem trechos poluídos em função do despejo de dejetos oriundos de uma fazenda à montante.

#### 1.4 Chapada do Araripe na Flona Araripe-Apodi

Em seguida, estudou-se no campo a Chapada do Araripe em sua parte que abrange o estado do Ceará. Acompanhados de um guia local chamado “Pajé”, que é graduado em geografia, foi realizada uma extensa caminhada até um dos topos da Serra, subindo ainda com sol forte e descendo ao anoitecer. A paisagem mudava a proporção em que a altitude crescia, diversificando a maneira de sentir o Espaço como um todo.



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



A Chapada do Araripe é uma importante formação geomorfológica e geológica brasileira, que está localizada nos estados de Pernambuco, Piauí e Ceará. Para além da relevância dos estudos geográficos, a chapada também é conhecida pelos estudos arqueológicos, paleontológicos, pelo lazer (geoturismo de trilhas ecológicas) e também pelo envolvimento na história do Cariri enquanto “berço da cultura”.

Em visita, o guia descreveu a importância da Chapada para a sociedade em seu entorno, o que confirma que as formações naturais do lugar podem condicionar o desenvolvimento social local, como por exemplo, por estar a barlavento, a formação proporciona que a área tenha mais umidade e também corpos hídricos como as fontes naturais. A partir disso, alguns impactos foram observados na área, como a canalização da água e a privatização dela para terrenos agricultáveis, plantações indevidas de soja em áreas de encosta a partir da retirada da cobertura vegetal e degradação de áreas em função do desmatamento e das transformações antrópicas decorrentes do uso e ocupação indevidos do solo.

## 1.5 O triângulo CRA(TO)-JU(AZEIRO DO NORTE)-BAR(BALHA)

O terceiro dia do trabalho de campo foi destinado para a visita às três mais importantes cidades da Região Metropolitana do Cariri. O primeiro ponto de parada foi no mirante da cidade de Crato, que é a mais antiga das três e cresceu em extensão e ocupação, já tendo características de uma cidade média, devendo fazer o destaque para os processos antrópicos de canalização de rios, construção de estradas e impermeabilização do solo. De cima, foi possível ver a cidade e como se deu o processo de urbanização, também entendendo para onde direciona a expansão e a paisagem geomorfológica promovida pela Chapada do Araripe a direita de quem vê.

Em seguida, visitamos o Juazeiro do Norte e conhecemos a história de Cícero Romão e o “Milagre do Juazeiro”, estando totalmente envolvidas com o processo de territorialização e por fim, seguimos para Barbalha, onde as atribuições religiosas estão vinculadas à tradição



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



da Festa de Santo Antônio e o cortejo do Pau da Bandeira. Essa festa tradicional, está vinculada com a Chapada do Araripe e o costume dos homens irem buscar, na mata, uma grossa tora de árvore para levar até o centro da cidade, onde é hasteada e amarrada por fitas coloridas no cortejo.

Na Escola de Saberes de Barbalha, no prédio 03 de outubro - antiga casa de câmara e cadeia, pôde-se ouvir sobre a história local e visitar a biblioteca Hidelbrando Espínola, que tem um grande acervo de obras importantes para compreensão da história do local e estudos de várias áreas. A relevância de ter em funcionamento, hoje, um espaço como a ESBA é de suma importância para os estudos das ciências humanas e sociais.

## 1.6 A Associação dos Indígenas Cariri de Poço Dantas Umari em Monte Alverne-CE

Como supracitado, a colonização e a formação territorial do Cariri, principalmente com o marco da Guerra dos Bárbaros, dizimou grande parte do Povo Originário Cariri e dispersou pelo país os sobreviventes, sem a continuidade da organização no território original. Depois de muitos anos dispersos pelo país e sem articulação e vivência no território, está acontecendo o processo de retomada dos Povos Cariri, pela articulação e organização deles, pois como mencionado por uma indígena Cariri, os índios Cariri “(R)EXISTEM”.

Na visita, fomos recebidos com o Toré – ritual de manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música e religiosidade. Tal como em outros lugares, foi feita a troca afetuosa de conhecimento por refeições, sendo bem alimentados e muito bem tratados em todos os momentos a um custo baixo e extremamente simbólico.

Os diálogos estabelecidos no lugar, foram sob a mediação de Vanda Cariri, que contou que por ser indígena e na infância não estar em um território indígena - por instrução de seus pais no quesito segurança, viveu sem declarar sua autoafirmação indígena. Esse fato está



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



atrelado as recorrentes perseguições à continuação hereditária dos povos originários, mesmo após o fim da colonização e posteriormente proclamação da república.

A Pajé, Dona Rosa contou a forma como sua família cresceu naquelas terras e algumas vivências ao longo do tempo, regadas de tradição. Em descrição, ela relata que antigamente a região era de Mata Virgem, com corpos hídricos, que foram destruídos para que o trabalho na terra pudesse acontecer (plantação de arroz, feijão, milho, algodão branco e preto, amendoim, fava.). Porém, com o passar do tempo a região passou a sofrer uma investida neoliberal com o discurso de estruturar o Cariri, com projetos do Agrohídronegócio, por meio do Cinturão das Águas do Ceará (CAC). Além do Cinturão de Águas, observa-se na região transformações antrópicas muito próximas as terras indígenas, o desmatamento que afeta o solo para um manejo não consciente e todos esses acontecimentos geram adoecimento nas pessoas, como ansiedade, medo e depressão pelas mudanças no pertencimento com o lugar.

Na visita, ainda foi possível conversar com jovens Cariris, como a Suelen, que apresentou grafismos indígenas e o Vytor, que é a liderança jovem, que explanou sobre a religiosidade envolvida no território. Ele comentou sobre o fato de terem pessoas de outras religiões, como o catolicismo, que se relaciona com todo o processo histórico de catequização entre outras coisas. E, na visita ao terreiro, ele mencionou que há um preconceito de dentro da própria comunidade com a religião Umbanda. Ainda, o Vytor relatou que há uma recorrência na tentativa de calá-los, com violência psicológica, envolvida com o Governo e os grandes empreendimentos em nome do “(des)envolvimento da região”.

## 1.7 O Assentamento 10 de Abril (MST)

Último ponto de parada, o Assentamento 10 de Abril é um outro território marcado pela luta pela terra, porém, diferente do Assentamento Malhada que foi conquistado por meio do crédito rural, o assentamento do MST conquistou a terra por meio da luta dos trabalhadores rurais. Foi possível então, conhecer um pouco da história da conquista da terra e



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



de todo o trabalho realizado ao longo dos 31 anos de existência da comunidade. Segundo líderes locais, 52 famílias moram em todo o território com uma média de 4 ou 5 pessoas por casa.

Em relato, os moradores citaram que vieram do Assentamento Caldeirão, área análoga à Canudos- fuga da extrema miséria, marcada por uma região de latifúndios improdutivos, secas cíclicas e desemprego crônico.

No assentamento, visitamos o açude Umari e nos reunimos com algumas lideranças, que compartilharam a história do assentamento, cânticos e o funcionamento da comunidade e a relação dos moradores na convivência com o espaço e a produção. Ainda, foi possível observar as plantações de alguns moradores e a paisagem do lugar, assim como, visitar e conversar com os moradores em suas casas.

A produção é para o consumo interno e também para venda, como milho, batata doce e hortaliças. A plantação está na área de vazante do rio, o que favorece a nutrição do solo rico em matéria orgânica e o manejo é feito com irrigação do solo. O assentamento tem uma creche e dispõe de um ônibus que leva os estudantes para a escola mais próxima, e também para o Crato.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se finda, ao final do trabalho de campo, que diversos aspectos relacionados à disciplina em sua parte teórica puderam ser observados com clareza e objetividade. Toda a contextualização acerca da formação do território brasileiro, como a expropriação da terra por meio da colonização e os efeitos diretos desta, conseguiram ser demonstrados nos pontos pesquisados. As resistências de todas as comunidades visitadas, do começo ao fim da atividade, manifestam a luta por direitos básicos de qualquer cidadão brasileiro, mas que devido à sua configuração histórico-social foram exterminados institucionalmente.



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



## AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à todos aqueles que fizeram o trabalho de campo acontecer: a professora Carol Leite (DCG-UFPE), Gabriel Faria (PPGEO-UFPE) e Raíra Pereira (PPGEO-UFPE), Alexandre Chaves (CPT), Alexandre Pereira (PPGA-UFPE), professora Hilda Daniel (PPGG-UFPB), professor Paulo Wendel (URCA), a Universidade Regional do Cariri, ao Pajé (nosso guia na Chapada do Araripe), à Escola de Saberes de Barbalha, a Comunidade Lagoinha em Caetés, ao Povo Cariri de Poço Dantas-Umari na pessoa de Vanda Cariri, ao Assentamento 10 de Abril do MST, ao Assentamento Malhada e Associação São Silvestre.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, P. R. R.; DE ROCHA-LEÃO, O. M. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado?. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 84, p. 51-68, 2006.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, p. 25-58, 2002.

CORRÊA, Mariza. **Repensando a família patriarcal brasileira**. Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas, n. 37, São Paulo, 1981, p. 5-16.

DA SILVA, A. M. R. **Trabalho de Campo: prática" andante" de fazer Geografia**. Geo UERJ, n. 11, p. 61, 2002.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, n. 2, Brasília, 1984, p. 223-244.

KOPENAWA, Davi e ALBERT, Bruce. **A queda do céu**. São Paulo Companhia das Letras, 2015.



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. Volume I. Tomo II. São Paulo Abril Cultural, 1983.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Editora Perspectiva, São Paulo, 2016.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo Colônia**. São Paulo Brasiliense, 1979.

---

## **Ariadne Fernanda Ferraz Vieira**

Licenciada em Geografia e Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Email: [ariadnevieiraf@gmail.com](mailto:ariadnevieiraf@gmail.com)

## **Guilherme Barbosa da Silva**

Licenciado em Geografia pelo Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Email: [guilherme.barbosas@ufpe.br](mailto:guilherme.barbosas@ufpe.br)

@revista.mutiro



# Revista Mutirão

Folhetim de Geografias Agrárias do Sul

RECIFE, VOL. 5, Nº 2, 2024

ISSN: 26753472

Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/mutiro>